Art. 17. No intuito de diminuir a despesa do Estado poderá o Gover- 
vernador suprimir qualquer lugar de ordem administrativa que vaga e
que não seja rigorosamente indispensável ao serviço público, podendo tam-
bém para o mesmo fim e nas mesmas condições fundir cargos de mesma
natureza e transferir funcionários de uma repartição para outra em cargos
de identica categoria.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões do Congresso Legislativo do Estado do Mara-
nhão, 21 de Março de 1901.

Célio Goiâlves Belchior,
Antonio José da Silva,
Vicente Domingos da Silva,
Fernando Gomes Veiga.
ANNAES

---DO---

Congresso do Estado

---DO---

MARANHÃO

2.ª Sessão Ordinaria da 4.ª Legislatura

Maranhão—1932
CONGRESSO

Estado do Maranhão

REUNIÃO

EM 4 DE FEVEREIRO DE 1902

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.

A' hora legal verifica-se estarem presentes no recinto das sessões os Srs. Colares Moreira, Virgílio Domingues, Carvalho Branco, Cocha Belo, Rocha Toto, Lopes Carneiro, Constantino Belchior e Jorge Amorim.

Não havendo o numero preciso para ser feita a sessão preparatória, o Sr. Presidente convocou os Srs. Deputados a comparecerem ao dia seguinte à mesma hora.

REUNIÃO

EM 5 DE FEVEREIRO DE 1902

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.

A' hora regimental achou-se presentes os Srs. Colares Moreira, Virgílio Domingues, Rocha Toto, Jorge Amorim, Mariano Pompéia, Carvalho Branco e Cocha Belo.

Não havendo ainda numero, o Sr. Presidente dissolve a sessão convocando os Srs. Deputados para se reunirem no dia seguinte à mesma hora.

REUNIÃO

EM 6 DE FEVEREIRO DE 1902

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.


Por não haver ainda numero legal, o Sr. Presidente dissolve a reunião, tendo anotado os Srs. Deputados a se reunirem no dia seguinte à mesma hora.

REUNIÃO

EM 7 DE FEVEREIRO DE 1902

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.

A' hora marcada no Regimento, verifica-se no recinto a presença dos Srs.
SESSÃO PREPARATORIA

EM 3 DE FEVEREIRO DE 1902


Havendo o número preciso de Srs. Deputados, o Sr. Presidente anunciou a sessão preparatória.

Declara em seguida que sobre a mesa se achava o diploma do Sr. Capitão Americano Vespasiano dos Reis, deputado eleito na vaga aberta pelo falecimento do Sr. Francisco Borges Fração, que viesse entregar o mesmo diploma à comissão de poderes, que servio o ano passado, para dar seu parecer.

Não se achando, porém, completa essa comissão, pela ausência do Sr. Deputado Dias Vieira e falecimento do Sr. Fração, nomeia os Srs. Virgílio Domingues e Augusto Santos para preencher o número.

Por último declara que, de acordo com o art. 17 do Regimento, vai comunicar ao Exmo. Governador do Estado que a instalação do Congresso deverá ter lugar no dia 10 (segunda-feira) à 1 hora da tarde. E levanta em seguida a sessão, depois de convidar os Srs. Deputados a se reunirem naquela data, às 4 horas, para a abertura da sessão de instalação.
O Sr. Presidente anuncia que vai se proceder à eleição da mesa.

Recolhidas 19 cédulas para a eleição de presidente, reconhece-se terem obtido votos os Srs.:

Collares Moreira 18 votos
Theophilo Machado 1 voto

E’ proclamado eleito o Sr. Collares Moreira.

(Comparece no recinto o Sr. Jefferson Nunes.)

Corrido o esrutínio para a eleição de 1.ª e 2.ª Vice-presidentes, são apuradas 30 cédulas, que dão o resultado seguinte:

1.ª — Nogueira da Cruz 19 votos
   Theophilo Machado 1 voto
   Rocha Falcão 20 votos

São proclamados eleitos os Srs. Nogueira da Cruz e Rocha Falcão.

(Comparecem no recinto os Srs. Rebelo Bandeira e Jorge Amorim.)

Para a eleição de 1.ª e 2.ª Secretários, são recolhidas 22 cédulas, as quais apuradas, dão este resultado:

Fenelon Souza 22 votos
Ribeiro Prazeres 21 votos
Rocha Tote 1 voto


Recebido igual número de cédulas para a eleição dos suplentes dos secretários, verificou-se terem obtido votos os Srs:

Augusto Santos 21 votos
Cunha Belló 19 votos
Godofredo 10 votos
Rebelo Bandeira 15 votos
Rocha Tote 4 votos
Mariano Pompilio 3 votos
Gravinho Branco 2 votos
Antonio Silva 2 votos
Viceral de Mattos 2 votos
Americo Reis 1 votos
Nunes Cutrim 1 votos
Lopes Carneiro 2 votos

O Sr. Presidente declara eleitos os 4 mais votados.

Não se achando presente o Sr. Fenelon Souza, o Sr. Presidente convida o Sr. Ribeiro Prazeres a ocupar a cadeira de 1.º Secretário e o suplente Augusto Santos a de 2.º.

Em seguida suspende a sessão.

A 1ª hora da tarde, anunciada a chegada do Sr. Governador do Estado, reabre-se a sessão.

Recebido com as formalidades do estudo pela comissão nomeada, e entrando no recinto, S. Exc. toma assento à direita do Sr. Presidente do Congresso e faz a leitura de sua mensagem, que o qual retira-se com as formalidades com que fora recebido.

Volta-se a comissão à sala das sessões, o Sr. Presidente marca a seguinte:

ORDEM DO DIA

1.ª Parte — Expediente, pareceres, indicações, etc.
2.ª Parte — Eleição das comissões permanentes.

Levantou-se a sessão às 2 1/2 horas da tarde.

1ª Sessão Ordinária
Em 12 de Fevereiro de 1902


Não estando presentes o 1.º, 2.º e 3.º suplentes dos secretários, o Sr. Presidente convida o 4.º, Sr. Rebelo Bandeira, a ocupar a cadeira de 2.º secretário.

Lida a pauta em discussão a acta da sessão de instalação, é aprovada.

(Comparece o Sr. Cunha Belló, que passa a ocupar a cadeira de 2.º secretário, como 2.º suplente eleito.)

O Sr. 1.º Secretário leu o seguinte expediente:

Ofício do Deputado Pedro Wenceslau Dias Vieira, comunicando que por motivo de molestias em pessoa de sua fa-
Respeitável Senhor Presidente da República, Senhor Senador, Deputado e Cidadão:

Aos dezoito de outubro de mil duzentos e oitenta e dois, em momentos de carinho e acalmo, estou neste plenário para apresentar um projeto de lei, que visa aperfeiçoar a legislação em vigor e, assim, garantir a proteção dos direitos dos cidadãos.

O projeto de lei proposto envolve o fortalecimento da defesa do consumidor, garantindo maior transparência e justiça em relação às operações comerciais. Além disso, busca promover a educação pública, destacando a importância de um ambiente de ensino de qualidade.

Agradeço a todos os presentes em momentos de tristeza e reflexão, por este momento de união e fortalecimento da nossa democracia.

Desejo que este projeto de lei seja aprovado em todos os parlamentos presentes, garantindo um futuro mais justo e igualitário para todos os cidadãos.

Respeitável Senhor Presidente da República, Senhor Senador, Deputado e Cidadão:

Assinado em 20 de outubro de 2022.

[Assinatura]
Simplificando, ficam somadas as moderadoras de habituais e responsabilidade, previstas para a terceira desempregada, que passam por esta base. (Até hoje).

Só a instrução, e mesmo dentro da infância, pode ser considerada um dever, uma contribuição por parte da família, e que deve ser pagado. Esta é a condição de muito de nossos costumes, materializado na lei. A escola modelo, porém, tem a certeza de que ali vai a criança em um meio escolar de uma instrução completa. (Até hoje).

A Escola Modelo é hoje um dos primeiros estabelecimentos de instrução no Brasil, e hoje em repolho para a sua criação e destinação. Nove professores de Theodoro Benedicto Britto que, no mesmo tempo que ilustravam o seu espírito e proporcione uma posição aos alunos, acadêmicos, estudantes, os alunos de seis anos, mais dois, como de facto têm sido, ao seu Estilo, misto, ao seu conhecimento, e o limitam. (Até hoje).

São estas, Sr. Presidente, as palavras que estou dando, dizer como justificação do projeto que apresento.

Reconheço, entretanto, não mais correr mais para mim mesmo, não para que a infância, com a moderação, conquiste uma escola onde tenha uma instrução completa e perfeita. (Até hoje).

Impunidade do interesse e juízo objetivo da legislação vai a imprimir o seguinte projeto:

«1º Congresso Legislativo do Estado.

DÉCIMA:

Art. 1º — Para as madrugas autorizadas a exercer mais de uma década na lista de primeiro ano da Escola Modelo, e a desempenhar, em duas sucessivas, seis anos, devem-se proporcionar, desde logo, qualquer dos ensaios necesários para a afluência de alunos.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

São das Sessões do Congresso, em 13 de Fevereiro de 1922. — [Assinado].

O Sr. Luiz Carneiro apresenta também um projeto, que está sendo feito para ler 2ª leitura, relativo a lei nº 394 de 20 de abril de 1921.

Passa-se a 2ª parte do orago do dia.

O Sr. Antônio Barbosa (pelo voto da presidente): Obece o voto a que está a votar sob minha assinatura de 1º parte do orago.

O Sr. Roberto Tellec também pela proposta constitucional ao Congresso que a comissão dela lhe autorizou a votar.

O voto do voto não foi lido por revelação das comissões, trabalhando algum, e o Sr. Presidente levanta a sessão, marcando para a seguinte.

DÉCIMA ORDEMA:

1º Parte — Expediente, para votar.

2º Parte — Relação de comissão especial de que trata o art. 30 da reforma constitucional.

Trabalho de comissão.

[Assinado]

DÉCIMA ORDEMA:

no 15 de outubro de 1922.

Presidente do Ego: Sr. Damião Gomes Marques.


Vota a exa de madruga, é aproveitada em reclusão.

[Assinado]

DÉCIMA ORDEMA:

Ofício da Comissão Municipal da tristeza do Grã-Pátrio, transmetendo cópia do projecto para a que está a votar, no voto do voto, 2ª comissão especial.

[Assinado]

DÉCIMA ORDEMA:

Neste momento, este Sr. Virgílio Benjamim.
Precedendo-se à eleição da comissão especial, de que trata var. 18 da reforma da Constituição do Estado, são recebidas e arquivadas 17 celulas que são o resultado seguinte:

Virgílio Domingues 17 votos
Cândido Belchior 17 <
Francisco Vasconcelos 17 <
Antonio Silva 16 <
Theodoro Machado 16 <
Ribeiro Prazeres 16 <
Nunes Cunha 1 <

São declarados eleitos os 5 Srs. deputados mais votados.

Nada mais haveria a tratar o Sr. Presidente levantou a sessão, teve a ação designada a seguinte:

ORDEN DO DIA:
1. Parte—Expeditivamente, requerimentos, pareceres etc.
2. Parte—1ª discussão do projecto n. 2 que autoriza o Governo a criar mais uma cadeira na sala do 1.º ano da Escola Modelo, ou a desobrar em duas secções essa sala.

5.ª SÉSSÃO ORDINÁRIA
Em 17 de Fevereiro de 1910

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.


Lida e dada a discussão a acta da sessão anteriormente, a apresentada, aprovada.

O Sr. 1º Secretário da conta do seguinte:

EXECUTIVO:

Ofício do Inspector Geral da Instrução Pública, comunicando a sua aprovação para o dito cargo em 5 do corrente.—Inteirado.

Dito da Câmara Municipal de S. Vicente Ferrer, remetendo cópia da lei do orçamento votada para vigorar no ano corrente.—A commissão especial.

Tem 2ª leitura e sendo julgado objecto de deliberação vai a imprimir o projecto n. 2 deste ano, anulando a lei n. 284, de 11 de Abril de 1910, que criou uma escola mista na freguesia de Graça de Deus—em Guimarães.

Passa-se a 3ª parte da ordem do dia.

Entra em 1ª discussão o projecto n. 1 deste ano que autoriza a criação de mais uma cadeira na sala do 1.º ano da Escola Modelo, ou o desobramento da aula em duas cadeiras.

O Sr. Mariano Pomplio—Sr. Presidente, como se nouts por pedir a Casa permissão para votar contra o projecto; e ao ilustre Deputado que o firma com sua assinatura, a que, talvez, pela amídia que nos liga, ou por simples piolheira, mais de uma vez me tem chamado revolucionário, penso que não veja no meu modo de votar um echo de revolta, nem o desejo de lhe ser desagradável.

O meu movel, Sr. Presidente, é simplesmente um e único—o compromisso que tomou comigo mesmo, de não concordar com o meu voto que se aumente a despesa do Estado.

E o projecto ora subjetou à discussão importa um aumento de despesa.

Se elle se propõe pela adjuncção ou a desobrar ou dividir a matéria, ou antes a sala do 1.º ano da Escola Modelo, não divide, dá-se um ordenado.

Portanto vai ser criado um novo lugar para colocar alguém, seja quem fôr.

O Sr. Carvalho Branco—Vou a pagar apenas o ordenado a mais uma professora.

O Sr. Mariano Pomplio—Não sei se é uma professora ou a quem seja; o que sei é que o projecto traz aumento de despesa. E nós que nos achamos na dura contingência de cortar a despesa do Estado, que tivemos na mesma sessão em que foi proposto esta medida o frisante exemplo de renunciar um Sr. Deputado uma cadeira mista que foi criada na sua freguesia, não sei como podermos acolher este projecto. São duas ideias perfeitamente opostas: um
dos nossos colegas propõe a supressão de uma despeza, outro apresenta uma medida que acarretava despeza nova para o Thessouro!

E de passagem, Sr. Presidente, notei o facto de ter o jornal que publica os actos do Congresso, dado, noticia apenas do projecto que cria uma cadeira, esquecendo o que pade a supressão de outra!

O Sr. Carvalho Branco:—Deu publicidade a este que se discute, porque foi dispensado da 2ª lectura e mandado a imprimir; ao passo que o outro só depois do interstício poderia ser impreso, como de facto há de ser hoje. São os tramites estabelecidos no Regimento.

O Sr. Mariano Pompilio:—Perdoe-me o nobre Deputado; não fallo na publicação do projecto, fallo na noticia do jornal que apenas anunciou a apresentação de um delles esquecendo o outro.

O Sr. Carvalho Branco:—Garranto a V. Exc. que não foi eu quem deu a noticia; e bem pedi a ninguém que a desse para resultar disso um elogio a mim.

O Sr. Mariano Pompilio:—Como disse a princípio, temos consigo mesmo um compromisso de não concorrer com o meu voto para qualquer augmento de despeza. Temos necessidade de cortar as despezas e não augmentá-las absolutamente.

Além de que não vejo urgente necessidade na criação de que trata o projecto.

O Sr. Carvalho Branco:—Ha e muitas e se não houvesse uma necessidade urgente ou não apresentaria.

O Sr. Mariano Pompilio:—Mas esta necessidade devia ser allegada por quem a sente; a professora da cadeira ou o director do estabelecimento.

O Sr. Carvalho Branco:—Ha reclamações, requerimentos de muitos, que desejam matricular seus filhos e não podem porque o número está completo. V. Exc. atrelando na sua vida comercial não tem tempo para saber dessas cousas.

O Sr. Mariano Pompilio:—Mas parece que o projecto devia vir acompanhado de uma reclamação da professora e do director do estabelecimento, expondo que ha muitos pedidos para admissão na aula e que, portanto, se torna precisa a criação de outra cadeira ou o desdobramento de que trata o projecto.

Nada disso eu vejo, e portanto pergunto: quem reclama esta medida contida no projecto?

O Sr. Carvalho Branco:—A necessidade, e o que desde ja pode garantir a V. Exc. é que a cadeira não é para eu huma afilhada minha.

O Sr. Mariano Pompilio:—Nem ou esteço dizendo isso...

Pelas razões que venho de expor, Sr. Presidente, nego o meu voto ao projecto.

O Sr. Carvalho Branco:—Sr. Presidente, quando apresentei o projecto de que se trata o fix convencido da necessidade urgente da adopção da medida que elle consigna.

A influencia à matricula na anua de 1º anno da Escola Modelo foi extraordinaria no corrente anno.

O Sr. Mariano Pompilio:—V. Exc. vae lá?

O Sr. Carvalho Branco:—Não vou todos os dias porque não sou aluno; mas apparece-lá algumas vezes e sei que muitos requerimentos foram dirigidos ao Director da Escola pedindo matricula de alunos. Mesmo a minha casa diversas cidades se dirigiram para que eu me interessasse no sentido de serem seus filhos matriculados.

O Director da Escola não deu despecho a estes muitos requerimentos, porque o numero determinado no Regulamento estava preenchido.

O Sr. Mariano Pompilio:—V. Exc. da licença? Dê-me me informar se ha um numero limitado de alunos para a frequencia mas escola?

O Sr. Carvalho Branco:—Não posso precisar o numero. O que sei é queo Regulamento do Lyceu manda que cada professor prove pelo menos a frequencia de 40 alunos na sua escola, entretanto muitos delegados ou inspectores de ensino atestam ou comprovam a frequencia de 50 e 60 meninos em uma escola onde não comparecem nem 10 ! (Rir.

O Sr. Mariano Pompilio:—V. Exc. Sr. Presidente, queira permitir que em aparte eu me explique com o nobre Deputado. Faz essa pergunta porque, desejando matricular em uma escola uma afilhada a quem temos dado em nossa casa criação e educação, a pro-
Missora da cadeira respondeu que não a recebia porque tinha já muitos alunos.

O Sr. Carvalho Branco:—Quero crer que o número limitado é 60, mas há professores que tem em suas aulas até 80 alunas.

O Sr. Canha Bello:—Há um número limitado para matrícula na Escola Modelo.

O Sr. Mariano Pomplio:—E para o diabo?

O Sr. Carvalho Branco:—Para o diabo que ele não há limite.

—Não há muitos dias V. Exc. foi acolhido de mascareado, porque o Congresso assim o foi, em um jornal. Mas eu acho que a mascareada é quem aqui, estere exercendo um mandato e percebendo muito insignificante dos vencimentos ou o subsídio e o ordenado.

Sr. Presidente, apresentei este projecto para atender a uma necessidade urgente.

Diversas pessoas, entre elas os negociantes Srs. Emílio Lisboa, Manoel de Oliveira Vallee e outros, requereram para serem seus filhos matriculados na Escola Modelo.

O Director da Escola disse-lhes particularmente que não os podia atender, pois que estava completo o número que dever compôr a frequência da cadeira de 1º ano.

Recorreram ao Governador do Estado e este lhes disse que ia pensar a respeito.

Mais tarde, consultado o patrono da instrução (na phrase do nobre Deputado que impugna o projecto), o nosso exímio chefe o Sr. Senador Benedicto Leite, pensou ele sobre o assunto e com o Director da Escola e com o Governador do Estado resolveram mandar desdobrar a aula de 1º ano em duas secções e a criar mais uma cadeira. E foi essa combinação, essa conciliação que determinou a apresentação do projecto que se discute neste momento.

São críticas, reconhecio, as condições financeiras do Estado; mas com certeza não é o ordenado de 150$000 rs. que se vae dar à professora dessa nova cadeira que abrirá a bancarota no Tesouro.

O Sr. Canha Bello:—Apoiado.

O Sr. Carvalho Branco:—Entretanto o que posso garantir é que a ideia do projecto tem sido geralmente bem acolhida, e nem pôde deixar de ser assim, desde que se atenda a que com uma pequena despesa vue se prestar um serviço importante—distribuir luzes, dar instrução a grande número de creanças.

Foi animado e crênto nos bons resultados da medida que a propugnã a apreciação do Congresso, não foi para proteger afilhado algum.

Antes de terminar devo dizer ao nobre Deputado que a escola do bairro da rua das Hortas tem uma frequência de 80 alunos.

O Sr. Mariano Pomplio:—A escola municipal ou a estadual?

O Sr. Carvalho Branco:—A do Estado. A municipal creio que é menos frequentada.

O Sr. Mariano Pomplio:—Mas tem uma adjunta...

O Sr. Carvalho Branco:—Creio que sim.

Acredito nos bons intuitivos, na disposição que tem o nobre Deputado de fazer a mais rigorosa economia; e sinto que os gordos ordenados que percebem alguns funcionarios não possam ser reduzidos a um terço.

Peço, portanto, ao nobre Deputado que retire qualquer mão joia que tenha formado a meu respeito.

Chamei-o de revolucionário, porque vi que V. Exc. pede dispensa de membro da comissão de finanças, como que procurando fagir às responsabilidades que tem na lei de orçamento e tambem ao desgosto de ter de fazer diminuição de ordenados no funcionamento público.

E o que tinha a dizer.

O Sr. Mariano Pomplio:—Continuou. Sr. Presidente, no meu propósito de votar contra o projecto; as palavras ou antes as explicações do nobre Deputado que me precedeu não me satisfeiram.

Falto em limite do número de alunos, porque parece-me que nossos Regulamentos de instrução não cogitam disso. Seja, porém, como for, eu agradeço ao nobre Deputado a bondade, e declino da hora que me dá, considerando-me a tomar a iniciativa e indicar o número maximo de alunos que poderão ser admittidos nas nossas escolas.

O Sr. Carvalho Branco:—Muito obrigado.

O Sr. Mariano Pomplio:—rs.; a in-
estrução pública no nosso Estado achase confiada a pessoas habilitadas e competentes, é ella o sonho derrado do illustre senador Benedicto Leite; mas em que peço ao nobre deputado direi que relativamente às grandes sommas que o Tesouro dispõe com esse ramo de serviço público, os resultados colhidos têm sido negativos.

O Sr. Carvalho Branco:—Muitas vezes não é o professor culpado; culpados são os alunos que em vez de irem para a Escola procuram os lugares esquisitos para suas vadiagens.

O Sr. Mariano Pompilio:—Eu citarei um facto contrário ao argumento do nobre deputado e que mostra o culpado.

Não ha muito tempo, por ocasião dos últimos exames no Lyceu, em um dos jornais desta cidade eu li uma reclamação firmada por diversos estudantes, pelo facto de se exigir no programa ou nos pontos escolhidos certas matérias, das quais o respectivo professor não tinha explicado uma só lição!

O Sr. Carvalho Branco:—Talvez, estes alunos quissem que lhes dessem os pontos três dias antes do exame...

O Sr. Mariano Pompilio:—Não sei; o que é facto é que a reclamação foi feita em um jornal e não foi contestada.

O Sr. Carvalho Branco:—E quem havia de contestar?

O Sr. Mariano Pompilio:—O professor.

O Sr. Carvalho Branco:—Sujeitava-se talvez por isso a apanhar, como tem acontecido a muitos.

O Sr. Mariano Pompilio:—Abstraindo da materia do projecto propriamente, devo responder a um pedacinho do discurso do nobre deputado.

Disse S. Exe. que eu, apresentando a minha renúncia ao logar de membro da commissão de finanças, queria fugir a responsabilidade que tenho do orçamento.

Sr. Carvalho Branco:—Pelo menos me pareceu assim.

O r. Mariano Pompilio:—Poia pôde crer que nunca tive isso em vista.

Já disse o motivo principal é a necessidade que tenho de retirar-me para o interior do Estado. Quando mesmo, porém, eu procurasse fugir a responsabilidade nessa parte, estava no meu direito, pois não foi ouvido para a decretação de muitas verbas de despezas inscritas no orçamento último.

O Sr. Carvalho Branco:—Porque não quis ser ouvido. V. Exe. tem feito parte da commissão de orçamento durante muitos anos consecutivos.

O Sr. Mariano Pompilio:—Mas não tenho assinado o orçamento.

O Sr. Carvalho Branco:—Não importa; tem feito parte da commissão que organiza a lei do orçamento todos os anos.

O Sr. Mariano Pompilio:—Tudo se resolve de um certo modo...

Ainda há pouco acabei de confessar, fiquei surpreendido quando soube que o Congresso do Estado mandou pagar aos engenheiros e médicos que assistiram pela Europa a estudar... não sei o quê... Mas não é este o caso; venho para entrar em mais largas apreciações.

Quiz apenas, Sr. Presidente, justificar o meu voto...

O Sr. Carvalho Branco:—Que haja de ser favorável ao projecto, porque ella consagra uma medida de toda a equidade.

O Sr. Mariano Pompilio:—Costuma dizer: voto contra o projecto pelo simples facto de não estar disposto a concorrer para augmento de despezas.

Precisamos calcular a receita para decretar a despeza; devemos olhar com interesse para a navegação, a fábrica e as indústrias, que definham, em vez de ostentar despezas de meré luxo.

O Sr. Carvalho Branco:—Se todas as despezas aqui votadas fossem para o fim que o projecto indica, eu estaríamos em outro grau de prosperidade. Falta assim quem não se acanha de confessar que nada aprendem e tenho bem escassa educação. Portanto, V. Exe. cuide de um dever dando o seu voto ao projecto que apresentei.

O Sr. Carvalho Branco:—Vei.to à tribuna, Sr. Presidente, para lhe exprima a minha renúncia ao nobre deputado que combate o projecto.

Como disse há pouco, não tinha certeza se há um limite para o numero de matrículas na cadeira de 1º anno da Escola Modelo; mas agora, verifico pelo art. 17 do Regulamento dessa Escola que esse limite existe (Lei V. Exe.) que o r. o artigo, ali tem o Regulamento.

(O orador ouvia o Regulamento ao Sr. Mariano Pompilio).

Os resultados, Sr. Presidente, que se tem colhido da Escola Modelo, ou pela habilitação e dedicace dos professores...
que la leccionam, ou pelo bom programa de ensino e incessante esforço do patrono da instrução, o meu ilustrado chefe, ex-senador Leite, que, se muito tem feito para dotar o seu Estado de mehmentos materiais, muito mais tem desenvolvido em favor da instrução esses excelentes resultados são o motivo da apresentação desse projecto.

Para atender a grande aflorria de requerimentos, pedido matriculas, e verificado, como foi, que estava completo o numero de alunos estabelecido no Regulamento, foi que apresentei a medida de desdobrar-se a cadeira do 1.º anno ou criar-se uma outra.

A despeito é apenas o ordenado a uma professora, ao passo que são atendidos e satisfeitos os desejos de muitos pais de família.

Espero, Sr. Presidente, que o nobre Deputado que cemite o projecto melhor pensando sobre o assunto, amanhã ou depois lhe dará o seu voto. S. Exe. queira ler o Regulamento que tem em mãos que atenção e ver que o numero de alunos para frequência da Escola está limitado.

O Sr. Mariano Pompilio:—Já li; mas não vejo que aqui hája limite estabelecido.

O Sr. Carvalho Branco:—Eu acho que há o espero que todos os meus nobres colegas vão de votar pelo projecto e V. Exe. também.

O Sr. Presidente:—Antes de encerrar a discussão, tenho necessidade de dar ao Sr. Deputado Mariano Pompilio uma explicação, relativamente a um ponto do seu discurso.

Levou o Sr. Deputado uma queixa dizendo que o jornal dera nítida ideia do projecto apresentado pelo Sr. Coronel Carvalho Branco e não do que na mesma sessão apresentara o Sr. Comendador Carneiro.

A queixa que não tem razão a queixa, pelo seguinte motivo: o projecto do Sr. Carvalho Branco foi, a requerimento do seu autor, dispensado da 2ª leitura, e, julgado objecto de deliberação, manda-se imprimir, de acordo com o Regulamento, ao passo que o do Sr. Lopes Carneiro não tendo sido dispensado do interstício, porque não houve requerimento nesse sentido, só hoje teve a segunda leitura, e portanto só agora segue para ser impresso.

Encerrada a discussão e posto a votos o projecto, o aprovado em 1ª discussão e passa a 2ª.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver designado a seguinte.

**ORDEM DO DIA:**

1ª Parte—Expediente, pareceres, requerimentos, etc.

2ª Parte—Apuração das eleições do Governador e Vice-Governadores do Estado, procedidas em 31 de Agosto último.

**6ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 18 DE FEVEREIRO DE 1902**


Havendo numero legal o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

Pida e posta em discussão a acta da anterior, e aprovada.

O Sr. 1.º Secretario le o seguinte

**EXPEDIENTE:**

O officio do governador do Estado oferece-se para o ano seguinte os mesmos projectos de orçamento e fixação de forças que vigoraram no anno corrente.—A 1ª comissão.

Requerimento da Companhia Fluvial Maranhense, pedindo verba para lhe ser paga a quantia de 10:172$100, proveniente de passagens das suas embarcações nos barcos que navegam pelo Estado.—A mesma comissão.

Dito de Valente & Ribeiro, negociantes, estabelecidos nesta cidade, pedindo isenção de todos os direitos estaduais e municipais por 4 annos para exportação de madeiras.—A mesma comissão.
Dito de José Pedro Ribeiro, pedindo privilégio para explorar fibras vegetais em terrenos situados no território do Estado.—A "3ª comissão.
Não há requerimentos, nem indicações.
Passa-se a 2ª parte da ordem do dia.
O Sr. Presidente.—Vai se proceder à apuração das eleições do Governador e Vice-Governadores do Estado, procedidas em 31 de Agosto do ano passado, e sendo eu interessado nessa apuração por ter sido um dos votados, vou passar a presidência ao Sr. 1º Secretário, visto como é também impedido o Sr. 1º Vice-Presidente do Congresso, o Sr. Coronel Nogueira da Cruz e Castro de tomar parte nessa apuração.
(Toma a cadeira da presidência o Sr. Ribeiro Prazeres, passando a ocupar a de 1º secretário o Sr. Cunha Bello e a de 2º o Sr. Rebello Bandeira.)
Procedendo-se à apuração foram lidas as seguintes seções:
Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6', 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13; Alcantara 1, 2, 3, 4, 5 e 6'; Paço do Lumiar 1, 2 e 4; Rosario 1, 2, 3, 4 e 5; lcatu 1, 2, 3 e 4; Caiapô 1, 2, 3 e 4; S. Bento 1, 2, 3, 4 e 5.
Achando-se adiantada a hora o Sr. Presidente convoca uma sessão extraordinária para o dia seguinte às 7 horas da manhã e levanta os trabalhos, depois de marcar a seguinte

ORDEM DO DIA:
Continuação da apuração das eleições do Governador e Vice-Governadores do Estado, procedidas em 31 de Agosto do ano passado.

SESSÃO EXTRAORDINARIA
EM 19 DE FEVEREIRO DE 1902
O Sr. Presidente declara aberta a sessão e diz que vai continuar a apuração das eleições do Governador e Vice-Governadores do Estado, procedidas em 31 de Agosto do ano passado.
São apuradas as seguintes seções:
Moçam 1, 2 e 3; Chapadinha 1, 2, 3 e 4; Mirador 1, 2, 3 e 4; Penalva 1, 2 e 3; Itapecuru-Mirim 1, 2, 3 e 4; Miriri 1, 2, 3 e 4; Passagem-Franca 1, 2, 3 e 4; Pinheiro 1, 2 e 3; Barra do Corda 1, 2, 3 e 4; Coraci 1, 2, 3 e 4; Guimarães 1, 2 e 4; Santo Antonio de Balans 1, 2 e 3; Viana 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9; Picos 1, 2, 3 e 4; Flores 1, 2, 3 e 4; Curutina 1, 2 e 3; Santa Bárbara 1 e 2; Gavatias 1, 2, 3, 4, 5 e 6; S. José de Mattos 1, 2, 3 e 4; Bojau 1, 2, 3, 4 e 5; Cururupu 1, 2, 3 e 4; Morros 1; Barrerinhos 1, 2, 3 e 4.
A 10 horas foi levantada a sessão.

7.ª SESÃO ORDINARIA
EM 19 DE FEVEREIRO DE 1902
Ao meio dia, feita a chamada e houve o Sr. Rebello Bandeira, Irineu Santos, Castelino Belchior e Vital de Mattos, abre-se a sessão.
E' feito e sem contestação aprovada a acta da anterior.
O Sr. 1º Secretário dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:
Oficio da Câmara Municipal de Picos, enviando cópia da lei n. 44 de 2 de Janeiro do ano corrente.—A "3ª comissão especial.
Dito da Câmara Municipal do Colô, enviando também cópia da lei que orça
a receita e fixa a despesa do município no corrente ano.—A mesma comissão.

Não havendo requerimentos nem pareceres, passa-se à 2ª parte da ordem do dia.

Continuando a apuração das eleições do Governador e Vice-Governadores do Estado, são liquidizadas as autenticas das sessões seguintes:

Cód. 1: 1, 2, 3 e 4; Nova-York, 1 e 3; São Francisco, 1, 2, 3 e 4; Turyn-Assú, 1, 2, 3 e 4; S. João dos Patos, 1, 2, 3 e 4; Vargem Grande 1 e 2; Pastos Bons, 1, 2, 3 e 4; Riachão 1, 2 e 3; Pedreiras 1, 2, 3 e 4; Curralinho 1, 2, 3 e 4; Araray 1, 2, 3 e 4; Carolina, 1, 2, 3 e 4; S. Vicente Ferrer, 1, 2, 3 e 4; Totoya 1, 2, 3 e 4; Victoria do B. Mareim 1, 2, 3 e 4; Anajatuba 1, 2 e 3; Aray es 1 e 2; S. Luiz Gonzaga 1 e 2; Loreto 1, 2, 3 e 4; Imperatriz 1, 2, 3 e 4; Grajaú 1, 2, 3 e 4 e 5.

As 3 h 12 horas da tarde verificou-se terem sido apuradas todas as autenticas existentes sobre a mesa, pelo que o Sr. Presidente levantou a sessão depois de haver designado a seguinte

ORDEN DO DIA:

1ª Parte.—Expédiente, requerimentos etc.
2ª Parte.—Trabalhos da Comissão.

8ª SESSÃO ORDINARIA

EM 20 DE FEVEREIRO DE 1902


Lida a ação da sessão anterior, é aprovada:

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

EXPE DIENTE

Requerimento do Padre Maxíno Martins Ferreira, por seu procurador, o general Zacharias de Carvalho, pedindo decretação de verba para pagamento do aluguel de uma casa de sua propriedade que serve de cadeia na cidade do Brejo—A 1ª Comissão.

O Sr. 1.º Secretário.—lê o seguinte que vai a imprimir:

Parecer n. 2

A Mesa do Congresso Legislativo do Estado, tendo concluído os trabalhos da apuração das eleições para Governador e Vice-Governadores do mesmo Estado procedidas em 31 de Agosto do ano findo, de acordo com o disposto no art. 3.º da indicação aprovada pelo Congresso em 18 de Fevereiro de 1902 e mandada observar pela resolução de 14 de Fevereiro do corrente ano, vem apresentar o seu parecer, resultado do visto e minucioso exame procedido nas autenticas dos colegios eleitores do Estado, que foram presentes ao Congresso.


Isto posto, fica sendo este o resultado da apuração:

Para Governador: Dr. Manoel Lopes da Cunha, 19.924 votos; Dr. Agríppino Azevedo, 8 votos; Coronel Alexandre Colares Moreira Junior, 1 voto.

Para 1.º Vice-Governador: Coronel Alexandre Colares Moreira. Junior.
19.860; Dr. Antonio Baptista Barbosa de Godoi, 7 votos; Dr. Manoel Lopes da Cunha, 1 voto; Coronel José Pereira Leite, 1 voto.

Para 2°: Vice-Governador—Capitão de Fragata Othon de Carvalho Bulhões, 19.860 votos; Dr. Joaquim Pinto Franco de Sá, 7 votos; Dr. Torquato Tasso Goulho de Souza, 1 voto; Dr. Joaquim Ribeiro Gonçalves, 1 voto.

Para 3°: Vice-Governador: Coronel Raymundo Nogueira da Cruz e Castro, 19.865 votos: Capitão Hermenegildo Jan sen Ferreira, 1 voto:

Em face deste resultado, devem ser reconhecidos e proclamados:

Governador—Dr. Manoel da Lopes da Cunha.

1° Vice-Governador—Coronel Alexandre Colares Moreira Junior.

2° Vice-Governador—Capitão de Fragata Othon de Carvalho Bulhões.

3° Vice-Governador—Coronel Raymundo Nogueira da Cruz e Castro.

Sala das Sessões do Congresso L. do Estado Maranhão, 20 de Fevereiro de 1902.—Jodo Cancio Ribeiro Prazeres—1ª; Joaquim da Cunha Bello—1° S.; Pedro Rebelo Bandeira—2º S.

O Sr. Presidente declara que fica marcado o prazo de 48 horas para apresentarem os interessados as suas reclamações.

O Sr. Mariano Pompilio.—Sr. presidente, lendo a publicação feita pelo jornal da Casa, vejo que, no discurso proferido pelo Sr. Deputado Carvalho Branco em resposta à impugnação que ofereci ao seu projeto na sessão de 17, há uma pequena alteração, naturalmente devida a equivocidade do tachygrapho.

Dando-se a alteração no discurso do nobre deputado parecia que cabia a ele fazer a reclusão; mas quero crer que S. Exe. não levará a mal que me antecipe, desde que a alteração notada, me diz respeito.

O Sr. Carvalho Branco.—V. Exe. quer fazer de simples equivoco um acto de responsabilidade: eu a assumo toda.

O Sr. Mariano Pompilio.—Não quero fazer tal; é porque gosto das cousas definidas; demos a Cesar o que é de Cesar.

O Sr. Carvalho Branco.—V. Exe. gosta de viver às claras; eu também.

O Sr. Mariano Pompilio.—Eis o topico do discurso a que me refiro.

Diz o nobre deputado no seu discurso (lendo):

«Mais tarde, consultado o patrono da instrução (na phrase do nobre deputado que impregna o projecto), e nesse eminente chefe etc...»

Eis aqui o equivoco: eu nunca atribui ao Sr. Senador Leite a qualidade de patrono da instrução.

O Sr. Carvalho Branco.—Pois eu pelo menos o reconheço como tal e digo até que não só é patrono da instrução como que, pela sua sabia orientação, é patrono de nós todos. (Apoaio).

O Sr. Mariano Pompilio.—Está no seu direito; mas o que quero apenas mostrar é que não fui eu quem disse o que está publicado, houve equivoco.

O Sr. Carvalho Branco.—Pois bem, houve equivoco, mas resulta disso alguma ofensa?

O Sr. Mariano Pompilio.—Nenhuma absolutamente; desejou apenas, como já disse, que se des a luzar o que é de Cesar.

O Sr. Carvalho Branco.—Sim Sr., muito obrigado.

O Sr. Presidente.—As palavras que o nobre deputado acaba de proferir foram tomadas pelo tachygrapho e não do ser publicadas.

Parece, portanto, que fica assim atendida a sua reclamação e rectificado o ponto sobre que comia o equivoco, pois que tudo constará dos Anais.

O Sr. Vicente de Mattos.—Não ha duvida alguma que, quem conheceu a instrução publica de outra ora, quem sabe que para obter uma instrução regular, synthetica, depois de certo tire-crição dos estudios preparatorios, tinha o moço estudante necessidade de transportar-se para outra província mais longinqua, como acentuou com o humilde orador que occupa a atenção da casa; quem vê que em outros tempos, para passar um moço prepará-lo a fim de exercer qualquer profissão, de ordem intellectual de acordo com as leis que então vigoravam, para obter um certo grau de instrução e illustra-ção, que o orador infelizmente não tem (aindo apoiados), para dizer-se desses predicados que tanto cooperam para o desenvolvimento moral e um país, era obrigado a deixar sua terra natal, como

Os Srs. Cunha Bello e Carvalho Franco:—Apologio.

O Sr. Viclal de Mattos:—Já chego lá. Mas lancemos as nossas vistas para estes tempos não muito remotos e vejam o que se dava com relação ao ensino da mocidade maranhense. Essa piorado de moços, a educação que recebia era muito rudimentar, consistia apenas no ensino de simples leitura e na maior parte de bordados e costuras, ois em que se reunia a educação da família maranhense.

Hoje, porém, o que vemos?

O Sr. Cunha Bello:—A nossa instrução não inveja a da capital federal.

O Sr. Viclal de Mattos:—Não ha duvida.

O Sr. Cunha Bello:—Não sei si é igual ou melhor; inferior não é.

O Sr. Viclal de Mattos:—Actualmente o professorado maranhense tem a sua competencia reconhecida, a sua reputação comprovada; e é bello admitir que a alma feminina não vai passando prejudicada para bem compreender mais tarde o seu verdadeiro e elevado papel na sociedade, para bem compreender a civilização de um povo, porque só a mulher, dado às suas qualidades morais, está condigno esse grau atribuído humano, digno da reorganização social; e ella quem possui o habilal mais precoce para difundir a educação infantil, tanto pela pureza de seus sentimentos como pela nobreza do seu coração.

E assim que ella se tornará mais digna mãe de família e portanto a preceptora mais perfeita de seus próprios filhos. (Muito bem).

Pois bem: a família maranhense já tem uma civilização importante, uma educação apurada, já vale à pena conversar com as meninas maranhenses; faltou-me a física, na chimica ciencias naturaes; eem summa, já discutem sobre os diversos fenômenos que se operam na natureza.

A leitura de livros cenesinhos, sem scienceia, sem os necessarios exemplos, não é instrução.

A instrução, como bem comprehendo, Sr.s, tem por base preparar mães para terem filhos dignos, mães exemplares, capazes de preparar entes igualmente dignos da zelar e trabalhar pela prosperidade da patria. (Muito bem).

Portanto eu pensou que todo o qualquer sacrificio que o governo empreende, em proveito da instrucao publica não faz mais do que dar cumprimento a um dever. (Apologio).

O Sr. Antonio Silva:—Por grande que seja qualquer sacrificio é sempre pequeno.

O Sr. Viclal de Mattos:—Preparar cidadãos para o futuro, eis a divisa de uma politica bem orientada.

Não ha duvida que o estado financeiro do Estado não permite certas despezas, ao contrario reclama que medias sejam tomadas no sentido de secom melhoradas as condições do Tesouro; tratando-se, porém, de instrucao e en-carada a missão do projecto ou a despezas que elle autora debaixo do verdadeiro ponto de vista, tão pequena é a importância e tão util é o fim que eu penso nada viria alterar economicamente.

O Sr. Cunha Bello:—Perfeitamente.

O Sr. Viclal de Mattos:—Pego descuppa a Casa de haver lhe roubado esses poucos momentos de atenção; mas, fervoros sectorio que sou da instrucao, entendi não dever calar as ligeiras considerações que fiz.

E não é de hoje, senhores, esse meu fervor pela instrucao.

Falso em lembrar-me que ha uns 15 annos, quando Victor Lobo dirigia a Pacotilha em sua primeira fase, nesse jornal eram publicados uns artigos muito resumidos, mas de minha propria lavra e apresentando as mesmas ideias, as mesmas reflexões que estou fazendo.

Dizia eu que o interesse do aluno, o bom exito a colher consistia em preparar convenientemente o seu espírito; sem ter conhecimento das sciences, sem conhecer o que se passava em seu proprio organismo nada teria conseguido. E então accentuava, que, se o governo não tinha recursos para reformar o ensino, adaptando diversas cadeiras no Lyceu, eu apresentava como idéia minhas a supressao da Casa dos Educandos,
para ser essa verba aplicada em uma instrução mais completa.

Tenho concluído.

O Sr. Carvalho Branco: — É exacto: a Casa dos Educados não deu os resultados que se esperava.

O Sr. Mariano Pompilio: — Sr. Presidente, palavra de honra que as palavras que acabo de ouvir, do nobre Deputado me surpreenderam enormemente!

ou fixe ligeira reclamação sobre um equívoco ou alteração que notou no discurso publicado do Sr. Coronel Carvalho Branco; de nenhum outro assumpto me ocupei.

Não vejo em discussão matéria alguma, não me pronunciava sobre o projecto, não provoquei o discurso com que me respondeu o nobre Deputado.

Nem mesmo em discussão à matéria, ou ao assumpto de que se ocupou o nobre Deputado, quando muito S. Exc. poderia dar resposta ou ocupar-se da reclamação que fiz, e nada mais ...

Quando se tratar da 2.ª discussão do projecto ou estar em bancada, a tiver tempo para concorrer à sessão: e então é ocasião de discutir o assumpto de que tratou o nobre Deputado.

O Sr. Antonio Silva: — Desde que V. Exc. aceitou o cargo deve ter tempo para vir à sessão.

O Sr. Mariano Pompilio: — Pode o nobre Deputado ficar certo de que não sou inimigo à instrução; mas quero que ela seja dada com possibilidade dos coños, e não com sacrifício do comercio, da lavoura, do bem público em geral; não quero que se sacrifique a maioria para satisfazer a minoria.

O Sr. Vicetl de Mattos: — Respondendo ao apello que me faz o nobre Deputado, tenho a dizer que a exposição por mim feita com relação à instrução traduz ou quer dizer que mais de que o qualificativo de patrono merece aquella que pode e bem saber compreender o alcance e as vantagens que produz a instrução em um poço.

O Sr. Mariano Pompilio: — Da licença para um apênte?

O Sr. Vicetl de Mattos: — Perdão. Convém fazer esta explicação quando se trata de um qualificativo merécio...

O Sr. Mariano Pompilio: — Da licença? Eu continuo a dizer que não dei o qualificativo, como me foi atribuído no discurso publicado, não quero para mim uma gloria que não me pertence.

O Sr. Vicetl de Mattos: — Seja ou não, V. Exc; não importa. Mas eu digo que para se dar esse qualificativo de patrono é preciso que a pessoa a que se dá tenha realmente essa qualificação — o patrécino — e interessar-se pela causa; e ninguém desconhece que o Sr. Senador Leite tem se esforçado sobretudo pelo desenvolvimento da instrução entre nós.

Fazendo estas breves ponderações e meu intuito mostrar que estou de pleno acordo com o modo de pensar de meu nobre collega, o Sr. Carvalho Branco.

Passando-se à 2.ª parte da ordem do dia, e não havendo sobre a mesa trabalho algum das comunicações, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de ter marcado a seguinte:

**9.ª Sessão Ordinaria**

**Em 21 de Fevereiro de 1909**


Ao meio dia, foi a chamada e achando-se presentes os Srs. Ribeiro Prázere, Conha Bello, Rebêllo Bandaíra, Carvalho Branco, Antonio Silva, Vicetl de Mattos, Americo Reis, Nuno Gomes, Jefferson Nunes, Ribeiro Elias, Lopes, Carmo, Mariano Pompilio, Jorge Americo, Theophilo Machado, Virgílio Domingues, Irineu Santos e Alves da Rocha, abre-se a sessão.

Lida a pauta em discussão a acta da antecedente, foi aprovada sem reclamação.

Não ha expediente, nem requerimentos ou indicações.

O Sr. Presidente diz que apresenta a oportunidade para declarar que mão foi apresentada reclamação alguma, nem contestação contra a parecer da mesa, houve, publicado e referente apuração da eleição para Governador e
Vice-Governadores do Estado procedida em 31 de Agosto do ano passado.

Passa-se à ordem do dia.

Não tendo sido também apresentado pelas comissões trabalho algum, o Sr. Presidente levanta a sessão, tendo designado antes a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

1.ª Parte—Expediente, pareceres, etc.

2.ª Parte—Discussão única do parecer da mesa sobre a apuração da eleição feita em 31 de Agosto do ano passado para os cargos de Governador e Vice-Governadores do Estado.

---

**10.ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 22 DE FEVEREIRO DE 1902**


Ao meio dia, abre-se a sessão, estando presentes os Srs Ribeiro Pazes, Conha Bello, Rebello Bandeira, Carvalho Branco, Victal de Mattos, Americo Reis, Nunes Cutrim, Jefferson Nunes, Ribeiro Fialho, Irineu Santos, Virgilio Domingues, Lopes Carneiro, Mariano Pompilio, Antonio Silva, Jorge Amorim, Durval Lima e Alves da Rocha.

Lida a acta da sessão antecedente, é sem debate aprovada.

Não há expediente.

O Sr. 1.º Secretario (pela ordem) anuncia estar na ante-ala o Sr. Antonio de Castro Pereira Rego, deputado reconhecido e o Sr. Presidente nomeia os Srs. Victal de Mattos e Americo Reis para o introduzirem no recinto.

Penetrando na sala das sessões o mesmo Sr. Deputado presta perante a mesa o compromisso legal e toma assento na bancada.

O Sr. 1.º Secretario, pedindo de novo a palavra, diz que por motivos justos, deixam de comparecer à sessão os Srs. Theophilo Machado e Franklin Veras.

Às 3h as sessões foram interrompidas.

Não havendo requerimentos nem indicações, passa-se à 2.ª parte da ordem do dia.

Está em discussão única o parecer da mesa, aprovar as eleições para Governador e Vice-Governadores do Estado, procedidas em 31 de Agosto do ano passado.

Posto a votos e sem debate e unânime, o Sr. Presidente aprovou a parecer nas suas conclusões.

O Sr. Presidente proclama então eleitos o Governador o Sr. Dr. Manuel Lopes da Conha, Vice-Governadores os Srs. Alexandre Collares Moreira Junior, Othon de Carvalho Bulha e Raymundo Nogueira da Cruz e Castro; e diz que desde logo fica convocada uma sessão extraordinária para o dia 1.º de Março vindouro, às 7 horas da manhã, além de prestar-se os eleitos o compromisso constitucional.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver marcado a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

1.ª Parte—Expediente, pareceres, etc.

2.ª Parte—Discussão do projecto n. 1 que autoriza a criação de mais uma cadeira na aula do 1.º anno da Escola Modelo.

1.º do n. 2, anulando a lei n. 284 de 11 de Abril de 1901, que criou uma cadeira mixta na fazenda—Graça de Deus—in Guimarães.

---

**11.ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 25 DE FEVEREIRO DE 1902**


Lida a acta da sessão anterior é aprovada.

O Sr. 1.º Secretario le o seguinte:

**EXPEDIENTE**

Ofício do Sr. Dr. Governador do Es-

O Sr. Presidente diz que corre-lhe o dever de comunicar à Casa o falecimento de D. Maria Amalia de Lima Machado, filha do Deputado Sr. Theophilo Machado, e convida os membros do Congresso para acompanhem o sahimento que terá lugar da casa da rua do Sol onde residia a finada.

Ao mesmo tempo consultando aos Srs. Deputados, se aprovam que seja lançado na acta um voto de profundo pesar por esse acontecimento e que se levante a sessão, como prova de consideração ao Tenente-Coronel Theophilo Machado, acham todos que é muito justa a lembrança e approvam o alvitre proposto. Levanta-se a sessão.

— 12.ª SESSÃO ORDINÁRIA

EM 26 DE FEVEREIRO DE 1902

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Collares Moreira.

Ao meio dia abre-se a sessão, estando presentes os Srs. Collares Moreira, Nunes Cutrim, Alves da Rocha, Domingues da Silva, Cunha Bello, Lopes Carneiro, Franklin Veras, Jorge Amorim, Rebello Bandeira, Carvalho Branco, Américo Reis, Viclal de Mattos, Jefferson Nunes, Ribeiro Filho, Nogueira da Cruz, Pereira, Rego e Antônio Silva.

Lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente, é aprovada.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício da Directória da Sociedade «Centro Caixeirol» convidando os membros do Congresso para assíntirem à sessão magna que elle pretende realizar, no dia 1.º de Março vindouro, com o fim de commemorar o anniversário da fundação da mesma instituição.

O Sr. Presidente — Apreciando e agradecendo o convite que pelo ofício lido foi feito ao corpo legislativo, nomeia uma commissão que vai representar esta corporação naquele acto, que será composta dos Srs. Vicente de Mattos, Virgilio Domingués e Lopes Carneiro.

Ofício da Câmara Municipal da cidade da Imperatriz enviando cópia da lei n.º 45 de 1.º de Fevereiro de 1902, a mesma comissão.

Dito da Câmara Municipal da cidade de Picos remetendo cópia da lei n.º 45 de 1.º de Fevereiro de 1902. — A mesma comissão.

Dito do cidadão Intendente da Capital, Coronel Nano Alves de Pinha, oferecendo em folheto um exemplar das leis municipaes n.ºs. 70, 71 e 72 referentes ao ano de 1901. — Agradece-se.

Requerimento da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão pedindo verba para pagamento da quantia da R$ 5.341.957,00 proveniente de passagens dadas em seus bares, por ordem do Governo do Estado. — A 1.ª comissão.

Não havendo requerimentos nem indicações ou pareceres, passa-se à 2.ª parte da ordem do dia.

Dito de discussão o projecto n.º 1, deste anno, que auctoriza o Governo a crear mais uma cadeira na aula do 1.º anno da Escola Modelo, ou a deslobrar em duas secções a mesma aula.

O Sr. Virgilio Domingués — De perfeito acordo com o meu honrado collega, auctor do projecto, venho apresentar o seguinte substitutivo: (Lendo)

«Pede o Governo auctorizado a crear mais uma cadeira em cada uma das aulas da Escola Modelo, ou a deslobrar em duas secções cada uma dessas aulas, a tornar-se necessaria qualquer dessas medidas para atender à influencia dos alunos, dos que o numero destes exceda ao que estiver fixado no respectivo regulamento.»

Em discussão o substitutivo e não havendo quem podesse a palavra, foi o mesmo posto a votos e unânimamente aprovado.

Em 1.ª discussão tem tambem aproveitado sem debate o projecto n.º 2 deste anno, anulando a lei n.º 281 de 11 de Abril de 1901, que creou uma cadeira.
na fazenda — Graça de Deus — no município de Guimarães.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, tendo designado a seguir.

**ORDEM DO DIA:**

1. **Parte**—Expediente, requerimentos etc.

2. **Parte**—Trabalhos de comissiones.

**13.ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 27 DE FEVEREIRO DE 1902**

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.


Lida a acta da sessão anterior, é aprrovada.

O Sr. 1.º Secretario lê o seguinte.

**EXPEDIENTE:**

Officio do Director da Escola de Music, comandando os mros membros do Congresso para assistirem a entrega do diploma de habilitação ao aluno da mesma Escola, Adelmar Corrêa.

O Sr. Presidente—Os Srs. Deputados têm conhecimento do officio, pela leitura que acaba de fazer o Sr. 1.º Secretario; espera, portanto, que os que puderem e querem comparecerão ao acto representando esta corporação.

Oofficio do Sr. Dr. Lopes da Cunha, acusando a comunicação que lhe fez a Mesa do Congresso da aprovação da sua indicação para o cargo de Governador do Estado, e aminando que tomara na devida consideração o convite que lhe fez a mesma Mesa afim de comparecer a sessão extraordinariamente convocada para o dia 1.º de Março proximo, às 7 horas da manhã, e presenciar o Congresso o compromisso constitucional — Inteirado.

Requerimento de Antonio Pereira Ramos de Almeida & C.ª, pêndendo pagamento da quantia de Rs. 950$390, de importância de fornecimentos feitos a diversas repartições públicas — A 1.ª comissão.

Dito de João de Aguiar Almeida & C.ª, pêndendo também verba para pagamento de Rs. 1$85$390, de procedência identica — A mesma comissão.

Não havendo pareceres nem tendo sido apresentado requerimento ou indicação, passa-se à 2.ª parte da ordem do dia.

Não existindo tambem sobre a mesa trabalho algum apresentado por parte das diversas comissiones o Sr. Presidente levanta a sessão, tendo antes designado a seguinte.

**ORDEM DO DIA:**

1. **Parte**—Expediente, requerimentos, pareceres etc.

2. **Parte**—2 discussão do projecto n. 1, deste anno, que autoriza o Governo a cre e mais uma cadeira em cada uma das aulas da Escola Modelo.

2.º do n. 2, annullando a lei n. 284 de 11 de Abril de 1901, que creou uma cadeira na fazenda—Graça de Deus—no município de Guimarães.

**14.ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 28 DE FEVEREIRO DE 1902**

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.


Lida a acta da sessão antecedente, é aprrovada sem contasação.

O Sr. 1.º Secretario lê o seguinte.

**EXPEDIENTE:**

Mensagem do Sr. Governador do P–
tado submetendo à apreciação e aprovação do Congresso os diversos créditos que teve necessidade de abrir no ano lindo, para acudir a exigência de certos serviços públicos.—A 1ª comissão.

Requerimento da Companhia de Melhoramentos do Maranhão pedindo verba para pagamento de passagens dadas por conta do Estado na estrada de ferro de Caxias a Cajazeiras.—A mesma comissão.

Ofício do comandante da Escola de Apêndizes Marinheiros acusando o do Sr. Presidente do Congresso em que o convida a comparecer no dia 1º do mês vindouro, às 7 horas da manhã, na sala das sessões do mesmo Congresso, afim de prestar o compromisso constitucional, na qualidade de 2º Vice-Governador eleito. —Inteirado.

O Sr. Carvalho Branco:—Sr. Presidente, achando-se ainda de pezar o nosso distinto e prestigioso collega, Sr. Theophilo Machado pela morte de sua inítila filha, venho pedir a V. Exc. que nomeie uma comissão para desanjoal-o e assim poder tomar parte na session solemne que amanhã vai ter lugar para serem empossados nos respectivos cargos o Governador e Vice-Governadores ultimamente eleitos.

O Sr. Presidente:—Para a comissão que acaba de indicar o nobre deputado, Sr. Coronel Carvalho Branco, afim de desanjoar o nosso collega, Coronel Theophilo Machado, nomeio o mesmo Sr. Carvalho Branco e os Srs. Pereira Rego e Durval Lima.

Não havendo pareceres, passa-se à 2ª ordem do dia.

Em 3ª discussão o projecto n. 1, deste anuo, auctorizando o governo a achar mais uma cadeira em cada uma das aulas da Escola Modelo.

O Sr. Víctal de Mattos:—Sr. Presidente, quando se discutiu a primeira vez este projecto, o meu nobre collega, Sr. Mariano Pompilhio, fazendo sensatas considerações, negava ao mesmo o seu voto, em face do estado financeiro em que nos debatemos, e acrescentava que tal projecto devora ser precedido de declaração da professora da Escola Modelo.

Loure muito as ideias do meu honrado collega no sentido de ser melhorada a crise financeira do nosso orário, crise a que fomos arrastados, não por uma causa simplesmente local, mas por um conflito de circunstancias mutuos e graves, que não desconhecemos; porém que, fatalmente, cessará si acertadas medidas que o momento exigir. Gorem postas em prática.

O Sr. Víctal de Mattos:—Uma mensagem que há pouco foi lida no expediente mostra que a crise é devia a circunstancias que não podiam ser previstas na lei. (Apalados.)

O Sr. Víctal de Mattos:—Quanto ao facto, porém, de não haver sido apresentado pela professora da aula um documento reclamatorio...

O Sr. Cunha Bello:—A reclamação foi feita pelo director da Escola que é o mais competente.

O Sr. Víctal de Mattos:—Bem; nesse caso está plenamente justificada a medida contida no projecto.

O r. Antonio Silva:—E pelo director mesmo que a reclamação devesse ser feita.

O Sr. Carvalho Branco:—Ele não fez reclamação; recusou matricula a muitos alunos, porque não os podia aceder, desde que o numero marcado no Regulamento estava preenchido, completo.

O Sr. Cunha Bello:—Creio que vê se requereram matricula.

O Sr. Víctal de Mattos:—Mas acostumando a mesma observação do nobre deputado, Sr. Mariano, estou convencido de que o governo, atendendo justamente à grande influencia de matriculados e à preterição de requerimentos apresentados, o que, aliás, constitui a mais eloquente reclamação, não vacilasse e perfeitamente deliberou em antecipar as providencias que está tomando.

O Sr. Pereira Rego:—Muito bem.

O Sr. Víctal de Mattos:—Sr. Presidente, eu já tive ocasião de dizer desta tribuna—que era sectario servoroso da instruccion do povo e igualmente tive ensejo de apreciar o desenvolvimento que ella tem tido entre nós, e sobretudo o aproveitamento dos meninos, nossos patrizes.

De facto, senhores, do aproveitamento colhido resulta que elles se tornam mais perfeitas mães do familia, melhor compreenderão o alto papel que são incumbidas de desempenhar na sociedade; pois que a mulher, possuindo uma certa somma de conhecimentos, quanto
mas tiver o seu espírito esclarecido e ilustrado, tanto mais poderá concorrer
para a nobre e elevada missão que lhe está confiada na grande obra da regenera-
ção social (mutuo bem), pois que a sua
posição na sociedade, em cada época,
segundo Robertson, constitui a melhor
medida do pr gresso.

Louve muito, repito, as grandes ideias
do meu distinto collega, o sr. Mariano
Tomillo, sob o ponto de vista econômi-
co, e por esse lado eu o acompanhar
Não é, entretanto, uma verdade relativamente tão pequena, que virá affectar
as nossas finanças, quando ella pôde jas-
tamente satisfazer as grandes aspirações
de tanta aluna.

Tratando-se, porém, do magno as-
sumpto da instrução, nem só confirino
com o meu voto a aceleração do pro-
jecto, como ainda não estar presente o
honrado deputado, pois peleira licença
para convocar a reconsiderar o seu
acto.

Pediria, mesmo a S. Excel., que esque-
cesse a forte impunção que fez a mí-
dida de tão alto alcance, como é a que
o projecto consiga, para ajudar a
aprovar-lo com o seu voto, afim de que
a mocidade de hoje possa dizer no futu-
ro, no meio das agitações políticas e
sob a pressão tremenda de uma crise
financeira, a patriótica corporação legis-
lativa do Estado do Maranhão não me-
diu esforços para pôr nas mãos da me-
cidade maranhense a maior somma de
meios que a habilitassem a concorrer
para o desenvolvimento do grande edif-
cio social. (Mutuo bem; mutuo bem).

O Sr. Carvalho Branco.—Sr.
Presidente, autor que foi do projecto
que se discute, sinto em extremo não
estar presente o meu sobre collega, o
sr. deputado Mariano Tomillo, para
mostrar-lhe, auxiliado pelo meu illustre
collega que me precedeu, que a crise
e que o Estado atravessa, não foi criada
pela despeza feita com a instrução pública.

O Sr. Cunha Bello.—E nem motivada
por esbanjamentos.

O Sr. Carvalho Branco.—Pela men-
sagem que a casa acaba de ouvir lhe se
verifica que grandes obras as despezas
feitas com sorteis urgentes e com as
quais o Estado não contava.

Se diz é certo que o Tesouro está
em circumstancias muito precarias, mas
porque se acha em tal situação o Tes-
ouro?

Será dela devida a esbanjamentos por
parte do governo? Não.

A crise que o Estado atravessa é com-
mercial; é devida à falta de exportação.

O Estado do Maranhão como outros
mais ou quasi todos os da União sen-
tem-se como que inhibidos de dar salvi-
da aos seus generos porque, se os ex-
portam sem que sejam pedidos de outras
maçães, arriscam-se a passar pelo dissab-
dor de não receberem de prompto a im-
portancia delles.

Nós armazéns do Tesouro grande é
o numero de volumes contenho cereos
e outros productos da lavoura; e desde
que eles não tem salvi facil, necessariamente a renda do Tesouro ha de
decrescer, o seu rendimento deixa de
aparecer.

Se diz tambem, que o Tesouro deve
dos mil contos de réis ou mais!

Não deve tal. O deficit não chega à
metade talvez; e com o concuro a sabia
orientação do illustre chefe da situação
dominante, em breve esse alcance des-
aparecerá e a crise ha de cessar.

E não foi a despeza com a instrução,
como disse, que acabaram o Tesouro.

Pela mensagem que ha pouco foi lida,
vio o Congresso que o governo sentiu
necessidade indeclinavel de abrir cre-
ditos para acabar as despezas urgentes,
como, por exemplo, para os infelizes
atacados da varídia. (Apalados).

O sr. Antonio Silva.—Despeza inad-
ável.

O Sr. Carvalho Branco.—Em outros
tempos os cofres do Tesouro sempre
estavam vãos e nem um melhoramento
se apontava onde houveram sido ap-
licadas as rendas, em que se tivesse
empregado o imposto pago pelo contribui-
inte.

Hoje lamento-se o estado precário dos
cofres, mas ao menos podemos mostrar
um edificio de primeira ordem, como é
o nosso Teatro, que era uma casa em
ruinas; remos quasi todo o interior do
Estado ligado à capital em comunica-
cão facil e prompto pelos filos do tele-
grama, em melhoramento, sem duvida
de alto valor.

Tudo o dinheiro para essas despezas
de interesse real sahiram dos cofres do
Tesouro do Estado. (Apalados).

O Sr. Pereira Rego.—E desses factos
até os jornais da Capital Federal têm dado notícia.

O Sr. Carvalho Branco.—Entretanto se diz aqui no Estado que há, quando se fala no Maranhão, ninguém liga... O Sr. Pentea Rogo.—Os jornais mais lidos no Rio, como o Paia e o Jornal do Commercio, ocupam-se desses grandes melhoramentos feitos aqui no Estado.

O Sr. Carvalho Branco.—E falo incontestável, senhores, que, desde que a actual situação política assumiu a gestão dos negócios públicos, desde que V. Exce., Sr. Presidente, tomou conta da administração municipal, se verifica que, não só pela sabia orientação de V. Exce., como pelo tino e alto criterio dos que têm ocupado a cadeira do Governo do Estado, as rendas públicas têm tido uma aplicação acertada e proveitosa; todos sabem que destino têm tido o tributo que o povo paga ao Tesouro. (Applausos).

O nobre deputado que impugnou o projecto disse que temos necessidade de acelerar o esforço; que a administração é insuficiente e que a população deve ser acusada e acusada. Aqueles que temos recebido o Tesouro, não somos S. Exce. que, assim pensa, todos nós reconhecemos essa obrigação; todos somos representantes do povo e devemos acudir e atender às queixas desse mesmo povo, suprir as faltas e legitimas necessidades que ele alheia.

O meu projecto, Sr. Presidente, vem atender a um reclamo da população, vem decretar uma medida inadiável, autorizando a serem recebidos na Escola Modelo, mais de vinte mouros que pedem e desejam receber instrução naquela utilíssimo estabelecimento. (Applausos).

A insistência de muitos pais por logo não admite verificações os bons resultados que têm dado a "Escola Modelo", afirma que always tem a certeza de que dali sairão uma noite perfeita e instruída, instruída para servir mães e bem saber dirigir os serviços do lar doméstico, como sairão também os meninos preparado e predispõem para ser um cidadão civilizado, prestíguio, apto para bem desempenhar seus deveres na sociedade e portanto para ser útil a si e à patria. (Muito bem).

Preço-me, senhores, de ter apresentado este projecto, pois que, se ele acusará para o Tesouro uma despesa diminuta, mas despende com um tributo compensado pela benfeitoria e melhoria resultantes que todos devemos esperar da medida decretada.

Ainda houve-se a num Proco— que, depois do reduzido em 10%, os rendimentos em geral, devem voltar à antiga. Os vencimentos do governador, os v. serem diminuídos os migados, ordenados dos professores do Lyceu, etc.

Mas porque não assigne eu um nome, porque não se mostre responsável quem escreveu isso?

Sra., sejam francos e sejam sérios os que nos accusam.

A situação dominante tem sido imperc. E tão generoso se têm mostrado os governos e o ilustre chefe a cuja sabia orientação obedecemos, que do seu apoio a posição superior é apenas a arrecadar francos adversários nossos, para colocá-los no quadro do esperado e à testa de estabelecimento de instrução com ordeun e elevações.

Não faço interesseado, não pretendi para mim lógico algum, pois reconheço a minha insuficiência a pesada habilitação que tenho (ao applausos), mas é força confessar que no partido dominante no Estado encontram-se pessoas competentes e habilíssimas que podiam estar contempladas no cargo do Ministro do Lyceu ou Escola Normal ou para dirigir qualquer estabelecimento de instrução e que entretanto se acham preteridos.

E até onde pode chegar a magnanimidade do ilustre chefe de partido a que pertencemos, que nunca tem servido bem a honra do cargo e com inteira isenção, sem paixão política, abster-se à exigência dos diversos ramos de serviço público (Muito bem).

Vão deixar hoje, senhores, a cadeira da administração do Estado e Exmo. Sr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa.

Moço de honestidade contumaz, de caráter onífero, soube e. Etc. mostrar sempre o mais apurado teso e criterio no desempenho das arduas funções de Governador.

Durante quatro anos de administração nunca lançou mão dos dinheiros públicos senão para necessidades urgentes ou despesas indispensáveis de utilidade reconhecida.

Pobre subió S. Exce. as escadas de Palácio, onde restou, porque suas ambições desvelaram-se, mas com a certeza de que trans
as mãos paras, e intacta a sua reputação. Honrando assim por essa forma o tempo que escorreu as vias de seu vestigio, rapaz, cuja memória elle tem sabido adivinar e respeitar. (Muito bem).

O Voto do que disse a «Pacolilha» sobre a diminuição dos encargos dos funcionarios públicos, acho que o autor de tal armação, devia assinalar-o para ter a devida resposta; desde que o não fez, não merece qualquer apreciação.

Já disse, Sr. e repito; o alcance dos cofres do Tesouro não é tão grande quanto se diz por aqui; há um alcance é certo, mas que não chega a 300.000$000 reis. tais; entretanto aqui estão os serviços em que foram eles gastos, não ficam com a commissão de 500$000.

Aqui está a vista de todos a Praça Benedito Leite, antigão jardim publico, que mais perece um cemitério; e hoje uma bela praça, ponto de distração para os habitantes da cidade e muito frequentado a todas as horas. Essa obra importante, devemos calar — foi feita por iniciativa e durante a administração de V. Ex.ª, Sr. Presidente, e parece testemunhar e recordar o muito que deve o Estado ao nosso ilustre e eminente chefe, Senador Benedito Leite. (Aplausos).

Ainda por bondade do V. Ex.ª, tive o prazer de ver levantar-se na rua dos Remedios, e em frente à casa em que reside a bela praça que vae ter o nome de Ouro Preto Mendes, sem duvida uma recordação, uma prova de respeito e apreço a esse vulto da nossa literatura.

Outros merecimentos não existem para attestar a aridade, dedicação e grandes serviços prestados pela actual situação dominante no Estado, e que não são devidos a esses meritíssimos. (Muito bem).

O Sr. Antonio Silva:—Que nada tem feito pelo Maranhão.

O Sr. Pereira Rego:—Que nunca o fizeram.

O Sr. Carvalho Branco:—Ahi está ainda, senhor, a areniada Góias de Castro, em um lugar de recreio, que pão ser franco monte frequentezado por familias e que atrae a atenção dos viajantes ou dos nossos hospedes, nacionais e estrangeiros. (Muito bem).

Diz tambem a Pacolilha de hontem que o Presidente da Câmara Municipal de Gaxias tem recusado a entrega dos títulos aos eleitores.

E mais uma inverdade, uma falsidade dos nossos adversários.

Não ha muitos instantes encontrei-me com o Procurador da República, o Sr. Dr. Araujo Costa, e elle me disse haver procedido no sentido de serem entregues francamente os títulos a todos que se mostrassem habilitados, que ofereciam as condições, as requisitios exigidos para serem eleitos.

E mais uma entrega manejada por quem ainda não ha muito tempo pertencia ao nosso partido (Aplausos).

Ainda muito poderia dizer, Sr. Presidente, mas vou terminar para não absurdo por mais tempo a atenção dos meus nobres colegas (Não aplausos).

Espero e espero com muita fé que o meu projecto será acceito unanimemente, para ser convertido em lei, e termo assim o prazer e ocasão de ver uma porção de creancas visitadas e contentes desafiando pressurosas pelas ruas da cidade em direcção á porta que dá entrada para as salas da «Escola Modelo — Benedito Leite». (Muito bem; muito bem).

O Sr. Virgilio Domingues:—Sr. Presidente.—Tenho colaborado com o meu honrado amigo Coronel Carvalho Branco na elaboração do projecto que ora se discute, muito secundado nas considerações que acabo de fazer, e dar ao Congresso as razões determinantes da apresentação do projecto e seu substitutivo.

Em primeiro lugar direi, Sr. Presidente, que a matéria do projecto é daqueles que se recomendam por si mesma e se impõem ao estudo e á ponderação do legislador.

Proporciona a instrução, tratal-a com solicitude e interesse, procurando aperfeiçoal-a cada vez mais o tornal-a accessível a todos, é talvez o maior benefício que se pode fazer a um povo (Aplausos).

O Sr. Antonio Silva:—É mesmo um dever.

O Sr. Virgilio Domingues:—Perfeitamente. Eu não conheço mais.

Mas a apresentação do projecto, Sr. Presidente, obedeceu a uma necesidade, a qual não podíamos deixar de acudir. Em virtude d’uma disposição do
Regulamento da «Escola Modelo Benedicto Leite», o número de alunos que podem ser matriculados em cada uma das respectivas alas não deve exceder de quarenta; acontece, porém, que apresentaram-se sessenta e seis pretendentes à matrícula, a vinte e seis dos quais, nos termos do mesmo Regulamento, tinha efeito de ser negada.

O projecto primitivo, apresentado pelo Sr. deputado Carvalho Branco, previa que a matrícula não fosse necessária, e que o erro em que se encontra, não deixa de ser que o pão e os demais gêneros que lhe alimentam o corpo, assim assim o Estado, embora lucrando com difícilidade, não pode negar-se a custear com a instrução que é o pão, o alimento do espírito. (Muito bem; muito bem.)

Demos, Sr. Presidente, que seja essa despeza que o substitutivo crê que nos virá aliviar, nem demais fazer. Outras economias podemos fazer, outras despesas menos necessárias poderemos evitar, de modo a ser atendida uma necessidade de inadiável, de que se reveste a «Escola Modelo», que está talhada para produzir bons frutos e de cuja direcção se acha um moço distinto, que incontestavelmente está lhe prestando importantes serviços.

O Sr. Carvalho Branco (à mesa seis):—50 o que tem de mão não votar na nossa política... (1850.)

O Sr. Virgílio Domingues:—Sei, Sr. Presidente, que, nem sempre um grande número de cadeiras significa aumento de instrução e que esta não está na redutória daquela, mas na realidade do ensino ministrado nas escolas que se devem recomendar mais pela qualidade do que pela quantidade. Pressumo, porém, ter demonstrado a necessidade de alargarmos o ensino dado na Escola Modelo; por isso, tento que seja frequentada por maior número de alunos do que estipula o Regulamento em vigor, e por isso confio que o Congresso não repudiará o substitutivo que se acha em discussão.

Lembrarei de passagem, Sr. Presidente, que para mostrar quão grandiosos são os efeitos produzidos por influência aperfeiçoada e ilustrada, Sua Majestade é um exemplo pequeno, de territorio pouco extenso, e, com certeza, não poderá competir em poder militar com a Rússia, a Alemanha, a Inglaterra e outras potências. Entretanto, Sr. Presidente, nem menos dessas poderosas nacições renuncia à senescal Confederação Helvética o respeito e a admiração de que ella muito merecidamente goza em toda a parte, e o Congresso...
que esse respeito e essa admiração nas-
cem de alto grau de civilização a que
aquela invejável pátria tem conseguido
attingir.

Deixo a tribuna, Sr. Presidente, convi-
cendo de que, tendo em conta as pondera-
cções que acabo de fazer, o Congresso re-
conhecerá que não é inútil, nem poderá
ser levado à conta de desperdício a des-
peça criada pelo substitutivo em dis-
cussão, e leva em vista que—difundir
a instrução pública, pôr-se ao alcance
de todos, espalhar-la por todas as camas-
das sociais, não é um favor que fazem
os poderes públicos, mas o cumprimen-
to de um dever a que são obrigados.

Vozes—Muito bem, muito bem.

Encerrada a discussão do projecto aprova-
ado e enviado à comissão de redação definida.

Em 2.ª discussão e sem debate approva-
do o passo à 3.º projeto e 2.º anu-
llando a lei que criou uma cadeira mixta
na fazenda Graça de Deus, no muni-
pício de Guimarães.

Esgotadas as matérias, o Sr. Presidente
levanta a sessão, tendo marcado antes
a seguinte:

**ordem do dia:**

1. Parte—Expediente, pareceres etc.
2. Parte—3.ª discussão do projecto e
2.º, que annular a lei n.º 284 do 11 de
Abril do anno passado.

**sessão extraordinaria**

para a posse do governador e vice-
governadores do estado, em 1.º
de março de 1902

presidencia do Exmo. Sr. Dr. Gunha
Bello.

A's 7 horas da manhã, folha a cha-
madade e estando presentes os Srs. Lopes
Carnheiro, Dias Vieira, Virgilio Domi-
gueus, Nunes Guirim, Antonio Silva,
Theophil Machado, America Reis,
Gustão Belchior, Carvalho Branco,
Gunha Bello, João Teixira, Alves da
Rocha, Vicente Matos, Pereira Rego,
Jefferson Nunes, Ribeiro Silva, Reb-
llão Bandeira, Jorge Tomi, Franklin
Veras e Darwili Lima, abre a sessão.

O Sr. Presidente diz que a pre-
sença fôno foi convocada, de acordo
com o art. 4.º da Constituição do Esta-
do, especialmente para dar posse ao
Governador e Vice-Governadores eletos
em 31 de Agosto do anno findo, e que
fizeram do serviço no periodo governamen-
tal que nesta data começa.

Em seguida nomeia uma comissão
para dar entrada no recinto aos eletos,
que ficou composta dos Srs. Lopes
Carnheiro, Virgilio Domingues, Carvalho
Branco, America Reis e Custódio Bel-
chior.

Introduzidos na sala das sessões pela
comissão nomeada, perante a mesa e
com as formalidades do estilo, proferiu
o Sr. Dr. Manoel Lopes da Gunha a afir-
miação seguinte: «Prometo desempen-
har com toda a lealdade as funções do
cargo de Governador do Estado do
Maranhão».

Successivamente prestam depois o mes-
mo compromisso os Srs. Coronel A. Col-
lares Moreira Junior, Capitão de Fra-
gata Olho de Carvalho Bulhão e Coro-
nel Raimundo Nogueira da Cruz e Ca-
stro para os cargos de 1.º, 2.º e 3.º
Vice-Governadores, na ordem em que se
acham colocados.

Lavrado imediatamente pelo dire-
ctor da secretaria do Congresso, confor-
me dispõe o § 3.º do art. 14 do Regimi-
to, um termo das declarações prestadas,
e assinado o mesmo pela mesa e pelo
governador e vice-governadores eletos
e empossados, retiraram-se estes acompan-
hados da comissão que os recebeu.

O Sr. Presidente suspende então a ses-
são afim de ser escrita a acta.

Decorridos 15 minutos reabre a ses-
são; e sendo lida pela 2.ª secretaria a
presente acta, é põe em discussão e
aprovada unânimemente, depois de
que o Sr. Presidente levanta a sessão.

**15.ª sessão ordinaria**

em 3 de março de 1902

presidencia do Exmo. Sr. Coronel Col-
lares Moreira.

Ao meio dia, folha a chamada, a elle
respondem os Srs. Colares Moreira,
João Teixeira, Carvalho Branco, Theo-
phil Machado, Nunes Guirim, Alves da
Rocha, Jefferson Nunes, Ribeiro Fialho,
America Reis, Virgilio Domingues, Au-
TONIO SILVA, NOGUEIRA DA CRUZ, VICTAL DE MATTOS, CUNHA BELLO, DAS VEIGA, PEREIRA R. Lopes Carneiro, Franklin Veras, Jorge Amorim, Rebelo Bandeira, Custódio Balchior e Durval Lima.

Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

Lida e pauta em discussão a acta da sessão do 23 de Fevereiro, é aprovada sem reclamação.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte.

EXPEDIENTE:

Requerimento de João Capote, pedindo verba para pagamento de alugueis de casa de sua propriedade, que serve de quartel, no Engenho Central.

Lerato de Silvestre José Galvão, careceiro da cadeia da Victoria, pedindo também verba para lhe ser pago o aumento de seus vencimentos, na importância de Rs. 008000. Foram ambos remetidos à 1.ª comissão.

Entra-se na hora do requerimentos, pareceres, indicações etc.

O Sr. Presidente diz que tendo terminado em 23 de Fevereiro último o mandato constitucional do ex-governador Sr. Dr. João Gualberto Torrão da Costa, cumpre ao Congresso, como representante do povo maranhense, deixar consignado na acta da sessão do hoje seu agradecimento pelos importantes serviços prestados ao Estado, algumas vezes em ocasiões bem difíceis, por esse illustre cidadão.

Por isso apresenta a seguinte moção, assinada pela mesa: (Lê-se): O Congresso Legislativo interpretando os sentimentos que animam este momento o povo maranhense, presta ao ex-governador, Exmo. Sr. Dr. João Gualberto Torrão da Costa, a homenagem do seu reconhecimento pelos relevantíssimos serviços que prestou ao Estado, durante a sua administração. — Sala das Sessões do Congresso do Maranhão, 3 de Março de 1903—Alexandre Coutinho Moreira Junior, Joaquim da Cunha Bello, Pedro Rebelo Bandeira.

O Sr. Antônio Silva: — Sr. Presidente, na última sessão, ou pedi a palavra para propor que na acta desse dia fosse inserido um vale de louvor ao Sr. Dr. João Gualberto Torrão da Costa, pelos relevantíssimos serviços que prestou ao Estado durante a sua administração; reconheci, porém, depois, que não era aquele momento mais opportuno para tal manifestação, por parte do Congresso e desistir das considerações que ia fazendo.

Entretanto, acho que é chegada a ocasião própria para apresentar uma moção; e como seja ela política, não se apresenta em nome meu mas pedir os meus illustres colegas para fazê-los em nome de todo o Congresso e do povo maranhense.

E também lido e entra em discussão a seguinte moção:

«Os representantes do povo, neste Congresso, pertencentes ao Partido Republicano, recomendam a respeito e gratidão de seus correligionários o nome ilustre do ex-governador, Exmo. Sr. Dr. João Gualberto Torrão da Costa, pela inexcusável lealdade que, durante sua administração, respeitando os direitos de todos, guardou para com seu partido.—António Silva.»

Entram em discussão as moções.

O Sr. Carvalho Branco: — Voto, Sr. Presidente, pelas moções que acabam de ser apresentadas a consideração do Congresso; e ao mesmo tempo, com congratulação com V. Exe. e com os no meus illustres colegas e correligionários pelas provas de aprovação e consideração, da que tem sido alvo o nosso distinto amigo e ex-governador, Sr. Dr. João Gualberto Torrão da Costa.

Manda a justiça, senhores, que se de a Casar o que é de Casar, e o que estamos presenciando.

Assumo S. Exq. a administração do Estado em Agosto de 1903 e desde logo aplicou toda a sua atenção, todo seu esforço em bem dirigir os destinos que lhe foram confiados.

Mais do um deserto sôbre S. Exq. no decurso de seu governo, mais de um sacrificio fez para estar sempre atento e disposto a tomar providencias urgentes e seguras nos casos graves que infelizmente se deram.

Ahi estão os fatos do Grajah e Barra do Corda, que, a traziam a consternação e o pesar à população, mereceram, em todo o caso, do illustre governador providencias moditadas o problema, medidas muita acertadas. (Aöffentlich).

A toda hora, de dia ou de noite, era S. Exq. encontrado firme no seu posto.
presso à sua mesa de trabalho ou com a calma e prudência que o distinguem, sobre tudo deliberava.

Mesmo alta noite, privando-se do repouso e da comodidade do lar e da família, ali estava ele a cumprir suas obrigações.

O Sr. Cunha Bello.—Apesar de gravemente doente.

O Sr. Cerqueira Lobo.—Da capital vinha, do Estado do Ceará, chegaram emigrantes acossados pela crise que aumentava; vinham na suposição de que o governo abriria os cofres do Tesouro para dar lhes dinheiro e mantimentos, e por isso, em vez de procurarem se manterem em trabalho ou ocupação, dirigiram-se para as escadas de palácio. E, senhores, o Dr. João Costa, ao mesmo tempo que lhes respondeu «não tenho verba de que lhes possa atendê-los», mostrou-se muito temerosos e aligeirados e distribuíram-se em vários lugares da cidade. Que em tal caso proceda, parece que roça massa da população inteira muito grande e comum uma acusação e uma crivança de que muitos hoje sofram adversidades, que estão a receber de políticas e de opressão sistemática. No seu último hão de reconhecer que a administração do Sr. Dr. João Costa foi útil e proveitosa para o Estado e digna de todo o elogio. (Muito bem).

O Sr. Antonio Silva.—Creio que a justiça que todos lhe fazem. (Apoplados).

O Sr. Carvalho Branco.—Nós, representantes do povo, quer da capital, quer da interior, nos devemos congratular com o mesmo povo, com o Estado e com o ex-governador pela administração benéfica, justa e leal que Endou em 23 de Fevereiro último. (Apoplados; muito bem).

Essa data deve constar dos annais deste Congresso, para recordar um facto agradável e nobre, porque, como já tive ocasião de dizer, não é difícil termos talvez o prazer de ver outra vez na cadeira da administração o Sr. Dr. João Guia NBerto da Costa. (Muito bem).

Assumir há dois dias as velhas do governo o Sr. Dr. Manuel Lopes da Gouba, que ha de seguir o mesmo desempenho do que em pratica pelo seu antecessor, e obedecendo igualmente a orientação sabia e inteligente da qual eu, que por aquele a viu e Rosário e que nos orgulhamos de ter por nosso distinto e eminente chefe político. (Apoplados).

Digo que nos orgulhamos e assim deve ser, pois que o Ilustre mocce, chefe do nosso partido, por sua actividade, seu elevado carácter e norma de condutacigado da nossa manifestação.

O Sr. Senador Leite não vivo para si, bem para sua família; vivo para o seu Estado, ao qual tem prestado reais serviços. (Apoplados; muito bem).

O Sr. Antonio Silva.—Isso é simplesmente verdade.

O Sr. Carvalho Branco.—E certo que S. Exe. sofre constantes acusações da opressão, mas lamento é certo que em troca dessas acusações S. Exe. com aquela bondade e franqueza generosa que o eircum, vai ao seio dessa mesma opressão buscar um amigo particular, um colega de outros tempos e recolha-o e em emprelê condigno e bem remunorado! (Apoplados).

Volto ao Sr. Dr. João Costa, acho que é elle digno das manifestações de apreço que vamos votar.

Os meus nobres colegas hão de votar, sem duvida, o modo sensibilizado por que S. Exe. despediu-se do seu correio, o que parece indicar que sempre recolham de S. Exe. provas de respeito, perfeita solidariedade e estima.

Pois bem, para aplaudir a sua administração criteriosa e justiciera...

O Sr. Antonio Silva.—E honestissima. (Apoplados).

O Sr. Carvalho Branco.—Para testemunhar o muito de respeito e consideração de que S. Exe. espera que o congresso vai de votar unânimemente as moções apresentadas e que se acham em discussão. (Muito bem; muito bem).

O Sr Virgilio Domingues.—Br. Presidente, serei breve na justificação do voto que pretendo dar em favor das moções apresentadas por V. Exe. e pelo meu honrado amigo e collega, Sr. Corrêa Antonio Silva, propondo que consignemos na acta de nossa sessão de hoje um voto de louvor e agradecimento ao Ilustre maranhense, que acaba de deixar a administração do Estado, o Dr. João Gualberto Torreão da Costa.

Essas moções, Sr. Presidente, expressam tão bem o pensamento geral do
nossa pátria (Apoia-\text{do}ds), o qual foi sempre solidário com a administração do Sr. Dr. João Costa, e interpretou tão cabal e fielmente sentimentos de todos os Srs. Deputados (Apoia-\text{do}ds), que não tem necessidade de alargar-me em considerações para mostrar quanto é merecedora manifestação proposta o nosso digno o ilustre cunhâneo, Dr. João Costa.

Assim, Sr. Presidente, limitar-me-ei a declarar que aceito francamente as moções, associando-me de muito boa vontade às homenagens merecidamente prestadas a S. Exe. ao nosso Estado acham-se nitidamente gravadas na consciência de todos nós (Apoia-\text{do}ds), e são tão recentes, pois há apenas 2 dias que S. Exe. deixou o governo, que me dispusera a recordá-los à sua ilustre corporação.

Com efeito, Sr. Presidente, nem um de nós desconhece a maneira grandemente criteriosa pela qual se houve o ilustre maranhense no governo do Estado (Apoia-\text{do}ds) e o alto cumo de moralidade que S. Exe. imprimiu à sua administração. Muito bem.

No decorrer do seu governo, S. Exe. encontrou-se mais de uma vez em frente de acontecimentos incômodos e de relevada importância; S. Exe. teve lucutas a sustentar, medidas graves a tomar, e sofreu por isso fortes acusações; mas é grato reconhecer, e eu folgo com sinceridade, que foi posta em dúvida a irreprehensível probidade do digno Dr. João Costa (Apoia-\text{do}ds).

Seu caráter sabihão de todas essas lucutas e acusações, claro o limpo, qual sempre o teve. Muito bem.

Espírito afeto à justiça, caráter dos mais honestos, calmo e prudente, o ilustre Dr. João Costa inspirando-se, a si alto e espírito posto que acaba de ocupar, em uma política larga, tolerante e secunda, não houve somente o partido a que pertence; S. Exe. honrou o gualmente a terra natal, o Estado a que nos orgulhamos de pertencer, o nosso querido Maranhão (Apoia-\text{do}ds; muito bem).

Com o concorso de homens da estatura moral do ex-administrador, podemos, Sr. Presidente, confiar na realização do nosso maior desideratum, do nosso mais acariciado ideal—á Republica feliz a adormecer a Patria grande e prospera (Muito bem).

O nosso digno cunhâneo, Sr. Presidente, não é apenas o merecedor das manifestações que lhe são propostas; ele impõe-se a essas manifestações; eu, amigo de S. Exe., juntando aos meus aos applausos que lhe têm sido tributados, de aqui lhe envio minhas cordiais congratulações por uma carinhosa administração, e não obstante saber que sou o mais obscuro membro do Congresso (Não apoia-\text{do}ds), o faltaro autoridade para dirigir-se ao povo maranhense, todavia apresentarei desta tribuna à estima e ao respeito dos meus cunhâneos o nome honesto, limpo, incorruptível do Dr. João Gualberto Torreão da Costa (Apoia-\text{do}ds; muito bem; muito bem).

O Sr. Poreira Rego—Sr. Presidente, devem estar presentes, e bem claras no espírito de todos os Srs. representantes do povo maranhense as vivas e significativas manifestações que sobre modo honraram ao ilustre cidadão, Dr. João Gualberto Torreão da Costa, ex-governador do nosso Estado.

Não falta em efeito a S. Exe. dotas de predicas que o tornam merecedor de semelhantes provas de aprovação.

Só de um pouco tempo, Srs., entre o Exmo. Sr. Dr. João Costa; mas de há muito o seu nome me era conhecido, não somente por suas tradições académicas como pelo modo correcto e digno que desempenhou as funções de chefe do estado de cuja direção foi há poucos dias afastado. Muito bem.

Neste momento deve estar S. Exe. cheio de justo orgulho por ter decerto as escadas do poder, coberto de tores, applausos e bençãos do povo maranhense (Muito bem).

Justas e merecidas são de certo, as manifestações que tem S. Exe. recibi- do de todas as camadas sociais, o que quer dizer que todas as classes sociedade do maranhense, e mais que legítima e à que presentemente lhe faz o Congresso, que representa a unidade de vistra do povo, approvando as moções que se açam sobre a mesa.

Faltam-me elementos, Srs., falta-me habilitação e competência (Não apoia-\text{do}ds) para descrever aqui a personalidade do Sr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa; entretanto, quanto ao permitiram as minhas forças já e fe em uma reunião em casa do Sr. Srs—
O Dr. Benedetto Leite antecipou, no dia em que S. Exe. deixou o governo, hoje, como congressista, apoiando a votação as moções cumprindo um dever nobre e oportuno, pois o promovido como membro (aplaudido).

S. Exe. e o Sr. Dr. João Costa, desempenharam das escadarias do poder tem, como sucessor no governo o Sr. Dr. Manuel Lopes da Cunha, da qual não sairá do que um carolino, sábio vivendo, atentando de dizer, do nome puro e imaculado do Ceio de Cascais Magalhães.

Todos vocês, senhores, deve ser diário lembrar-vos do que houve, de que saímos com esse magistério, todos vemos com olhos dignos e elevados em que se pode colocar-se esse digesto maranhense.

Penso por isso, e sem receio de oira que se segue irmao, orientando mesmo família, dando o direito de esperar que S. Exe. continuar a mesma sonda, no mesmo caminho digno e com a mesma orientação de deve e da justiça.

Senhores, a orientação política que tem o nosso partido e para a sua, baseando-se nos princípios mais eloquentes da salência moderna, moldada em bons pesos Estados existem.

Aqui, senhores, no nosso Estado, o princípio republicano é perfeitamente caracterizado e realizado. Aqui, a liberdade e soberania há livres de perscrutador, e o senso que o mesmo não se dá em todos os Estados do Brasil.

O Sr. Caixa Belo:—Foi o primeiro Estado que secolou o comitê.

O Sr. Josefa Rego:—Mas, Sr. Presidente, desvair-me, sem querer, este não é o ponto que se discute. O que se discute é o que depreende e o que se segue. Que o Congresso é a moção apresentada por V. Exe. e aquelas que interessam a nossa apreciação o Sr. deputado Antonio Silva.

O Sr. Caixa Belo:—Eu fui o primeiro Estado que secolou o comitê.

O Sr. Josefa Rego:—Mas, Sr. Presidente, desvair-me, sem querer, este não é o ponto que se discute. O que se discute é que depreende e o que se segue. Que o Congresso é a moção apresentada por V. Exe. e aquelas que interessam a nossa apreciação o Sr. deputado Antonio Silva.

O Sr. Caixa Belo:—Eu fui o primeiro Estado que secolou o comitê.

O Sr. Josefa Rego:—Mas, Sr. Presidente, desvair-me, sem querer, este não é o ponto que se discute. O que se discute é que depreende e o que se segue. Que o Congresso é a moção apresentada por V. Exe. e aquelas que interessam a nossa apreciação o Sr. deputado Antonio Silva.

O Sr. Caixa Belo:—Eu fui o primeiro Estado que secolou o comitê.

O Sr. Josefa Rego:—Mas, Sr. Presidente, desvair-me, sem querer, este não é o ponto que se discute. O que se discute é que depreende e o que se segue. Que o Congresso é a moção apresentada por V. Exe. e aquelas que interessam a nossa apreciação o Sr. deputado Antonio Silva.

O Sr. Caixa Belo:—Eu fui o primeiro Estado que secolou o comitê.

O Sr. Josefa Rego:—Mas, Sr. Presidente, desvair-me, sem querer, este não é o ponto que se discute. O que se discute é que depreende e o que se segue. Que o Congresso é a moção apresentada por V. Exe. e aquelas que interessam a nossa apreciação o Sr. deputado Antonio Silva.
O P.C. S.E.C. o Sr. Dr. João Costa, descendo as escadarias do poder tem, como sucessor no governo o Sr. Dr. Manuel Lopes da Cunha, que não é mais do que um consultante como já lhe acrescentou de dizer, do nome para o imaculado de Ceia da Cunha Magalhães.

Todas, vós, senhores, devem sem dúvida lembrar-vos de que houve, de que se passou com isso magnífico, triste e sabedores a posição digna e cinturão em que soube colocar esse digno maranhense.

Pense por isso, e sem receio de errar que eu degrau em ordem, ordei integrar a mesma família, desde o direito de esperar que o S.E.C. continuará na mesma senda, no mesmo caminho digno e com a mesma orientação do dever e da justiça.

Senhores, a orientação política que tem o nosso partido é para a segurança, baseada nos princípios mais eloquentes da ciência moderna, moldada em bons princípios que em bom povo o Estados existem.

Aquí, senhores, no nosso Estado, o princípio republicano é perfeitamente caraterizado e realizado; aqui a liberdade profissional, a liberdade de pensamento, e me parece que o mesmo não se dá em todos os Estados do Brasil.

O Sr. Conha Belle—Foi o primeiro Estado que se celebrizador a comitiva.

O Sr. Pêrceira Rêgo—Mas Sr. Presidente, desejei-me, sem querer, esse não a orientação que se discute.

O Sr. José Lopes de Souza, no momento da ação apresentada por V. S.E. e aquella que ofereceu a nossa apreciação e ao Sr. deputado Antônio Silva.

Mas parece, senhores, que nós, representantes do povo maranhense, aqui reunidos, vamos ao mais solene, a mais eloquente prova, o mais rasteiro decote da conduta honesta e limável que teve o Sr. Dr. João Guadárbio Torreão do Costa durante o tempo que dirigia os destinos do Maranhão, apreciando francamente agradavelmente os serviços apresentados.

Para justificar o meu voto, que tenho a tribuna, que na tribuna, que se diz a moção.

Pego aos meus nobres colegas me desculpem ter-lhes obrigado ao sacrifício de ouvir-me (Palmas, não considerado). O Sr. Antônio Silva.—Diz-me com muito prazer.

O Sr. Pereira Rêgo.—Eu mas, por perdoar, o prazer do ter lido necessário de salientar as qualidades e apreciáveis dotes que oram a pessoa do eminente cidadão que deixou de presidir os destinos da nossa terra. (Muito bem; muito bem). O Sr. Castelo Branco.—Haviam, Sr. Presidente, conheceu o Sr. Dr. João Guadárbio Torreão da Costa, desde quando era ainda S. Excmo. muito jovem; estava, por isso, habilitado para esperar que a sua administração fosse fecunda, que a direcção que de tempos e negócios do Estado durante o período governamental, houve de fazer, isso digno do aplauso e respeito público. (Muito bem). O Sr. Lopes Carmolito—Sr. Presidente, apreciando as moções que ficam oferecidas à apreciação da Casa, e se acham em discussão, tendo declarado que com o maior prazer presto a ambos o meu voto de apreciação.

Encerrada a discussão e pás a votos a moção assinada pela Mesa, é aprovada em diferentes a Sr. Antônio Silva, ambas por unanimidade de votos.

O Sr. Presidente diz que a Mesa dará conhecimento ao Sr. Dr. João Guadárbio Torreão da Costa das moções aprovadas pelo Congresso.
Posta a votos é aprovada e vai o projecto à sanção.

Passa-se à 2ª parte da ordem do dia.

Entra em 3ª discussão e sem debate é aprovado o projecto n.º 2, anunçando a lei n.º 284 de 11 de Abril de 1901, que crea uma escola mista na fazenda —Graciosa do Deus— no município de Guimarães. Vae a comissão de redacção.

Nada mais haveria a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, tendo designado antes a seguinte

**ORDEN DO DIA:**

1.ª Parte—Expedito, pareceres, etc.
2.ª Parte—Trabalhos de comissões.

---

**16.ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 4 DE MARÇO DE 1902**


Lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente, é sem contestação aprovada.

Não ha expediente.

Enviada a mesa, é lida pelo Sr. 1.º Secretario a redacção definitiva do projecto n.º 2, anunçando a lei n.º 284 de 11 de Abril de 1901, que crea uma escola mista na fazenda —Graciosa do Deus— no município de Guimarães.

Posta a votos a redacção é aprovada e enviada o projecto à sanção.

O Sr. Vital de Moutos—Sr. Presidente, a comissão nomeada por V. Excm. para representar o Corpo Legislativo na sessão comemorativa de aniversário da fundação da Sociedade —Centro Caixairel— cumpriram o seu dever, e o fez, apresentando respeitoso

agradecimento pela convite dirigido ao Congresso, salutando á digna directriss. dessa sociedade pela data que então comemoram e afirmando ordens e sinceras votos para que tão bella instituição continue a colher os mais louvores que até agora tem alcançado.

O Sr. Presidente diz que a Casa ficou inteira e agradece o desempenho que deu a ilustre comissão à incumbência que lhe foi confiada.

Passa-se à 2ª parte da ordem do dia.

Não havendo sobre a mesa trabalho algum oferecido pelas comissões, o Sr. Presidente, levanta a sessão, marcando antes a seguinte

**ORDEN DO DIA:**

1.ª Parte—Expedito, pareceres, requerimentos, indicações, etc.
2.ª Parte—Trabalhos de comissões.

---

**17.ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 5 DE MARÇO DE 1902**


Lida a acta da anterior é aprovada sem contestação.

O Sr. 1.º Secretario lê o seguinte

**EXPEDIENTE:**

Óffício do Sr. Dr. Torquato Tasso Castelo de Souza comunicando haver assumido em data de 30 do corrente o cargo de chefe de Gilça para que foi nomeia—Intevercedido—

Dito do Sr. Dr. João Galiberto Torrelo da Costa informando o estado em que se 1º Secretario do Congresso, lhe da sciência de haverem sido aprovadas dias
moções, que ele considera, por demais bonitas, referentes à sua administração, que assumiu, e agradece, cordialmente, aos autores das referidas moções, bem como ao Congresso que as aprovou, as bondosas expressões de que usaram para com a sua pessoa.—Inteiramente.

Não havendo pareceres, nem tendo sido apresentados requerimentos, ou indicação alguma, passa-se à 2ª parte da ordem do dia.

Nenhum trabalho tendo sido oferecido também por parte de qualquer das comissões, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver marcado a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

1ª Parte—Expediente, requerimentos, pareceres, etc.
2ª Parte—Trabalhos de comissões.

**18ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 6 DE MARÇO DE 1902**


Lida e posta em discussão a votos à acta da sessão anterior, é aprovada. Não havendo sobre a mesa expediente, o Sr. Presidente anuncia a hora da apresentação de indicações, pareceres, projetos, etc.

**O Sr. Jefferson Nunes** pede a palavra e apresenta o seguinte projecto para o qual requer dispensa de interstício:

**Projecto n.º 3**

O Congresso Legislativo do Estado

**DECRETA:**

Art. 1.º—Fica criado um logar de Juiz Municipal no termo de Grajahú.

Art. 2.º—O respectivo funcionário vencerá 300$000 por mês.

Art. 3.º—Revogam-se as disposições em contrário.


Julgado objecto de deliberação o projecto vae a imprimir.

**O Sr. Carvalho Branco** pedindo também a palavra apresenta o seguinte projecto, o qual, dispensado igualmente do interstício e julgado objecto de deliberação, vae a imprimir:

**Projecto n.º 4**

O Congresso Legislativo do Estado

**DECRETA:**

Art. 1.º—Fica o Governo autorizado a abrir e crédito necessário para o pagamento dos aluguéis da casa em que funciona o Lyceu Maranhense.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 6 de Março de 1902. — Carvalho Branco.

**O Sr. Felisberto Souza** (1º secretário) pedia a palavra para solicitar do Congresso que aceite a renúncia do cargo que ele está ocupando.

Agradece penhorado a seus distintos colegas a muita consideração e prova de alta confiança que lhe dispensaram, por mais de uma vez, escolhendo-o para ocupar aquella cadeira; por motivos, porém, muito justos e entre eles o de não poder com a devida assiduidade cumprir os deveres inherentes ao cargo e para não incorrer, por isso mesmo, em repetidas faltas, sente a continência de fazer o pedido de dispensa, que submete a apreciação do Congresso.

Entra em discussão o requerimento.

**O Sr. Carvalho Branco** declara que presta o seu voto ao requerimento, por acolher como justos os motivos apresentados.

Compreende que a vida comercial, a que se dedica o nobre 1º secretário, não lhe permitiu, de certo, como desejava, prestar seu valioso e inteligente
concurso aos trabalhos do Congresso; mas, acreditando na sinceridade das razões apresentadas, do seu voto no pedido de dispensa que faz S. Exce., do cargo, para o qual, tão distinta e meridamente foi eleito.

Encerrada a discussão e posto a votos o requerimento verbal do Sr. Feitosa Souza, é aprovado.

O Sr. Presidente diz que, em vista da decisão do Congresso se deve fazer eleição para preenchimento do lugar de 1.° secretário; e para esse fim convocam os Srs. Deputados a prepararem as suas cédulas.

Correndo o oitavo tempo são recebidas e apuradas 18 cédulas, obtendo-se este resultado:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nome</th>
<th>Votos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Americo Reis</td>
<td>17 voto</td>
</tr>
<tr>
<td>Virgilio Domingues</td>
<td>1 voto</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Eleito pela maioria de votos o Sr. Americo Reis, é convocado a ocupar a cadeira e agradece em seguida a alta prova de consideração e confiança que acaba de receber.

Passando-se a 2.° parte da ordem do dia, e verificando-se que sobre a mesa nenhum trabalho havia, oferecido por parte das diversas comissões, o Sr. Presidente levanta a sessão, tendo designado antes a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

1.° Arte—Expediente, requerimentos, pareceres etc.
2.° Parte—Trabalhos de comissões.

**REUNIÃO**

Em 7 de março de 1902


A 12 horas e 30 minutos, feita a chamada, a ella respondem os Srs. Colares Moreira, Nunes Catrim, Antonio Silva, Virgilio Domingues, Americo Reis, João Teixeira, Alves da Rocha, Carvalho Branco, Franklin Veras, Jefferson Nunes, Canha Bello, Ribeiro Filho, Pereira Rego, Nogueira da Cruz e Jorge Amorim.

Não se achando presente número legal, o Sr. Presidente declara não haver sessão e marca para o quer um dia da seguinte a mesma já designada.

19.° SESSÃO ORDINARIA

Em 8 de março de 1902


Lida a acta da sessão de 6 e a da reunião de 7, sem debate tem ambas aprovação.

O Sr. 1.° Secretário lê a seguinte:

**EXPENDIENTE:**

Ouferido do Secretario do Governo do Estado, enviando秋季das as leitores mais uma cadeira em cada uma das salas da Escola Modelo e anualmente a que cria uma escola mista na fazenda—Grão de eus—no município de Guimarães.—A arquivar.

Requerimento de Frias & C., pedido decretação de verba para lhe ser paga a quantia de Rs. 0 000 000,00, proveniente de diversas impressões feitas por conta do Governo nas suas oficinas.—A 1.° comissão.

Dito de Sabino Alves Simas, pedido igualmente que lhe seja para a quantia de Rs. 300 000,00, proveniente de passagens que deixou em seus bicos, e praça do Corpo de Policia do Estado.—A mesma comissão.

Dito de Sabino Alves Simas, pedido igualmente que lhe seja para a quantia de Rs. 300 000,00, proveniente de passagens que deixou em seus bicos, e praça do Corpo de Policia do Estado.—A mesma comissão.

Não havendo pareceres, nem indicações ou requerimentos, passa-se à 2.° parte da ordem do dia.
Não tendo sido também oferecido por parte das diversas comissões, trabalho algum, o Sr. Presidente levantou a sessão depois de haver marcado a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1.ª Parte—Pareceres, requerimentos, indicações, etc.
2.ª Parte—Eleição da mesa.

1.ª discussão do projecto n. 3, que cria o lugar de Juiz Municipal no termo de Grajahú, com os vencimentos mensais de Rs. 3008000;

1.ª data do que auctoriza o Governo a mandar pagar os alugueis da casa onde funciona o «Lyceu Maranhense».

---

**Reunião**

**Em 10 de Março de 1902**

Presidência do Exmo. Sr. América Reis.


O Sr. Presidente diz que, não havendo número legal, deixa, por isso, de haver sessão; e marca para a seguinte a ordem do dia já designada.

---

**20.ª SESSÃO ORDINARIA**

**Em 11 de Março de 1902**

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.


Lida a acta da sessão de 8 e da reunião de 10, são ambas aprovadas sem contestação.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

**EXPELIENTE:**

Ofício do major Cypriano Alcides, comunicando que, em virtude de haver-se retirado para o Estado do Pará o coronel Joaquim Balthazar da Silveira, commandante do 5.º Batalhão de Infantaria, aqui estacionado, assumio ele honte o referido comando.—Inteirado.

Requerimento da Companhia de Iluminação a Gaz, pedindo pagamento da quantia de Rs. 4:4383787, importância de diversas contas de consumo de gaz.

—A 1.ª comissão.

Dito de Ferreira Junior & C., Succe., como procurador de João Benício Viana, pedindo pagamento da quantia de Rs. 1008000, importância de passagens dadas ao sargento do Corpo de Infantaria do Estado, Estolano Eustachio Poliary Filho e sua família, do porto da cidade de Grajahú para a villa da Victoria, no Baixo Mearim.—A mesma comissão.

Dito de Lucas Quintino Fernandes, solicitando também verba para pagamento de alugueis da casa que serve de quartel e cadeia na villa do Arary.—A mesma comissão.

Dito de Anselmo S. Coelho, pedindo pagamento da quantia de Rs. 2528000, proveniente de quantias com que remunerou aos paisanos que foram contratados para guardar a cadeia pública da villa de Lorêto.—A mesma comissão.

(Comparece no recinto o Sr. Pereira Rego).

Não havendo indicações, pareceres ou requerimentos, passa-se à 2.ª parte da ordem do dia.

O Sr. Presidente anuncia que se vai proceder à eleição da mesa.

Correndo o escrutínio, são apuradas 18 cédulas para a eleição de presidente, obtendo-se este resultado:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Colares Moreira</th>
<th>17 votos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Theophilo Machado</td>
<td>1 voto</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Recebido igual número de cédulas para a eleição de 1.º e 2.º vice-presidentes, verifica-se terem obtido votos os
Srs.: Nogueira da Cruz para 1.º e Rocha Pileão para 2.º, 18 votos cada um.

Corrolo o escrutínio para a eleição de 1.º e 2.º secretários, verifica-se o resultado seguinte:

Para 1.º os Srs. Americo Reis 17 votos; Virgilio Domingues 1 voto; para 2.º os Srs. Ribeiro Prazeres 17 votos, e Rocha Tote 1.

Para a eleição dos suplentes dos secretários são também recebidas 18 cédulas, apuradas as quais, verifica-se terem obtido votos os Srs.:

Augusto Santos 18 votos
Cunha Bello 17
Godofredo 16
Rebelo Bandeira 15
Pereira Rego 2
Nunes Cutrim 1 voto
Carvalho Branco 1
Victal de Mattos 1
Rocha Tote 1

São proclamados eleitos para cada um dos cargos os Srs. Deputados mais votados.

Entra em seguida em 1.ª discussão o projecto n.º 3, que cria o logar de Juiz Municipal no termo de Grajau.

O Sr. Carvalho Branco, pedindo a palavra, requer a casa aprova o adiamento da discussão do mesmo projecto por 4 dias.

Entra depois em 1.ª discussão e sem debate tem aprovação o projecto n.º 4, que autoriza o Governo a mandar pagar os aluguéis da casa onde funciona o Lyceu Maranhense.—Passa à 2.ª discussão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver marcado a seguinte:

**ORDEN DO DIA:**
1.ª Parte.—Expedito, pareceres, etc.
2.ª Parte.—Trabalhos de comissões.

---

**21.ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 12 DE MARÇO DE 1902**


Lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente, é aprovada sem reclamação.

O Sr. 1.º Secretario dá conta do seguinte:

**EXPEDIENTE:**

Ofício da Câmara Municipal da vila de Curralinho, remetendo o argumento feito para vigorar no ano corrente.—A comissão especial.

Requerimento de Alfredo Antonio da Cunha, pedindo decretação da verba para pagamento dos aluguéis da casa, de sua propriedade, que serve de cadeia na vila de S. José dos Matos, referentes aos meses de Setembro a Dezembro do ano de 1900.—A 1.ª comissão.

Dito da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Paranhys, pedindo também pagamento da quantia de Rs. 173$, proveniente dessa importância de passageiros, de seus barcos a praças do Corpo de Infantaria por conta do Governo deste Estado.—A mesma comissão.

Passando-se à 2.ª parte da ordem do dia, não são apresentados pareceres, nem projectos e indicações.

E não havendo também sobre a mesa trabalho algum, oferecido por parte das diversas comissões, o Sr. Presidente levanta a sessão designando antes a seguinte:

**ORDEN DO DIA:**
1.ª Parte.—Expedito, requerimentos, pareceres, indicações, etc.
2.ª Parte.—2.ª discussão do projecto n.º 4 que autoriza o Governo a mandar pagar os aluguéis da casa em que funciona o Lyceu Maranhense.

---

**22.ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 13 DE MARÇO DE 1902**


Ao meio dia abre-se a sessão, estando

Lida e posta em discussão a acta da antecedente, é aprovada.

Não há expediente.

Entra a hora dos requerimentos, etc.

O Sr. Carvalho Branco:—Pedi a palavra, Sr. Presidente, para apresentar o seguinte projecto: (Leu).

Na actual sessão tenho tido mais de uma vez a honra de apresentar projectos que julgo necessários e de utilidade pública.

O primeiro que apresentei foi logo impugnado por um dos nossos colegas, alargando ele o mais estado das nossas finanças, e acrescentando que devíamos, por isso mesmo, diminuir o mais possível as despezas e não procurar augmentá-las.

Parece-me, Sr. Presidente, que essa impugnação ou ataque feito ao meu projecto não foi tanto por amor ao orçamento ou ao equilíbrio de nossas finanças, mas antes uma afrenta, como que uma discriminação ou afastamento que o Sr. Deputado faz da política que estamos todos seguindo sob a orientação do nosso prestígio chef e o Sr. Senador Benedicto Leite.

Felizmente hoje hei esse meu projecto, tão fortemente atacado, e eu desejo que estivesse presente o nobre deputado, porque tenho certeza de que fazendo ele parte da comissão de orçamento não combateria a medida que venho propor.

O Sr. Antonio Silva:—Nesse caso V. Exe. decline o nome do collega, porque eu faço parte da comissão de orçamento...

O Sr. Carvalho Branco:—V. Exe. bem sabe quem é que, fazendo parte da comissão de orçamento, disse aqui que nem sobre tudo era ouvido no seio da comissão...

Apresentando este projecto, Sr. Presidente, devo dizer que ele só augmenta o número de funcionários ou serv.
tuários, não trata de criar nem elevar vencimentos.

O Sr. Antonio Silva: — Isso é o melhor. O Sr. Carvalho Branco: — O meu projecto eleva a seis o número de intérpretes da Associação Comercial, e isso com o fim de facilitar o serviço, para que com prontidão sejam satisfeitas as exigências do comércio, na tradução de seus manifestos, etc., e mesmo porque alguns dos intérpretes estão já cadavéricos e precisam de auxílio no serviço. (Risas).

Dispensado do interstício a requerimento do mesmo Sr. Deputado, e sendo julgado objecto de deliberação, vae a imprimir o seguinte projecto:

**Projecto n.º 3**

O Congresso Legislativo do Estado

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica elevado a seis o número de intérpretes comerciais nesta praça.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, 14 de Março de 1902. — Carvalho Branco.

Passando-se à 2.ª parte da ordem do dia e não havendo sobre a mesa trabalho algum oferecido pelas comissões, o Sr. Presidente levanta a sessão, tendo antes marcado a seguinte.

**ORDEM DO DIA:****

1.ª Parte — Expediente, pareceres, etc.

2.ª Parte: — 3 discussão do projecto n.º 4, que auctoriza o Governo a mandar pagar os aluguéis da casa em que funciona o "Lyceu Maranhense".

**REUNIÃO**

EM 15 DE MARÇO DE 1902

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.

A 12 horas e 30 minutos, não se achando presente o Sr. 1.º Secretário, observa a respectiva cadeira o Sr. Ri-

beiro Frazeres, passando a ocupar a 2.ª o suplemento, Sr. Cunha Bello.


**24.ª SÉSSÃO ORDINARIA**

EM 17 DE MARÇO DE 1902


Lida a acta da sessão de 11 e a da reunião de 15, são aprovadas.

O Sr. 1.º Secretário le o seguinte:

**EXPEDIENTE:**


Ofício do congressista, Sr. Mariano Pompilio Alves, comunicando que, por motivo de doença deixou de comparecer às sessões e que julga não poder fazê-lo em breve prazo. — Inteirado.

Entra a hora dos pareceres, requerimentos, indicações, etc.

O Sr. Lopes Carneiro, por parte da 2.ª comissão, apresenta o seguinte parecer que, concluído por projecto e sendo julgado objecto de deliberação, vae a imprimir:

**Parecer**

A 2.ª comissão, tendo examinado a
petição em que José Pedro Ribeiro pedia privilégio para a introdução de fibras vegetais na industria local e exportação delas para os demais mercados do país e do estrangeiro, e atendendo que esse pedido encontra apoio no art. 21, n. 27 da Constituição, é de parecer que seja deferido, para o que apresenta o seguinte projecto de lei:

**Projecto n. 6**

O Congresso Legislativo do Estado do Maranhão

**DECRETA:**

Art. 1.°—E' concedido a José Pedro Ribeiro privilégio por 3 anos, sem onus algum para com o Theouro, excepto os direitos de armazenagem para introdução de fibras vegetais na industria local e exportação delas para os demais mercados do país e do estrangeiro.

Art. 2.°—Fica o prazo do artigo anterior, mantido ainda ao concessionário, por espaço de dois anos, a isenção dos impostos nesse referidos e facultados o comercio e a exportação de aquelas fibras a quem os quiser exercer, mediante os impostos que fôrem decreta-

dos.

Art. 3.°—O concessionário é obrigado a apresentar ao Governo até o fim do primeiro anno do privilégio as provas de haver dado começo às explorações e exportação de tais fibras, sob pena de caducidade do privilegio.

Art. 4.°—A presente concessão é intransferível e não compreende a exploração em terrenos de domínio particular.

Art. 5.°—Revogam-se as disposições em contrário.

Saia das Comissões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, 17 de Março de 1902. — Lopes Carneiro, Ribeiro Filho, João Tellez, Cunha Belli."

O Sr. Jefferson Nunes, por parte da 4ª comissão, apresenta o seguinte, que vai também a imprimir:

**Parecer**

A 4ª comissão examinou o ofício da Camara Municipal da cidade de Caxias, de 28 de Janeiro deste anno, no qual declara haver o Intendente Municipal representado-lhe sobre a conveniencia de ser cancelada a divida activa do município relativa aos annos de 1892 a 1900, quando terminou o mandato do seu antecessor, porque, promovendo a cobrança executiva da mesma, chegou à evidencia de que a maioria dos devedores que nella figuram, ou já nada devem ao município, como têm provado, ou são nomes imaginarios de indivíduos que nunca existiram, acrescendo mais que, constituindo-se a maior parte dessa divida de multas impostas a jurados, cuja execução cumpria a Camara promover nos termos da legislação anterior a lei de 29 de Março de 1893, fôram essas mesmas multas relevantes pelo actual juiz de direito do comarca, bacharel Rodrigo Octāvio Teixeira, por partaria de 17 de Julho do anno passado e, como lhe faltasse competencia para resolver sobre o caso, visto ser terminante a disposição do art. 62 da lei de 11 de Setembro de 1892, que veda ao governo dos municipios perdoar dividas e transigir sobre direito ou crédito seu. «salvo concessão de moratoria», concluiu ella pedindo a este Congresso que, em vista da exposição feita em seu referido officio, resolva-se como fosse de direito.

Isto posto, é esta comissão de parecer que se autorise aquella Camara a mandar cancelar, na divida a que se refere, o debito daquelles devedores que perante ella provarem nada devendo ao municipio, assim como daquelles que se provarem também nunca terem existido, por serem imaginarios seus nomes; devidamente entretanto, fazer elle efectiva a cobrança das multas que fôram relevadas pelo actual juiz do direito da comarca, bacharel Rodrigo Octavio Teixeira, por partaria de 17 de Julho do anno passado, visto ser manifestamente nullo esse acto daquelle autoridade, e para isso, oferce o seguinte

**Projecto n. 7**

O Congresso Legislativo do Estado

**DECRETA:**

Art. 1.°—Fica a Camara Municipal da cidade de Caxias autorizada a mandar cancelar, na divida activa, relativa aos annos de 1892 a 1900, o debito daquelles
devedores que perante ella provaram nada dever ao município, bem assim dos que se provaram também nunca terem existido, por serem imaginarios seus nomes, devendo, entretanto, fazer efetiva a cobrança das multas que fizeram parte da mesma divida e foram reelevadas pelo actual juiz de direito da comarca, bacharel Rodrigo Octávio Teixeira, por portaria de 17 de Julho do anno passado, visto ser manifestamente nulo o acto daquela autoridade.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Commissões do Congresso do Estado do Maranhão, em 17 de Março de 1902. — Jefferson Nunes, Nunes Cutrim, Ludgero Alves da Rocha.»

O Sr. Custódio Belchior, como relator da 1.ª comissão, lê e manda à mesa o parecer seguinte que, como os anteriores, é mandado imprimir:

«Parecer n. 3:

A 1.ª comissão a quem foi presente a Mensagem do Exmo. Sr. Governador do Estado, de 28 de Fevereiro próximo passado, dando conhecimento ao Congresso dos créditos extraordinários que teve de abrir para atender a serviços e medidas de caráter inadiável, em diversas datas e na importância total de Rs. 106.639,332, desde 4 de Janeiro de 1901 até 20 de Janeiro de 1902, é de parecer que sejam approvados os referidos créditos na totalidade de Rs. 106.639,332, pois todos são justificados pelos serviços urgentes a que foram destinados.

Sala das Comissões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 17 de Março de 1902.— Custódio Belchior, Antonio Joaquim da Silveira, Virgilio Domingues, Franklin Veras.»

O Sr. Irineu Santos apresenta e manda à mesa o seguinte requerimento, que é lido, apoiado e sem debate aprovado:

«Requeiro que por intermedio do Sr. Dr. Governador do Estado se peça copia do officio da comissão encarregada da construção de uma ponte no logar — Geitiva sobre o rio Preá e demonstração da despesa feita com essa construção.

Passa-se a 2ª parte da ordem do dia. Entra em 3ª discussão o projecto n.º 4 deste anno, que autoriza o pagamento dos aluguéis da casa onde funciona o Lyceu Maranhense.»

O Sr. Carvalho Branco, pedindo a palavra, oferece a seguinte emenda ao art. 1.º:

«Onde se lê para pagamento de aluguéis, diga-se — para pagamento dos aluguéis mensais de Rs. 200900.»

Posta a votos a emenda, é aprovada com o projecto, que vai à comissão de redacção.

Nada mais haviendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de ter designado a seguinte.

ORDEM DO DIA:

1.ª Parte— Expediente, pareceres, etc.
2.ª Parte— 1ª discussão do projecto n.º 5, que eleva a seis o numero de interprêtes comerciais nesta praça.

25.ª SESÃO ORDINARIA

EM 18 DE MARÇO DE 1902

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.


Lida e posta em discussão a acta da antecedente, é sem reclamação aprovada.

O Sr. 1.º Secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE:

O Sr. Rocha Tote, por parte da 4ª comissão, apresenta a redação definitiva do projecto que autoriza o governo a mandar pagar os aluguéis da casa em que funciona o «Liceu Maranhense», no importancia de Rs. 200.000 mensais, a contar de Setembro de 1900.

Pela a votos, é aprovado, e enviado o projecto à sanção.

Passando-se à 2ª parte da ordem do dia, entra em 1º discussão e sem debeta é aprovado o projecto n.º 5, que eleva a seis o numero de interpetres comerciais nesta praça.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver marcado a seguinte:

**ORDEN DO DIA:**
1.ª Parte—Expediente, pareceres, etc.
2.ª Parte—Trabalhos de comissões.

---

**26ª SÉSÃO ORDINARIA EM 19 DE MARÇO DE 1902**

**Presidência do Exmo. Sr. Coronel Collares Moreira.**


Lida a acta da anterior é aprovada sem contestação.

**O Sr. 1º Secretario le o seguinte EXPEDEnte:**

Ofício do Director Secretario da Sociedade «Centro Gaiaense» agradecendo ao Congresso a possibilidade ato feto representar por uma comissão na noite de 1.º de maio, quando essa sociedade comemorava o aniversário de sua fundação, e assegurando seu reconhecimento por essa prova captivante de sympatia e apreço por parte do Corpo Legislativo, — Intérro.

Representação de Francisco Serra e outros membros da Sociedade «Oficina dos Novos», pedindo que seja conservada ao orçamento a verba de Rs. 3.000,00, anteriormente votada para impressão da «Odysséa», a grande Epopeia de Homer, vertida em portugues por Odorico Mendes.—A 1ª comissão.

Entrou a hora dos pareceres, requerimentos, indicações, etc.

**O Sr. Carvalho Branco,** pedindo a palavra, diz que o Congresso votou o ano passado, no orçamento, um imposto de 5% como auxilio ou benefício aos Lazaros, esses infelizes, cujo tratamento está a cargo da Santa Casa, e para os quais se projecta fazer um asilo—lembrança do Sr. Senador Benedicto Leite.

Esse imposto foi aceito sem reclamação por parte dos contribuintes, e assim parece ter sido bem acolhido.

Depois disso uma sociedade anonyma e vários bancos precisaram com emprego, para auxiliar tão nobre causa, e um grande número de indivíduos do município contribuíram para o interesse do orçamento, e assim a sociedade anonyma dos Expostos, que em virtude do orçamento de Rs. 3.000,000 mantém um estabelecimento que atende a todos os que lhe são necessários.

Ainda há pouco, no expediente, diz o orador, foi lida uma representação de moços distintos, no sentido de ser conservado o orçamento futuro a verba votada para a publicação da «Odysséa», tradução do Ilustre Odorico Mendes e levantamento de uma estatua a esse
O Sr. Carvalho Branco.—E esse mesmo, que unidos seriam o lar, e onde a polícia ainda não pode dar...
A categoria de município, deu-lhe os mesmos limites.

Em 1835 essa estrada ha pouco tempo tinha sido mandada abrir pelo governo. Em 1836 estava ainda pouco porosa e era até o terror dos viajantes, pelos constantes roubos e mortes que se davam, dizendo-nos até a tradição que ali havia uma quadrilha de ladrões.

De certos anos para cá, porém, nas margens dos rios cortados pela estrada foram se agrupando moradores e formando-se núcleos importantes como Benitl, Bellagia, Sarampo e Maparay.

Acontece, pois, que, em vista dessa divisão, os moradores que estão ao lado esquerdo da estrada pertencem à Vargem Grande e os do lado direito à Miritiba.

A Ponta Nova pertence a três municípios—Brejo, Miritiba e Barreirinhas; e dá-se o facto de que os moradores desse logar, ou por interesse particular, ou por outros motivos quaisquer, não obedece sino às autoridades do Brejo, e os moradores de outros povoados somente à de Miritiba, tendo sido qualificados como eleitores, os que tinham para isso as devidas aptidões e votando nas seções do «Caçoa».

A Vargem Grande abandonou completamente os seus direitos sobre esta divisão. Desde 1835 nunca tratou de chamar esses moradores para cumprirem seus deveres cívicos, entretanto este ano lheu-se de o fazer, mandando arrebol os moradores desse logar, o que levantou uma celeuma entre eles, a ponto de várias pessoas pedirem a intervenção do humilde orador para melhor conciliar tais causas.

Nessas condições, foi que deliberei apresentar o projecto que vou ler.

Antes, porém, devo declarar à Casa que a continuação de tal divisão pôde dar lugar ao aparecimento de pequenas questões entre os inspectores de quartel—e conflictos de jurisdição podem surgir entre autoridades de categorias mais elevadas.

Aqui, o meu amigo, o Sr. Coronel Theophilo Machado sabe que a estrada a que me refiro não tem mais do que a largura deste salão: os que moram deste lado (designa o lado, esquerdo) pertencem à Miritiba, os do outro lado pertencem à Vargem Grande; mas como se sabe, em um momento dado podem dar-se os conflitos que figurei e difícil será saber-se, com certeza, a qual dos municípios pertencem os delinquentes.

Parece, pois, de todo o interesse que desapareça tal estado de cousas, e nessas condições fixo o projecto.

Ainda me resta uma observação.

A nossa Constituição estadual em suas disposições transitórias (não me recorda do artigo) diz que os municípios continuarão com a mesma divisão que tinham até então, mas a mesma Constituição dá como uma das atribuições do Congresso a divisão dos municípios...

O Sr. Theophilo Machado—Ouvindo a estes.

O Sr. Irineu Santos—Sem duvida. Mas isso quando a divisão existente entre os municípios não se achar nas condições de que tratamos, que é caso de ter prompta resolução, e não esperar mais daqui a um ano quando se tornar a reunir o Corpo Legislativo.

O projecto que formulai é concebido nos seguintes termos: (Leu).

Como vê v. Exc., Sr. Presidente, não sou dominado pelo bairrismo; não é porque seja filho de Miritiba que queiro tanto para lá; ao contrário, como sei que os habitantes da Ponta Nova ou por suas relações particulares, ou pelas comércias, ou por ambas conjuntamente, ficam mais satisfeitos pertencendo ao Brejo, não poulo a menor duvida em ceder-lhes o território que pertence a esse município.

O Sr. Theophilo Machado—E o município da Vargem Grande não fica prejudicado?

O Sr. Irineu Santos—Sem duvida alguma que um destes ha de ficar, visto assim convir aos interesses da justiça e dos moradores.

Dá-se ainda, Sr. Presidente, o facto de ser difícil a comunicação com a Vargem Grande pela falta de estradas.

O Sr. Ribeiro Prázeres—Mas nesses logares não há negociantes? Quem faz o lançamento?

O Sr. Irineu Santos—E a Miritiba.

O Sr. Theophilo Machado—Indevidamente.

O Sr. Rocha Toste—E não se dará o facto de estarem também os negociantes tributados pela Vargem Grande?

O Sr. Irineu Santos—Somente este ano é que a Vargem Grande se lembrou
de mandar fazer arrolamento, como já disse.

Não trouxe documento, Sr. Presidente, para provar que os habitantes da Vargem Grande têm votado na Miritiba, espero, porém, que os meus nobres colegas acreditem no que afirmo, mesmo porque sou incapaz de dizer uma inverdade.


O Sr. Irineu Santos—Agradeço a bondade dos nobres deputados e Sr. Presidente, apresentando o projecto, sujeito-me com satisfação a sabia deliberação do Congresso.

Fica sobre a mesa para ter 2ª leitura um projecto determinando os limites da Miritiba e Vargem Grande.

Passa-se a 2ª parte da ordem do dia.

Não havendo sobre a mesa trabalho algum oferecido pelas comissões, o Sr. Presidente levanta a sessão, marcando antes a seguinte

ORDEM DO DIA:

1. Parte—Expediente, pareceres, requerimentos, indicações, etc.

2. Parte—Discussão unica do parecer n. 3.

2ª discussão do projecto n. 5, elevando à seis o numero de interpretes comerciais desta praça.

1ª discussão do projecto n. 7, autorizando a Câmara Municipal de Caxias a mandar cancelar certos débitos.

27.ª SESSÃO ORDINARIA

EM 20 DE MARÇO DE 1902


Lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente, é aprovada sem reclamação.

O Sr. 1.º Secretario dá conta do seguinte:

EXPELHE:

Ofício do secretario do Governo, enviando o autógrapfo sancionado da lei que auctoriza a abertura de crédito para pagamento do aluguel mensal de 200$000 réis, da casa em que funciona o "Lyceu Maranhense".—Inteirado.

Entra a hora dos pareceres, requerimentos, indicações, etc.

O Sr. Jefferson Nunes, apresenta o seguinte projecto que, dispensado do interstício e julgado objecto de deliberação vai a imprimir:

«Projecto n. 9»

O Congresso Legislativo do Estado

DECRETA:

Art. 1.º—É considerada de 1.ª entrada a comarca de Grajahú.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 20 de Março de 1902.—Jefferson Nunes.

O Sr. Vical de Mattos (Atenção)—Sr. Presidente, V. Exc., como todos os meus nobres colegas e a população inteira do Estado, sabe quanto se tem o Governo interessado pelo desenvolvimento da instrução pública entre nós. (Apoiamos).

Neste recinto, projectos se têm succedido sobre tão importante assumpto, e eu mesmo desta tribuna tive a satisfação de mais de uma vez salientar o grande euíx do que têm sido coroados os esforços do Governo e o aproveitamento da nossa sociedade.

Todos vós sabeis, senhores, que dandindo a instrução é que mais facilmente conseguimos trabalhar vantajosamente para o nosso aperfeiçoamento moral (muito bem); principalmente na actualidade, quando a revolução que assistimos é de ordem intellectual.

E de todos reconhecido que a instrucção constitue um dos melhores meios, senão o mais opportun, para atender ao proletariado que reclama a sua justa incorporação à sociedade.
O Sr. Pereira Rego:—O Estado é o do Pará, governado pelo Sr. Dr. Augusto Monte Negro.

O Sr. Rocha Toste:—E o comentário foi feito por um jornal do Piauí.

O Sr. Vicval de Mattos:—Assim, pois, Sr. Presidente, ainda mais uma vez foi de ter ocasião para oferecer um projecto, que tende a uniformizar, a regularizar o ensino, de modo a satisfazer as exigências do momento. (Muito bem).

Tem 1ª leitura e fica sobre a mesa para ter 2ª, um projecto, autorizando o Governo a alterar o Regulamento do "Lyceu Maranhense" e tomar outras medidas com relação a esse estabelecimento.

O Sr. Custódio Belchior:—Por parte da 1ª comissão venho apresentar o seguinte parecer (Lê).

Aproveitando-me da palavra, Sr. Presidente, submeto ainda à apreciação do Congresso o projecto que fixa a força pública no Estado, para o ano de 1903. (Lê).

A respeito da tabela n. 3 tenho que fazer algumas considerações, para que o Congresso fique orientado dos esforços que empregou a comissão no intuito do conseguir alguma economia.

O orçamento vigente está sobrecrecido com Rs. 208.000,00 para 400 praças.

A comissão pretende diminuir o número de praças de modo a obter grande economia; porém o mais que pode conseguir foi reduzir o número de 26 praças, ficando em 274, porque os destacamentos do interior não podem ser suprimidos; é uma necessidade a conservação delles.

Sem alguns pontos do interior a ordem não é tão perfeitamente garantida, como fora para desejear, peor seria sem a presença da força Pública; sem força, não pode haver ordem pública. (Applausos).

Tendo, porém, melhorado a situação do interior, em relação à vida, à subsistência, diminuídos os preços dos generos de primeira necessidade, propõe a comissão a redução de 203 reis no salário das praças ali destacadas.

Aqui na capital, a vida pouca alteração tem sofrido para menos; mas no interior tem haver modificações, como disse.

Por isso é que a comissão faz essa diferença no salário das praças, do que vem a resultar uma diminuição na despesa de cerca de 230,00 de reis.

Portanto, a redução que neste ramo de serviço a comissão propôs para o ano vindouro deve atingir 75.000 de reis mais ou menos. Foi o mais que, nas circunstâncias actuais, podemos conseguir.

A comissão é a primeira a reconhecer que é preciso cortar muito na despesa; mas convém notar que devemos fazer cortes sem prejudicar os serviços.

O Sr. Rocha Toste:—Sem haver desorganização.

O Sr. Custódio Belchior:—Sem dúvida.

A algumas pessoas tenho ouvido dizer que se poderia fazer um grande corte nesta verba do orçamento; mas, obedecendo ao detalhe e atendendo à necessidade de destacamentos no interior, não podemos diminuir a despesa que está orçada: qualquer corte a mais põe desorganizar o serviço.

A tabella n. 4, referente aos fornecimentos, assegura todas as canteluras para o menor desperdício.

Também foi feita alguma redução na verba "Expeditos".

De modo que resulta de todas as modificações feitas uma economia de Rs. 73.000,00, aproximadamente, como já disse, salvo alguma circunstância imprevista ou de força maior que possa aparecer.

Veja o parecer do seguinte parecer:

**Parecer n. 4**

A comissão de fazenda e orçamento examinou a petição em que Adelmar Brazil Corrêa, diplomado em Teoria e Solfejo pela Escola de Música do Estado, solicita uma pensão de com mil reis
ESTADO DO MARANHÃO

mesmo para ir estivar harmonia e contraponto no conservatório do Rio de Janeiro; e, considerando que o Tesouro do Estado luta actualmente com embarques para solucionar em cargos do orçamento em vigor, é de parar que seja indeferida a petição do requerente, aguardando este ocasião em que o Estado se encontre em situação mais favorável e possa ser aprovada a sua apólice.

Sala das Comissões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, 20 de Março de 1902. — Custódio Belchior, Antônio Joaquim da Silva, Franklin Veras, Virgílio Dinisques.

Seu julgamento objeto de deliberação vai à impressão seguinte projeto:

PROJECTO N. II

O Congresso Legislativo do Estado

DECRETA:

Art. 1.° — É fixada a força pública do Estado para o exercício de 1903 em um corpo de Infantaria, composto de 25 oficiais, 16 inferiores, 24 músicos, 20 cabos de esquadra, 1 corneteiro-mor, 1 armeiro, 12 corneteiros e 374 soldados, formando o estado-mor, estado-menor e duas companhias, de um piquete de cavalaria composto de 1 alferes, 1 cabo de esquadra e 19 soldados. Tabella n. 1.

§ Único. — Fica o Governo autorizado a aumentar, caso seja necessário, com mais 4 alferes e 50 soldados o efectivo do mesmo corpo para o serviço ordinário.

Art. 2.° — Os oficiais de que trata o art. 1.° prestarião serviço na guarnição da capital e nos destacamentos do interior conforme a distribuição que o Governo fizer.

Art. 3.° — O policiamento de Capital será feito por soldados do Corpo de Infantaria e do piquete, cujo numero será fixado conforme a necessidade do serviço pelo Governador do Estado.

As ordens das autoridades serão fornecidas pelo Corpo de Infantaria.

Art. 4.° — Os oficiais e praças do corpo de Infantaria e piquete de cavalaria, perceberão os vencimentos marcados na Tabella n. 2.

Art. 5.° — O tratamento das praças será feito onde o Governo julgar mais conveniente.

Art. 6.° — Os animais para o commandante do Corpo, alferes ajudante, secretário e alferes do piquete serão fornecidos e alimentados pelo Corpo.

Art. 7.° — As despesas com expediente, transporte de oficiais e praças, tratamento e enterramento destas, forragem para animais, tratamento destes e remonta serão feitos de acordo com a Tabella n. 3.

§ Único. — Os objectos para expediente serão fornecidos pelo Tesouro do Estado, mediante concorrência e na forma da Tabella n. 4.

Art. 8.° — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 20 de Março de 1902.

Custódio Belchior.
Antônio Joaquim da Silva.
Franklin Veras.
Virgílio Dinisques.
### Tabella n. 1

**Corpo de Infantaria do Estado. Quadro demonstrativo do pessoal.**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classificação</th>
<th>Estatuto menor</th>
<th>Estado menor</th>
<th>Oficiais</th>
<th>Oficiais para as compras</th>
<th>Oficiais para os destinos, inativos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Primeira</td>
<td>1 1 1 1 1 1 1 1</td>
<td>1 1 1 1 1 1 1</td>
<td>1 1 2 4 2 8 1 0 10 187 6</td>
<td>300</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Segunda</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1 1 1 1 1 1 1 1</td>
<td>1 1 1 1 1 1 1</td>
<td>1 0 10 187 6</td>
<td>244</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Somma</td>
<td>1 1 1 1 1 1 1 1</td>
<td>1 1 1 1 1 1 1</td>
<td>1 0 10 187 6</td>
<td>474</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Piqueute de Cavallaria**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Pessoal</th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>1 1 1 1 1 1 1</td>
<td>1 1 1 1 1 1 1</td>
</tr>
<tr>
<td>Somma</td>
<td></td>
<td>1 1 1 1 1 1 1</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**ANNAES DO CONGRESO**
**Tabella n. 2**

Vencimentos dos oficiais e praças do C. d'Infantaria do Estado e P. de Cavalaria.

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSIFICAÇÃO</th>
<th>VENCIMENTOS DIÁRIOS</th>
<th>VENC. MENSAL</th>
<th>TOTAL DOS VENCIM. ANOS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>ESTADO-MAIOR</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1. Tenente-Coronel</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>1. Capitão-Comissário</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>1. Alféres-Comissário e Adjunto</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>1. Sargento-Adjunto</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>1. Sargento Vago-mestre</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>1. Corpo de fogo-mestre</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>1. Armeiro</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>1. Mestre de música</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>8. Mago do 2.° classe</td>
<td>18500</td>
<td>18500</td>
<td>37000</td>
</tr>
<tr>
<td>8. Mago do 2.° classe</td>
<td>18500</td>
<td>18500</td>
<td>37000</td>
</tr>
<tr>
<td>8. Mago do 2.° classe</td>
<td>18500</td>
<td>18500</td>
<td>37000</td>
</tr>
<tr>
<td>8. Mago do 2.° classe</td>
<td>18500</td>
<td>18500</td>
<td>37000</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>OFICIALS.</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3. Capitães</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>4. Tenentes</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>14. Alféres</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>SERVORRES.</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2. Primeiros Sargentos</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>4. Segundos</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>6. Cadetos da esquadra</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>FILHOS</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>14. Soldados</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>42. Oficiais</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>1. Alféres</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PIQUETE DE</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>CAVALARIA</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1. Oficiais</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
<tr>
<td>10. Soldados</td>
<td>28500</td>
<td>28500</td>
<td>57000</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Redução de 200 réis no salário de cada uma das praças destinadas ao zona de interior.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Soldo</th>
<th>Etapa</th>
<th>Sum.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>22.308000</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>40.6158500</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa</td>
<td>Valor</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>--------------------------------------------</td>
<td>---------</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Expediente e outras despezas para o Corpo de Infantaria do Estado</td>
<td>1:2005000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Transporte de oficiaes e praças</td>
<td>10:0005000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fardamento para praças e equipamento para a Cavalaria</td>
<td>50:0005000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Tratamento e enterramento de oficiaes e praças</td>
<td>5:0006000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Forragem para animaes</td>
<td>7:6005000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Tratamento de animaes</td>
<td>1205000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Remonta</td>
<td>4:0005000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>74:9205000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Item</td>
<td>Secretaria</td>
<td>Casa de ordem</td>
</tr>
<tr>
<td>--------------------------------------------------</td>
<td>------------</td>
<td>---------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Barbante grosso, novello</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Colchete de pregar papel, caixa</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Canetas de pau</td>
<td>3</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Canivetes</td>
<td>1</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Gomma arábica, gramas</td>
<td>150</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Lapis preto, &quot;Faber&quot;</td>
<td>4</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Lapis de cór, &quot;Faber&quot;</td>
<td>3</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Lapis de borracha</td>
<td>4</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Papel fiume pautado, resma</td>
<td>3</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Papel vergé pautado, cadernos</td>
<td>120</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Papel fiume liso, cadernos</td>
<td>110</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Papel imperial, cadernos</td>
<td>10</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Papel pardo para embrulho, caderno</td>
<td>5</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Papel matta-borrão, folhas</td>
<td>9</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Pennas Mallat, caixa</td>
<td>3</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Raspadeira com cabo de osso</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Tinta preta, garrafa</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Enveloppes grandes para ofícios</td>
<td>100</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Enveloppes pequenos para ofícios</td>
<td>400</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Papel e enveloppes para cartas oficiaes, caixa</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Pasta grande</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Regua de 0°,80</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Tinteiro de vidro</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Escreivaninha</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Reira em seguida, em discussão e é aprovado sem debate, o parecer n. 3 que concorda em opinar que sejam aprovados os diversos créditos abortos pelo Governo do Estado, desde 1 de Janeiro de 1911 até 31 de Janeiro deste ano, na importância de Rs. 193.955.312.

O Sr. Irineu Santos apresenta o seguinte projecto, que dispensa de interstício e ainda julgado objecto de deliberação, vae a imprimir:

"Projecto n. 12"

O Congresso Legislativo do Estado:

DECRETA:

Art. 1.º—Fica transferida para a povoação "Fremiers" a cadeira mixta da povoação do "Caço", ambas no município de Miritiba.

Art. 2.º—Reogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 20 de Março de 1902.—Irineu Santos.

Passa-se à 2.ª parte da ordem do dia. Entra em 2.ª discussão e sem debate é aprovado o projecto n. 5, que eleva a seis o número de interpretes comerciais nesta praça.

Em 1.ª discussão tem tambem aprovação o projecto n. 7, que autoriza a camara de Caixas a mandar cancelar o debito de contribuintes que provarem estar quites com a fazenda municipal.

Nada mais havendo a trazer, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver marcado a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1. Parte.—Expediente, pareceres, etc.

2. Parte.—1.ª discussão do projecto n. 6 que concede a José Pedro Ribeiro privilegio para introdução de fibras vegetais na industria local.

28.ª SESSÃO ORDINARIA

EM 21 DE MARO, DE 1902


Lida a acta da sessão antecedente, é aprovada sem contestação.

O Sr. 1.º Secretario lê o seguinte:

EXCEDENT:

Oficio do Secretario da Camara Municipal da vila de Santo Antonio de Balsas, enviando cópia da lei do orçamento votada pela mesma camara, para vigorar no anno corrente.—A 1ª commissão especial.

Requereimento de Hermilio Jassan Serra Lima Pereira, pedido seis meses de licença com ordenação, de acordo com lei, depois que se houver exgotado a licença em cujo goso se acha.—A 1ª commissão.

Brito de Joaquim José Rodrigues, pedindo abertura de crédito para lhe ser paga a quantia de 16.500 réis, proveniente da passagem que deu em uma canoa de sua propriedade, do porto da vila de Miritiba para esta capital, a um cabo do corpo estadual e pessoas da sua família.—A mesma commissão.

Tem 2.ª leitura e sendo julgado objecto de deliberação vae a imprimir o seguinte:

"Projecto n. 8"

O Congresso Legislativo do Estado do Maranhão:

DECRETA:

Art. 1.º—Os limites dos municípios de Miritiba e Vargem Grande, serão os determinados pelas leis em vigor, com a diferença apenas de ficar pertencendo ao município do Brejo a povoações Ponte Nova e ao de Miritiba as povoações que se acharem á margem da estrada que vai da vila do Icariá á Ponte Nova.

Art. 2.º—Reogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 18 de Março de 1902.—Irineu Santos."
Não havendo indicações, pareceres ou requerimentos, passou-se à 2ª parte da ordem do dia.

Em 1ª discussão foi aprovado, sem debate, o projecto n.º 9, que concede privilegios a José Pedro Ribeiro para introdução de fibras vegetais na indústria local e exportação das mesmas.

Encetada a ordem do dia, o Sr. Presidente levantou a sessão depois de haver marcado a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

1ª Parte—Expeditas, requerimentos, pareceres, indicações, etc.

2ª Parte—Discussão única do parecer n.º 4.

2ª discussão do projecto n.º 7, autorizando a Câmara Municipal de Caxias a mandar cancelar o debito dos devedores que provaram estar quites com a fazenda municipal.

1ª dita do projecto n.º 12, transferindo para a povoação Freirinhas a cadeira mixta da povoação Caçapó, ambas no município de Mirimba.

20.ª Sessão Ordinária

Em 22 de Março de 1902

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Collares Moreira.


Lida a acta da sessão antecedente, é aprovada sem reclamação.

O Sr. 1.º Secretário leu o seguinte:

**EXPEDITA:**

Ofício do presidente da Câmara Municipal da Villa de Pimentas, remetendo cópia da lei n.º 38, votada pela mesma câmara, e que orçou a receita e fixa a despesa do município no corrente anno.—A commissão especial.

Requerimento do Dr. Benedita Pereira Jacona Bezerra, pedido decretação de verba para pagamento da aluguel da casa de sua propriedade, que serve de escola na cidade da Caruaru, à razão de 128.000 annuais.—A 1ª comissão.

Dito de Virguliano Rodrigues Ferreira, pedido também que seja votada a verba necessária para lhe serem pagos os aluguéis da casa que serve de quartel na villa do Risca—A mesma comissão.

Dito de José Alves Barreto, solicitando verba para pagamento pelos aluguéis da casa que serve de quartel e cadeia na vila de S. Francisco.—A mesma comissão.

Tem 2ª leitura e sendo julgada objecto de deliberação vae a imprimir o seguinte:

**Projecto n.º 10**

O Congresso Legislativo do Estado

**DECRETA:**

Art. 1.º—Fica o Governo autorizado a alterar a actual organização do "Lycée Maranhense", podendo dividir qualquer cadeira, suprimir ou criar nova, manter ou reger-sa a equipaça do Gymnasio e reformar em qualquer dos seus pontos o respectivo regulamento.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 25 de Março de 1902.—Vice-chefe de Matos.

Entra a hora da apresentação de requerimentos, pareceres, indicações, projectos, etc.

O Sr. Carvalho Branco, pedindo a palavra, diz que entre os diversos orçamentos apresentados à apreciação da comissão especial não se encontra um só, remetido ao Congresso pela Câmara da Villa do Paço do Lumiar, copia dos orçamentos da mesma câmara, desde o anno de 1897 até esta data.—S. R.—Carvalho Branco.
Posto em discussão e a voto o requerimento, é aprovado sem debate.

Passa-se a 2ª parte da ordem do dia.

O recebimento da parecer da 1ª comissão indeferir o requerimento de Adelmo Carré.

Successivamente têm também aprovação: em 2ª discussão o projecto n.º 7, que autoriza a Câmara Municipal de Caxias a mandar cancelar a dívida ativa diversos debitos de contribuintes nos exercícios de 1892 a 1900 e em 1ª o projecto n.º 12, que transfere para a pavimentação "Freixeiras", a cadeira mista da pavimentação do Caçá no município de Miriáme.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, tendo designado antes a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª Parte—Expediente, pareceres, etc.
2.ª Parte—2ª discussão do projecto n.º 6, concedendo privilegio a José Pedro Ribeiro, por três annos, para introdução de fibras vegetais e exportação delas.

3.ª parte—2ª discussão do projecto n.º 8, estabelecendo os limites do município de Miriáme.

4.ª parte—1ª discussão do projecto n.º 11, que fixa a força publica do Estado para o exercício de 1903.

39.ª SÉSSAO ORDINARIA

EM 24 DE MARÇO DE 1902


Lida a acta da sessão antecedente, é submetendo copia não só de outro em que a comissão encarregada da construção de uma ponte no lugar Geriva—sobre o rio Prêa, na Miriáme, comunicava achar-se a mesma concluída, como também a demonstração da despesa feita com aquela ponte.—A quem fez a requisição.

Peticão do D. Zalmaira Egena Nunes Paes, solicitando decretação de verba para pagamento de seus vencimentos, como professora que foi na villa do Rias, relativos aos meses de Abril a Agosto do anno passado.—A 1ª comissão.

Entra a hora dos pareceres, requerimentos, projectos, etc.

O Sr. Virgilio Domingues, pedindo a palavra, apresenta o seguinte projecto que, dispensado do interstício e sendo julgado objecto de deliberação, vai a imprimir:

»Projecto n.º 13

O Congresso Legislativo do Estado

DECRETA:

Art. 1.º—O agricultor que se dedicar à cultura do arroz, terá direito ao premio de cinco mil réis por cada hectare, produzindo mil oitocentos quilos pelo sistema extensivo, e de vinte mil réis por cada hectare, produzindo três mil quilos pelo sistema intensivo.

Art. 2.º—Nas instruções que expedir para a execução desta lei, determinará o governo o modo de ser feita a fiscalização do pagamento dos premios.

Art. 3.º—Revoem-se as disposições em contrario.

Vai ao final das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 24 de Março de 1902.—Virgilio Domingues.

O Sr. Franklin Veras apresenta o seguinte que, dispensado igualmente do interstício e sendo julgado objecto de deliberação, vai a imprimir:

»Projecto n.º 14

O Congresso Legislativo do Estado do Maranhão

DECRETA:

Art. 1.º—Fica o Governador autorizado para manter a integridade dos territórios da comarca da Tutoya, a pra-
ticiar todos os actos que julgar necessários, abrindo os créditos que se tornarem precisos para as despesas daí decorrentes.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 21 de Março de 1902. — *Franklin Veras.*

Passou-se à 2.ª parte da ordem do dia.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 6, que concede privilegios a José Pedro Ribeiro para introdução de fibras vegetais na indústria local e exportação das mesmas.

Em discussão o art. 1.º, pede a palavra o Sr. Lopes Carneiro e apresenta a seguinte emenda que é lida, apoiada e em debate aprovada com o artigo:

«Depois das palavras—indústria local—accresce-se—e isenção de direitos, etc.»

**O Sr. Irineu Santos** (pela ordem diz que precisando retirar-se da capital por encomendas de saúde em pessoa de sua família e tendo recebido há pouco as informações que solicitara, relativamente à construção da ponte do rio Prea, requerer, por isso, ao Sr. Presidente que se diga de consultar à Casa e lhe permitir tratar de negócio urgente.

Consultada a Casa, decide afirmativamente.

**O Sr. Irineu Santos:** (Atenção). Sr. Presidente, dos documentos que acabam de me ser enviados pela Mesa, se vê que a comissão, composta do colheitor das rendas do Estado, na Villa de Miritiba, do Intendente municipal, e do adjunto de promotor, e nomeada para tratar da construção da ponte de Getêico no rio Prea, comunicou ao Governo do Estado em 11 de Fevereiro do anno passado ter sido a mesma concluída, gastando-se a soma de rs. . . . . . . . . 3.000$900. E eu desde já requito a V. EXC. que sejam esses documentos publicados com os trabalhos da Casa.

Sem dúvida, Srs., deve causar estranhos ao Congresso que tendo sido esse serviço feito há mais de um anno só agora me lembrasse de pedir a publicação de tais documentos.

Devo, pois, declarar que esse meu pedido se prende ao facto de ter aparecido, há dias no jornal da oposição, nesse jornal, onde se tenta todos os dias ofender ao nosso prestigioso chefe, esse jornal onde o corpo legislativo foi desconsiderado em sua colectividade e alguns de seus membros individualmente atacado, um artigo no qual se fazia alusão à ponte do Getêico, com a que se ensine a entender que eu me locupletei com qualquer parcelha da somma destinada ao serviço da construção daquella ponte.

O Sr. Carvalho Branco—E porque V. EXC. não partilha ao partido de que é órgão esse jornal, se assim fosse, eles o cobriam com o santo da inocência, quando criminoso mesmo...

O Sr. Irineu Santos—E grave, senhores, a acusação, e como não vem muni-do do documentos, vou fazer o histórico desse serviço para bem avaliá-lo do que houve.

A comissão, tendo sciência da sua nomeação, passou procuração aos homens comerciantes desta praça Sr. Candido José Ribeiro e C. para receberem do Thesouro do Estado os 3.000$900 votados para a obra da ponte; e tendo já verificado que o preço da obra da ponte; e tendo já verificado que o preço desse serviço é de 33.000$900 segundo vejo na demonstração da despesa apresentada pela comissão.

Pode parecer exagerado o preço da empreitada; mas se observarmos (e é sabido) que as madeiras de primeira qualidade só a grandes distâncias se encontram nas matas, e longe do rio, tendo de transportá-las em carros para os por bois para serem depois conduzidas às casas, parece que o preço foi razoável. E convém notar que o empregador quase se pegou pelos menos alheio ter perdido dinheiro.

Tirada a madeira e conhecendo a comissão ser insuficiente que da verba restava para ser concluído o ser-
Posto em discussão é a votação do requerimento, é aprovado sem debate.

Passa-se à 2.ª parte do ordo do dia.

Entra em discussão e sem debate tem aprovação o parecer da 1.ª comissão indeferindo o requerimento de Adelma Cardoso.

Successivamente têm também aprovação em 2.ª discussão o projecto n.º 7, que auctoriza a Câmara Municipal de Caxias a mandar cancelar na dívida activa diversos débitos de contribuintes nos exercícios de 1892 a 1900 e em 1.º do n.º 12, que transfere para a província "Freixeiras" a cadeira mista da província do "Cação" no município de Miri
diba.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, tendo designado a seguinte

ORDEN DO DIA:

1.ª Parte—Expeditente, pareceres, etc.

2.ª Parte—2.ª discussão do projecto n.º 1, concedendo privilegio a José Pedro Ribeiro, por três anos, para introdução de fibras vegetais e exportação delas.

1.ª dita do projecto n.º 8, estabelecendo os limites do município de Miri
diba.

1.ª dita do projecto n.º 11, que fixa a força publica do Estado para o exercicio de 1903.

39.ª SESSÃO ORDINARIA

EM 24 DE MARÇO DE 1902

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Cola
eres Moreira.

Ao meio dia abece-se a sessão, estando presentes os Srs. Colares Moreira, Americo Reis, Ribeiro Prazeres, Car
talho Branco, Vital de Mattos, Nunes Couto, Nogueira da Cruz, Rebello Bandeira, João Teixeira, Ribeiro Fialho, Irineu Santos, Fenelon Souza, Franklin Veras, Virgilio Domingues, Theophilo Machado, Jorge Amarim, Lopes Cardo
erio, Pereira Rego, Rocha Tete, Alves da Rocha, Dias Vieira e Antonio Silva.

Lida a acta da sessão antecedente, é sem debate aprovada.

O Sr. 1.º Secretário le o seguinte

EXPEDITENTE:

Ofício do Secretario do Governo, re-

metendo cópia não só de outro em que a comissão encarregada da construc-
ção de uma ponte no lugar—Getiva—sobre o rio Preá, na Miri
diba, communica a mesma concluída, como também a demonstração da despes-
za feita com aquella ponte.—A quem faz a requisição.

Petição de D. Zulima Euphemia Nunes Paes, solicitando decretação de verba para pagamento de seus vencimentos, como professora que foi na Villa do Riachão, relativos aos mezes de Abril a Agosto do anno findo.—A 1.ª comissão.

Entra a hora dos pareceres, requerimentos, projectos, etc.

O Sr. Virgilio Domingues, pedindo a palavra, apresenta o seguinte projecto que, dispensado do interstício e sendo julgado objecto de deliberação, vue a imprimir:

«Projecto n.º 13

O Congresso Legislativo do Estado

DECRETA:

Art. 1.o—O agricultor que se dedicar à cultura da arroz, terá direito ao prê-
mo de cinco mil réis por cada hectar, produzindo mil oitocentos quilos pelo sistema extensivo, e de vinte mil réis por cada hectar, produzindo três mil quilos pelo sistema intensivo.

Art. 2.o—Na a execução desta lei, determinará o governo o modo de ser feita a fiscalisa-
ção para o pagamento dos premios.

Art. 3.o—Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Congresso Legisla-
tivo do Estado do Maranhão, em 24 de Março de 1902.—Virgilio Domingues.»

O Sr. Franklin Veras apresenta o seguinte que, dispensado igualmente do interstício e sendo julgado objecto de deliberação, vue a imprimir:

«Projecto n.º 14

O Congresso Legislativo do Estado do Maranhão

DECRETA:

Art. 1.o—Fica o Governador autoriza
do para manter a integridade dos ter-
ritórios da comarca da Tutoya, a pra-
ticular todos os actos que julgar necessários, abrindo os creditos que se tornarem precisos para as despesas dahi decorrentes.

Art. 2.° — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 21 de Março de 1902. — Franklin Veras.

Passa-se à 2ª parte da ordem do dia.

Entra em 2ª discussão o projecto n. 6, que concede privilegio a José Pedro Ribeiro para introdução de fibras vegetais na indústria local e exportação das mesmas.

Em discussão o art. 1°, pede a palavra o Sr. Lopes Carneiro e apresenta a seguinte emenda que é lida, apoiada e sem debate aprovada com o artigo:

«Depois das palavras — indústria local — acrescente-se — e isenção de direitos, etc.»

O Sr. Irineu Santos (pela ordem) diz que precisando retirá-lo da capital por encomendas de saúde em pessoa de sua família e tendo recebido há pouco as informações que solicitara, relativamente à construção da ponte no rio Prêa, requer, por isso, ao Sr. Presidente que se digne de consultar à Casa se lhe permitir tratar de negócio urgente.

Consultada a Casa, decide afirmativamente.

O Sr. Irineu Santos: — (Atenção). Sr. Presidente, os documentos que acabam de me ser enviados pela Mesa, se vê que a comissão, composta do secretário das rendas do Estado, na Villa de Miritiba, do Intendente municipal e do adjunto de promotor, e nomeada para tratar da construção da ponte de Getêna no rio Prêa, comunicou ao Governo do Estado em 11 de Fevereiro do ano passado ter sido a mesma concluída, gasto-se a soma de r$... 3.000$000. E eu desde já quero que esta V. Exe. que sejam esses documentos publicados com os trabalhos da Casa.

Sem dúvida, Srs., deve causar estranheza ao Congresso que tendo sido esse serviço feito há mais de um ano só agora me lembro-se de pedir a publicação de tais documentos.

Devo, pois, declarar que esse meu pedido se prende ao facto de ter aparecido há dias no jornal da oposição, nesse jornal, onde se tenta todos os dias ofender ao nosso prestigioso chefe, nesse jornal onde o corpo legislativo foi desconsiderado em sua colectividade e alguns de seus membros individualmente atacados, um artigo no qual se fazia alusão à ponte de Getêna, como que se dava a entender que eu me locupei com qualquer parcelha da soma destinada ao serviço da construção daquela ponte.

O Sr. Carvalho Branco: — E porque V. Exe. não pertence ao partido de que é orgão esse jornal; se assim fosse, eles o cobririam com o manto da inocência, quando criminoso mesmo...

O Sr. Irineu Santos: — (Grave, senhores, a acusação; e como não ve na minha a farsa de documentos, vou fazer o histórico desse serviço para bem avaliar do que houve.

A comissão, tendo conhecimento da sua nomeação, passou provação aos homens com menos... Senhores comerciantes desta praça Sr. Candido José Ribeiro & C., para receberem do Tesouro do Estado os 3.000$000 votados para a obra da ponte; e tendo de vir neste interím à capital o negociante de Miritiba, Sr. Márquez Ayadinho Mendes, foi este incumbido de receber os mesmos Senhores, aquela importância e levá-la ao Tesoureiro da comissão. Capitão Augusto Octaviano Ribeiro da Silva, contador das rendas estaduais naquela villa.

Não tem necessidade de encarecer as excelentes qualidades que ornament a cidade.

Aqui a comissão de comum acordo, emprestou o tiro ao serviço das madeiras e sua condução para o logar do serviço com ignacio Joaquim Rodrigues pela quantia de r$ 300$00, segundo veja na demonstração da despesa apresentada pela comissão.

Pode parecer exagerado o preço da empreitada; mas se atendermos (e é sabido) que as madeiras de primeira qualidade só a grandes distâncias se encontram nas matas, e longe do rio, tendo de transportá-las em carros puxados por bois para serem depois conduzidas em canoas, parece que o preço foi razoável. E convém notar que o empregador quisou-se o mais menos aliou ter perdido dinheiro.

Tirada a madeira e conhecendo a comissão ser insuficiente o que da verba restava para ser concluído o ser-
Ainda, pois eu ainda penso fazer 380 metros de até o mar, e agora, com 3 a 5 palmos de altura, conforme as oscilações do terceiro, de modo a evitar que as chuvas do rio o cobrissem, deliberaram a comissão procurar o humilde orador de que fique no ato do congresso, e este leu que um seu amigo, o habil escritor Raymundo Delfino, que já fez o serviço da construção da ponte pela quantia de 300.000 rs, quantia que ele dizem ser esfregado na queixa dos serviços de salários e custódia aos oficiais, que ele contratou para executar o serviço.

Restando a comissão a questão de um conto de reis para o ato de abertura da estrada, que ligasse com a antiga, visita a ponte ter ficado mais acima, em reunião que tiveram a comissão e o humilde orador ficou assentado que se conclua o serviço não que fosse o seu custo, e depois se pedida à câmara municipal indemização do excesso; e, se acaso a câmara não quisesse ou não pudesse pagar, o orador.

Nessa ocasião foi escolhido para administrar o serviço que devia ser feito com toda a economia e presteza, continuando o capitão Augusto Ribeiro a pagar os trabalhadores.

Com prazer acolhia a incumbência e do alto desti tribunal, que declarava sem querer do conto ao Estado.

Durante 12 dias montava em a porta de nossa casa na Villa, às 5 horas da manhã e às vezes antes, levando a minha refeição preparada e só voltada às 5 horas da tarde.

O Sr. Franklin Veras - Da Villa ao Getúlio a distância é de legua e meia.

O Sr. Irineu Santos - Conclusão do serviço, tratou-se de fazer a estrada, a fim de comunicar a ponte com o ato do estrada, visto que ficara mais um pouco acima da estrada antiga, despendendo-se ainda 325.000 rs, quantia que foi paga pelo Tesouro, mandando a câmara depois indemnizar essa importância.

Vê, portanto, o Congresso pelas declarações que acabo de fazer, que não liguei em um vinte de esses três contos de reis, se os meus nobres colegas precisam de outros quaisquer prazos estou pronto a dê-lhe até mesmo perante o poder judiciário (Apagues).
ESTADO DO MARANHÃO

Ministro que ocupou a vossa atencosa a justiça a que vêm direitas.

Comunidade. Sr. Presidente, devolvi à mesa os documentos para que iniciem a publicação que requerem. (Muita devoção, muito voto).

(Recibo)

(Município) e que devem iniciar o descerto

COPIA

«Excm.» Sr. de Deputado ou Estado.—A commissão encarregada da construçãa da ponte no rio Peix, sem desempenhar-se de honrosa incumbência de que V. Exe. se dignou encarregar.

Tendo conhecimento de um nomezão em vista da commissão feita a cada um dos membros em ofício de 8 de julho de 1890, passou a commissão procuração aos conciliadores associados dessa grupo Sr. Candido José Rubêlo de So., que receberiam no Tesouro Público do Estado a quantia de $ 800,00 decretada para a dita ponte. Tratando do trânsito de mercadorias e passageiros, não se pôde igualar, como dimensões, obras semelhante a com o cálculo Ignácio Joaquim Rodrigues, que, devido à rigorosa secção do meio passado, deuze com dificuldades para trabalhar de mesmo dos afluentes do rio Peix, ao lugar do serviço, sendo este a causa da demora que houve na construção da aludida ponte. Felizmente está realizado esse grande benefício, que faz crescer vantagens ao comércio e à maior parte da população deste município. Foi insuficiente a quantia devida, como se vê da conta junta, que a comissão ofereceu a apreciação da V. Exe., mas entendeu ela ser mesmo razoavelmente todo o serviço contando que a Câmara Municipal não se negará à manidão-satisfazer. A comissão julgando concluída sua mission pelo V. Exe. que se dizem mandar eletos da responsabilidade que possa ter contraída por este o Tesouro Público do Estado e tomar a liberdade de levar a conveniência de ser esse serviço entregue à Câmara Municipal para prestar a sua conservação e obstar a periculosidade de algum transeunte. — Salve a fraternidade. — Mirim, 11 de Fevereiro de 1891. (Assinado): Joaquim José dos Santos Junior, Augusto Octáviano Rubel de Sá, A. Pimenta Luis Studer. — Esta cópia outorgado a original. — Secretaria do Tesouro Público do Estado do Maranhão. 28 de Março de 1892. — José Martins de S. Ronaldo.

(Cópia)

Demonstração da despesa feita com a ponte do rio Peix:

Importação compreensiva e saldo para recolhimento da quantia decretada:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$ 800,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Acrepara para a mesma</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$ 1.000,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lícito a Manoel dos Santos pela abertura de 200 metros de estrada pelo alagamento e 70 de altura</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$ 3.000,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lícito a Manuel dos Santos pela abertura de 200 metros de estrada pelo alagamento e 70 de altura</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$ 3.000,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lícito a Pedro Geraldo ao p.e. 3000</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$ 3.000,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lícito com o aberto pelo alagamento com 300 metros de comprimento, 1.000 de largura e 2 de altura, forma média</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$ 1.000,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lícito com o emprego e despesas gerais pela abertura de 1.000 metros de estrada para lugar a da Ribeira a que vem para o distribuição</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$ 7.000,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lícito que dispuserae a comissão para a conclusão do serviço</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$ 3.075,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lícito recebida do Tesouro Público do Estado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$ 5.000,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Quanto</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$ 3.075,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Continuando a 2ª parte da ordem de...
Os presentes os Drs. Collares Moreira, Americo Reis, Ribeiro Prates, Casto
ão Rocha, Carvalho Branco, Antonio
Silva, Victor de Mattos, Nunes Cotrim,
Nogueira da Cruz, Ribeiro Filho, Penn
Vera, Nossa Senhora, Casa Bella, Pereira
Reis, Lopes Carneiro, Rocha Toste,
Alves da Rocha, João Teixeira, Jorge
Amorim, Rebello Bandeira e Jefferson
Nunes, abrem-se a sessão.
Lida a acta da sessão de 21 e a da reuni
de 25 e são aprovadas.
O Sr. 1.° Secretario leu o seguinte

**EXPEDIENTE**

Requerimento de Caddy Mousallam &
Brum, pÃ³dendo pagamento ou indeniza-
ção de quatro folhas de banho, que lhes
pertencessem e desapareceram dos nume
res do Tesouro, na importância de
188.000—. A 2ª comissão.

Deoa Renato Leandro Nogueira,
solicitando decretação de verba para
pagamento de um protesto de quatro do ca
pita de inflação de Estado destacado na
vila de Santa Helena, na importância de
12.800— e referente ao prazo de
45 a 31 de Dezembro de 1952.
A mesma comissão.

Eto de Adrianus Antonio da Silva,
procuradoria da casa que serve de ca
tamento e quartel do destacamento esta
tivo na vila de Santa Helena, pôrendo
pagamento das alugueres respetivos e
recolha do imposto de 1 de
comissão, a 31 de Dezembro de 1952
A mesma comissão.

Deoa Marques Francisco Azevedo,
pedindo cancelamento do debito que
uma casa a Ministros do Estado, propre
mento do imposto com que foi multi
cipado por ter em estabelecimento na
vila de S. Roque, quando já não se
vezia na posse. — A mesma comissão.

Deoa S. lucas & C., pôrendo infe
necimento de queixas que renovam sem
acertos de dívida e direito de pagar,
retorna em nome do governo ao Empre
sário de Santa Helena, — A mesma comissão.

Sobre o estado das imprensa, requeri
tes, peças e informações.

**Sessão,** 21 de Mayo 1952.

Deoa de Santa do Congresso (Brasíli
a) — Dr. Presidente, a 2ª comissi
ão enla a honra de apresentar a este
Congresso equestre, apartado de aspecto.
na sessão em

188.000 e terminou a sessão em

12.800—, 1952.
Na quadra actual, cheia de embarcações de toda a sorte, com a desvalização dos nossos gêneros de exportação, todos devem avaliar e facilmente compreender as dificuldades com que lutou a comissão, para equilibrar o orçamento do Estado sem desorganizar os serviços necessários e indispensáveis e atender à amortização da dívida, vindas de exercícios anteriores. E si não fora a dedicação sem limites, o justo e eficaz colaboração do nosso prestimo- so chefe o Sr. Senador Benedito Leite, a comissão lutaria com maiores dificuldades, e talvez não conseguisse apresentar o trabalho que ora submete à apreciação deste Congresso.

S. Excel., reuniu, com a comissão, os principais interessados no comércio, indústria e lavraria, e ouviu suas opiniões para melhor atender e julgar da situação dos negocios e evitar reclamações e atributos, o quanto possível.

Tendo o orçamento de 1901 accusado um deficit de cerca de 300.000$000, pois sendo a receita orçada em 3.455.000$ só arrecadou 2.150.000$, devido principalmente à diminuição da exportação dos nossos cereais, acresce que tivemos necessidade de acudir a despesas extraordinárias com os tristes acontecimentos do Alto-Alegre, com a Higiene para evitarmos a epidemia do varíola, com o auxílio para a construção de linhas telegraficas, com pagamentos de exercícios soldados, e outras despesas urgentes, necessárias e justificadas. (Apaulados).

O Sr. Carvalho Branco:—Entretanto o jornal da tarde não quer saber disso...

O Sr. Custodio Belchior:—Assim, elevou-se o deficit, e a nossa dívida fluctuante, orçava por 400.000$000 mais ou menos, em meados de Fevereiro, segundo os dados fornecidos pelo Tesouro, devendo já hoje achar-se mais reduzida. Para que não venha aggravar-se essa dívida, e não sejam desorganizados os serviços, tivemos necessidade de propor um imposto, de caráter transitório, e de 10% sobre todos os vencimentos dos funcionários públicos desde o Exmo. Governador do Estado, compreendendo também o subsídio dos membros deste Congresso.

Alem dessa medida suprimimos algumas despesas, e reduzimos outras— desde já—reduções que atingem a 142.000$, inclusive os 75.000$ que economizamos com a força pública.

Para atender às dificultes circunstâncias da lavraria, a comissão propôs a eliminação da taxa fixa sobre cereais, que é de réis 300 por cada panheiro, substituindo-a pela taxa ad valorem de 8% para o consumo, conservando a de 6% para a exportação.

Destaarte, quando os gêneros tiverem um pequeno valor, como actualmente acontece, o lavrador não será sobrecarregado com a taxa fixa, sobrando-lhe alguma coisa dos seus produtos, e quando os preços forem elevados, a proporção não o prejudicará, favorecendo tambem ao fisco.

Essas reduções na receita e a consignação de 100.000$000 na Despesa, para amortizar a dívida fluctuante, precisam, naturalmente, de verbas equivalentes para não permanecer o desequilíbrio.

Assim é que tivemos de aumentar 5% de adicional sobre as tabellias de indústrias e profissões—A B e C, 5% tambem sobre a tabellia—o imposto de cabotagem, e 10% em outras.

A comissão não ignora que reclamações se têm feito em alguns Estados contra o imposto inter-estadual, mas prevalecendo o dito imposto na maioria dos Estados da União, onerando os nossos cereais e produtos da nossa indústria, com elevadas taxas, não só estados como municipios; não podemos abrir mão dessa verba de receita, se não quando se tornar a medida geral, o que aliás desejamos.

Emo nós teremos de procurar substituir esse imposto, que repudiamos mais equitativo, sendo certo que também melhorará de preço os gêneros de produção do nosso Estado, fortemente tributados em outros.

Sr. Presidente, a oposição tem procurado, embora deboche, maior is dos acertos da situação dominante,—exag- rando a cifra da nossa dívida fluctuante, aliás justificada pela diminuição da exportação de nossos cereais e outras cousas que a todos atingem, além das despesas imprevistas e não cogitadas, de que já falei, mas o que é certo é que não pode apontar um só acto de improbidade ou esbaucimento. (Apaulados).

O Sr. Carvalho Branco:—Ela não se
lembra que há diversos professores que recebem o salaire e não teem um aluno!
O Sr. Rocha Tote: Dizem que nem assinaram o ponto.
O Sr. Ribeiro Prazeres:—Oh!
O Sr. Custódio Belchior:—O nosso distinto Chefe Senador Benedito Leite não deixará da responsabilidade que lhe cabe como principal diretor da situação, nesse Congresso, assim como todas as candidaturas do Sen. Este, prestam-lhe todo o apoio compatível com suas forças, e dão testemunho de suas nobres despenas, de tão desdida e inesquecíveis esforços, em favor do futuro do nosso Estado, não raro com sacrifício de sua saúde e de seus próprios interesses. (Muito bem. muito bem).
Passa-se à 2 parte da ordem do dia.
Entrou em 2: discussão e sem debeta é aprovado, passando para 2: o projeto n. 10, que autoriza o governo a alterar a actual organização do Lyceu Maranhense.
Entrou em 3: discussão e tem também aprovação sem debate o projeto n. 7, que autoriza a Câmara Municipal de Caxias a mandar cancelar os débitos de contribuintes que provarem estar quites com a facenda municipal.—Vae à comissão de redacção.
Successivamente e sem debate teem aprovação: em 2: discussão do projeto n. 12, que transfere para «Freireiras» a cadeia mixta da provação «Caçoe na Mirim» em 1.º de n. 3 que cria um juízo municipal no termo de Grajaú.
Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levanta a sessão marcando antes a seguinte:

ORDIM DO DIA:
1.ª Parte—Expediente, requerimentos, pareceres, etc.
2.ª Parte—3: discussão do projecto n. 6, que concede privilegio a José Pedro Ribeiro, por espaço de 3 annos, para introdução de hibiscus na indús- tria local.
2.ª discussão do de n. 11 que fixa a força publica do Estado para o ano de 1903.
3.ª de n. 13 que concede premios ao agricultor do arroz pelos sistemas extensivo e intenso.
1.º de n. 14 que autoriza o governo a praticar todos os actos que julgar necessários e abrir créditos precisos para manter a integridade do territorio da Tutuá;
3.º que eleva seis o numero de interpretes comerciais desta praça.

REUNIÃO
EM 27 DE MARÇO DE 1902


O sr. Presidente diz que, não havendo numero legal, deixa, por isso, de haver sessão e marcou para a seguinte a ordem do dia já designada.

32.ª SESSÃO ORDINARIA
EM 29 DE MARÇO DE 1902


Ao meio dia, feita a chamada, e estando presentes os Srs. Colares Moreira, Americo Reis, Ribeiro Prazeres, Nunes Coutrím, Carvalho Branco, Jorge Amorim, Rebello Bandeira, Franklin Veras, Virgilio Domingues, Victor de Matos, Rocha Tote, Fenelon Souza, João Teixeira, Pereira Rego, Antonio Silva, Ribeiro Fialho, Jefferson Nunes, Custódio Belchior, Lopes Carneiro, Cunha Bello e Nogueira da Cruz, abre a sessão.
Lida a acta da sessão de 26 e a da reunião de 27, teem ambas aprovação.
O Sr. 1.º Secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE:

Requerimento de Nicolão Tolentino de Castro Costa, por seus procuradores, pedindo decretação de verba para lhe serem pagos os alugues da casa de se
propriedade e que serve de quartel e cadeia na vila do Leantu, na importância de 450$000. — 1ª comissão.

Dito de David Rabelo & C., solicitando também que seja votada verba para seu pagamento, na importância de 1.243$000, proveniente de fornecimentos feitos pela sua casa comercial à diversa repetição pública. — 2ª mesma comissão.

Entrou a hora dos pareceres, projectos, indicações, etc.

O Sr. Rocha Tote, pedido a palavra, apresenta a parte da respectiva comissão a redacção definitiva do projecto que autoriza a câmara municipal de Caxias a mandar cancelar os débitos de contribuintes, que provaram estar quitados com a fazenda municipal.

Posta a vota a redacção, e aprovada sem reclamação e o projecto enviado à sanção.

O Sr. Pereira Reis: — Pedi a palavra, Sr. Presidente, para apresentar um projecto referente à ajuda de custo que recebem os oficiais do corpo de infantaria do Estado.

Militar como sou, pertencendo às filiárias do exercicio nacional, conheço de perto as agriças porque muitas vezes passamos, quando em ocasiões inesperadas temos ordem para desamparar qualquer comissão, segundo de um ponto para outro.

Pelo que cumpre muitas vezes se tem dado estragado a avaliação emergencia em que se tinham acha do também os seus camaradas, quando designados a transportarem-se de um lugar para outro; e justamente por isso é que deliberei apresentar um projecto com relação às ajudas de custo que são abonadas.

Quero crer, Sr. Presidente, que assim procedendo cumprem um dever; e por isso espero que o Congresso dará sua aprovação ao meu projecto que é nestes termos concebido: (Lê)

Dispensado o intersticio a requerimento do mesmo Sr. deputado vae a imprimir o seguinte:

**Projecto n. 16**

O Congresso Legislativo do Estado

DECRETA:

Art. 1.° — A ajuda de custo para transporte e escritório dos oficiais do Corpo de Infantaria do Estado que seguirem para o interior ou de um ponto do interior para outro, será regulada de acordo com os arts. 1.° e 2.° da Lei n. 246 de 29 de Março de 1903 e Lei n. 279 de 1.° de Abril de 1901.

Art. 2.° — Quando a viagem do último ponto até a sede do município de residência tiver de ser feita por água e não houver na tabella da Companhia ou empreiteira estipulação do preço de transporte, o Governo arbitrará para esta parte da viagem a ajuda de custo que julgar necessária.

Art. 3.° — Além do oficial tem direito a ajuda de custo a mulher dêle, os filhos menores de 14 anos e filhos de qualquer idade, sendo o oficial casado ou viúvo e a mãe do oficial, vivendo esta em companhia dele e não sendo ella casada.

Art. 4.° — Quando a comissão dada ao oficial for de prazo inferior a um ano, sómente elle terá direito a ajuda de custo.

Art. 5.° — Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões do Congresso L. do Estado do Maranhão, em 29 de Março de 1902. — Pereira Reis.

O Sr. Rocha Tote apresenta também o seguinte, que julgado objecto de deliberação vae a imprimir:

**Projecto n. 17**

O Congresso Legislativo do Estado

DECRETA:

Art. 1.° — As infracções, crimes e contravenções de que trata o art. 70 da Lei n. 191 de 29 de Março de 1898 serão processados pelos suplentes dos Juizes do Direito e por estes julgados, com apelação voluntária e de efeito suspensivo para o Superior Tribunal de Justiça.

§ Único. — Exceptuam-se desta disposição as infracções, crimes e contravenções para os quais estiverem estabelecidas sómente penas de multas. Estes continuarão a reger-se pela Lei n. 191 de 29 de Março de 1898, quanto a competência para o julgamento.

Art. 2.° — Dos despachos de pronuncia.
ou não pronuncia, preferidos pelos Jui
tes de direito nos processos da compe-
tência do Jury, de acordo com o art.
31 § 14 da Lei n. 194 de 1848, terão as
 partes, inclusive os representantes do
ministério público, recurso voluntário
para o Superior Tribunal de Justiça.

Art. 3. — A disposição do art. 411 do
Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 não
compreende as apelações interpostas
no Tribunal do Jury. Para o conhecim-
mento destas basta que conste da acta
do julgamento, devidamente assinada,
as sua interposição.

Art. 4. — A apresentação dos proces-
sos, de que trata o art. 317 do Reg.
n. 120 de 1842, pode ser feita pelos su-
peditores dos Juizes de Direito por meio
do ofício.

Art. 5. — Ao ministério público caber
demancionar as infracções de prestar
municipal e dos regulamentos do Gover-
no, as questões de termos de bem viver
a segurança e todos os crimes contra
venções, excepto:

1. — Os de dano, que não tiverem
ado praticados em coisas do domínio ou
ou público da União, dos Estados e dos
Municípios, ou em livros de notas, re-
gistros, assentamentos, actas e termos,
autos e actos originais da autoridade
publica, e não tendo havido prazo em
flagrante.

2. — Os crimes de violência carnal,
rapt, adúterio, parte supostas, cal-
umia e injúria, em que somente ca-
bará proceder por queixa da parte, sal
os casos do art. 274 do Código Penal.

§ 1 — Para os crimes de furto de ani-
mas nas fazendas, pastos ou campos de
cação ou cultura são mantidas as for-
mas do processo e julgamento dos arts
91 a 95 da Lei n. 191 de 29 de Março de
1848, respeitadas as disposições dos arts.
1.º § único e 2.º da Lei Federal n.
928 de 21 de Outubro de 1899, relativos
ao furto em geral.

§ 2. — O procedimento oficial de jus-
to nas casos de violência carnal e
rapt, previstos no art. 274 §§ 1, 2 e 3
do Código Penal, será iniciado por de-
nuncia do ministério publico.

§ 3. — Reputa-se miserável para o ef-
efeito do § 1 do art. 274 do Código Pe-
nal a pessoa que, por si ou seu repre-
sentante legal, requerer, com tal, a
intervenção de autoridade policial ou do
ministério publico, independente de ou-
tra qualquer formalidade e de prova em
contrário.

Art. 6. — O auxílio que a parte pôde
prestar ao ministério publico, de acor-
do com o art. 408 do Código Penal, deve
limitar-se ao fornecimento de instruc-
ções, documentos e provas, que facilitem
a acção da justiça, podendo, para esse
fim, constituir advogado. A este será
permitido ainda auxiliar a accusação
em todos os seus termos no plenário,
mas em hypothese alguma tomar recur-
sos.

Art. 7. — Da infracção do disposto no
art. 111 da Lei n. 194 de 29 de Março de
1848 cabe aggravo de petição para o
Superior Tribunal de Justiça.

Art. 8. — São aplicáveis às causas
executivas da fazienda municipal as dis-
posições do art. 197 §§ 2.º, 3.º, 4.º, menos
a segunda parte, e 5.º, ficando as mesmas
isentas do pagamento de selos.

Art. 9. — Sempre que houver passa-
gem de crimes de um juiz para outro, na
ordem legal das substituições, deve
constar o impedimento do anterior, afi-
rmado por este ou pelo escrivão de fei-
to, sob pena de responsabilidade para
o juiz ou serventuario que, por omisso
desta disposição, dé causa à nulidade
do feito.

Art. 10. — Os escrivães juramenta-
dos que as tabuladas e escrivães de
qualquer vara ou serventia pôdham ter,
e vista da disposição do art. 136 do
Dec. n. 9429 de 28 de Abril de 1885, serão
nomeados pelo Governador, mediante
proposta dos respectivos serventarios,
que deve ser acompanhada das provas
de que trata o art. 138 do mesmo De-
creto.

§ 1. — Esses escrivães perceberão a
gratificação que lhes for combinada com os
respectivos serventários, e servirão
quando por estes forem chamados.

§ 2. — Substituição os serventários
em todos os seus impedimentos.

Art. 11. — A pena de suspensão que às
autoridades judiciais é facultado im-
por aos serventários de justiça não
excederá de trinta dias. A estes ser-
ventários não poderá ser aplicada mais de duas suspensões seguidas, se incorrerem novamente em falta, sendo sub-
mettidos a processo de responsabilidade.

Art. 12. — E' aplicável ao caso de
transferência dos Juizes de Direito a
disposição do art. 17 § único da Lei n. 194 de 29 de Março de 1888.


§ 1.º — A interferência do ministerio público nesses inquéritos só poderá ter lugar, enquanto a eles estiver procedendo a autoridade policial, sem embargo da faculdade que lhe é conferida pelo art. 43 do Dec. n. 1824 de 23 de Novembro de 1871, depois de iniciada a formação da culpa.

Art. 14. — Ficam revogados os arts. 77, 78 e 80 e os §§ 1.º e 2.º do art. 42 da Lei n. 194 de 29 de Março de 1888 e mais disposições em contrário.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, 29 de Março de 1902.—Rocha Tote.*

Passa-se à 2.ª parte do orago do dia.

Em 3.ª discussão é aprovado sem debate o projecto n. 6 que concede privilégio a José Pedro Ribeiro, para introdução de fibras vegetais na industrial local e exportação de lasmas.—Voa a comissão de redacção.

Em 2.ª discussão é aprovado e passa à 3.ª o projecto n. 11 que fixa a força policial do Estado para o ano de 1903.

Em 1.ª dita tem também aprovado sem debate o de n. 13 que concede privilégio a agricultores do arroz, dentro de certas e determinadas condições.

Então em 1.ª discussão o projecto n. 14, autorizando o governo a praticar os actos que julgar necessários para manter a integridade do território da Tutoya.

O Sr. Rocha Tote (Atenção):— Creio, Sr. Presidente, ser o único paulhynense que tem assento nesta casa.

E, Sr. Presidente, como se acha em discussão um projecto que autoriza o Governo a praticar todos os actos que julgar necessários para manter a integridade do território da Tutoya, abrindo os créditos que se tornarem precisos para as despesas daí decorrentes, julgo de imperioso dever proferir algumas palavras sobre o assunto, antes de dar o meu voto, visto considerar a matéria do mesmo projecto ligada à questão que se agitou pela imprensa do meu Estado sobre o direito que diz ter ele em parte do território da Tutuoy, direito esse que o Estado do Maranhão contesta.

E veio a dizer que alguns espíritos menos calmos queriam arrastar a questão para o terreno escorregadio das ofensas pessoais; porém, felizmente, para honra dos dois Estados, ella vae seguindo o curso normal, por isso que, paulhynenses e miraninhenses, trabalham no sentido de bem resolvida a pendência do honor disso para ambos.

Não obstante haver sempre acompanhado as discussões agitadas entre as partes litigantes, contudo, Sr. Presidente, não posso ainda dizer seguramente para que lado está a causa, visto faltar-me competência para tanto.

Pouco mais que as duas partes litigantes procuram ainda documentos para que apresentando os tribunais competentes, (Malto Boa),... E, tanto é uma verdade isso, que somente agora resolveram os meus patrícios dirigir circulares a todos os paulhynenses, acompanhados de listas de subscrições, para, com os recursos obtidos por esse meio, mandarem um emissor a Lisboa proceder a necessária substituição no importante arquivo da Torre do Tombo, onde, necessariamente, devem existir documentos que possam interessar ao assunto.

Eu, que tive a soberba honra de ser distinguido pela ilustre missão com uma dessas listas, declaro, como paulhynense que sou o meu prazo ser, que, tanto levarei o meu pequeno olhar para auxiliar os meus patrícios na excução do seu desideratum, como apoiar com o meu voto a projecto que se discute, por isso que ambas visam o mesmo fim...

O Sr. Ribeiro Prazeres:—Todos queiram que se faça a luz...

O Sr. Rocha Tote:—... porque, Sr. Presidente, eu acredo que são evidentemente esses os intitulos do nosso eminente chefe o Sr. Senador Benedicto Leite.

E, de facto, Sr. Presidente, a prova mais evidente de que são esses também os seus desejo está na apresentação do projecto que se discute.

Que o nosso Ilustre Chefe tem procurado dispensar ao Paulhynense maior somma de considerações, dão solemn...
testemunho a minha presença nesta casa e a coligação de crescido número de filhos daquele Estado em cargos de mais alta confiança do governo. (Apoios).

Que necessidade, consequentemente, teria o ilustre Senador em confruar a nós paulistas, posições de imediata confiança política, existindo como existe, entre a grande quantidade de amigos, que o cercam quem possa desempenhar com mais vantagens que nós outros. (Não apoios), a não ser o desejo que nutre s. Exc. de mais estimar os laços de confraternização que umos e dois Estados têm.

Convencido, pois, desta verdade, como devem estar todos os bons paulistas, declaro que votei e votei com muita satisfação pela aprovação do projeto. (Muito bem, muito bem).

O Sr. Pereira Rego. — Nem era de esperar outra causa do espírito recto e jurisprudência de V. Exc. (Apoios).

Encerrada a discussão e posto a votos o projecto, é aprovado e passa à 2ª discussão.

Em 3ª discussão é também aprovado o projecto n.º 5, elevando o número de interprêtes comerciais, com a seguinte emenda do Sr. Carvalho Branco:

Em vez de 6 diga-se 7.

E o projeto enviado à Comissão de redacção.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver marcado a seguinte

**ORDEN DO DIA:**

1. Parte—Expediente, pareceres, etc.
2. *Parte—2ª discussão do projecto n.º 3 que cria um juizado municipal no território de Grajaú.
3. *dito de n.º 10, autorizando o Governo a alterar a actual organização do ‘Lyceu Maranhense’.

**33ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 31 DE MARÇO DE 1902**


Lida a acta da anterior, sem debate, tem aprovação.

Não há expediente.

Entra a hora dos requerimentos, pareceres, etc.

**O Sr. Rocha Toste,** por parte da 4ª comissão apresenta as redacções definitivas dos projectos n.ºs 5 e 6, deste ano, aquelle elevando a 7 o número de interprêtes comerciais, e este concedendo privilegio a José Pedro Ribeiro para introdução de fibras vegetais na indústria local.

Postas a votos e aprovadas as redacções sem debate, são os projectos enviados à sanção.

**O Sr. Jefferson Nunes** diz que em 20 do mez corrente apresentou um projecto, considerando de 1ª entrada a comarca de Grajaú, verificando, porém, depois, que a lei n.º 194 de 29 de Março de 1898, que regula a administração da justiça, só permite a classificação das comarcas, depois de decorridos 4 anos, para evitar qualquer dúvida, oferece outro projecto como substitutivo aquelle e nos mesmos termos concebido, no sentido de corrigir a antecipação que teve na apresentação da medida.

Dispensado do interstício e julgado objecto de deliberação vae a imprimir o seguinte projecto:

**Projecto n.º 9 A**

O Congresso Legislativo do Estado

**DECRETA:**

Art. 1.º—Fica considerada de primeira entrada a comarca de Grajaú.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 31 de Março de 1902. — Jefferson Nunes."
O Sr. Virgilio Domingues apresenta o seguinte que, julgado objecto de deliberação depois de dispensado do interstício, vai também a impressão:

«Projeto n.º 18

O Congresso Legislativo do Estado

DECRETA:

Art. 1.º — O examen de suficiência de que trata o art. 4.º da Lei n.º 161 de 21 de Maio de 1893, terá sempre lugar na sede da comarca a que pertencer a cadeira, perante uma comissão composta do juiz de direito, juiz municipal e promotor público, sendo este titulado, sob a presidência do primeiro.

§ 1.º — Em falta do juiz municipal e do promotor titulado, nomeará o Governo quem os substitua.

§ 2.º — Não se achando na comarca o juiz de direito, será a comissão presidida pelo juiz municipal; em falta deste, pelo promotor titulado e na falta deste último, por uma pessoa nomeada pelo Governo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 31 de Março de 1902. — Virgilio Domingues.

Passa-se à 2.ª parte da ordem do dia.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 3, creando o logar de juiz municipal na comarca de Grajãs.

Sem debater é aprovado o art. 1.º.

Posto em discussão o art. 2.º, pede a palavra o Sr. Carvalho Branco e oferece a seguinte emenda:

«Em vez de 300$000 diga-se 350$000.»

E' aprovada a emenda com o art. e depois do projecto que passa à 3.ª discussão.

Em 2.ª discussão é sem debate aprovado o projecto n.º 10, que autoriza o Governo a alterar a actual organização do Lyceu Maranhense.

O Sr. Carvalho Branco (pela ordem) requer e a casa aprova que seja o projecto dispensado do interstício para entrar na ordem do dia seguinte.

Entra depois em 3.ª discussão e é aprovado o projecto n.º 12, que transfere para «Frenteiras» a cadeira mista da província «Capo», no distrito de Miriá.

— Voa o projecto à comissão de redacção.

Nada mais havendo a tentar, o Sr. Presidente levanta a sessão, tendo designado antes a seguinte:

SÉRIE DE 1893

1.ª Parte — Expediente, Requerimentos, etc.

2.ª Parte — Discussão do projecto n.º 15, concedendo premios ao agricultor que se dedicar à cultura de arroz pelos sistemas extensivos e intensivos.

3.ª Parte — Discussão do projecto n.º 11, autorizando o Governo a alterar a actual organização do Lyceu Maranhense.

31.ª SÉSSÃO ORDINÁRIA

EM 1.º DE ABRIL DE 1902

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.


Lida e posta em discussão a votar a acta da sessão anterior, é aprovada.

Não havendo expediente, entra a hora dos pareceres, requerimentos, indicações, etc.

O Sr. Rocha Tote, por parte da 4.ª comissão, apresenta a redacção definitiva do projecto n.º 12 que transfere para a província «Frenteiras» a cadeira mista da de «Capo» no distrito de Miriá.

Posta a votar a redacção, é aprovada e enviado o projecto à comissão.

O Sr. Antonio Silva apresenta o seguinte projecto, que depois de dispens...
ANNAES DO CONGRESSO

...de interstício, é julgado objecto de delicção e mandado imprimir:

«Projecto n. 19

O Congresso Legislativo do Estado

S.E.:»

Art. 1.º — Fica o Governo auctorizado a quando permitirem as condições financeiras do Estado promover a fundação de um jardim botânico no município da Capital, no logar que fôr mais apropriado, podendo abrir a cultura necessária para atender as despesas com os estudos preliminares que se tornarem preços.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 1.º de Abril de 1912. — Antonio Silva.»

Paga-se à 2.ª parte da ordem do dia.

X. Etna em 2.ª discussão o projecto que estabelecem preços aos agricultores que se dedicarem à cultura do arroz.

O Sr. Virgílio Domingues — Sr. Presidente, o projecto que tive a honra de apresentar à consideração do Congresso e V. Exc. acaba de dar à discussão em vista procurar desenvolver em nosso Estado a cultura do arroz, que ainda se acha bastante atrasada, proporcionando uma pequena indemnização aos lavradores que se dedicarem à referida cultura.

Está reconhecido que é da melhor qualidade o arroz produzido em Maranhão; entretanto, é avaliada a quantidade de arroz importada, que importamos anualmente, e que vem tão longe competir com o nosso, sem ter aliás os requisitos necessários para uma boa alimentação, visto como lhe é inegavelmente inferior.

Bem andarão o comércio e a imprensa maranhense enotando uma propaganda incessante e tomar em favor dos nossos produtos que, como o arroz e outros, podem vantajosamente competir com os seus similares estrangeiros, e bem andará o Congresso procurando um meio de auxiliar a nossa enfraseada fazenda, ou melhor, auxiliando-a por todos os meios e seu alcance.

Redactando mais detalhadamente sobre o projecto, depois que o apresentei ao Congresso, reconsiderei que são insuficientes para o fim a que se destinam os premios nelle consignados, e por isso vou enviar á mesa uma emenda augmentando-os.

As circumstancias financeiras do Estado, que lucta presentemente com grandes dificuldades originárias da crise agudíssima que atravessamos, não permitem, porém, aumentar muito grandemente, e por isso limitar-me-ei a elevar para 10$000 o premio de 5$000, de que trata o projecto, para 20$000 o de 30$000.

Como vê o Congresso, são ainda modificos os premios estabelecidos; não havendo, portanto, receio de virem a ser mais tarde pedidos ao Tesouro.

E assim, Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que animamos um dos ramos da nossa lavoura, proporcionamos aos lavradores que ao mesmo se dedicarem uma justa compensação de seus esforços. (Muito bem).

E lida, apoiada e sem debate aprovada com o art. a seguinte emenda:

«Onde se 10$ diga-se 10$ e onde se 20$ diga-se 20$.»

São depois aprovados os demais arts. do projecto, passando este à 3.ª discussão.

Em 2.ª discussão é aprovado sem debate o projecto n. 14 que autoriza o governo a praticar todos os actos que julhar necessários e abrir os precípios créditos para manter a integridade do território de Tatoia.

Também têm aprovação sem debate: em 1.ª discussão o projecto n. 16 que regula a ajuda de custos aos oficiais do corpo de infantiaria do Estado, e em 3.ª o de n. 10 que auctoriza o governo a alterar a actual organização do «Lyceu Maranhense».

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente levanta a sessão tendo marcado antes a seguinte:

ORDEN DO DIA:

1.ª Parte — Expediente, requerimentos, pareceres, indicações, etc.

2.ª Parte — 1.ª discussão do projecto n. 9, considerando de 1.ª entrada a comarca de Grajãhú.

1.ª discussão do projecto n. 17, que altera algumas disposições da lei n. 191 de 29 de Março de 1898.
1.ª dita do de n. 18, alterando as disposições do art. 4.º da lei n. 164 de 21 de Maio de 1886 que trata do exame de suficiência.

3.ª dita do de n. 3, criando o logar de juiz municipal no termo de Grajaú.

35.ª SESSÃO ORDINARIA

EM 2 DE ABRIL DE 1902.

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.

Ao meio dia, feita a chamada e anotando-se presentes os Srs. Colares Moreira, America Reis, Cunha Bello, Custódio Belchior, Carvalho Brandão, Antonio Silva, Viciano Mattos, Nunes Catrim, Nogueira da Cruz, Jefferson Nunes, João Teixeira, Franklin Veras, Virgilio Domingues, Jorge Amorim, Pereira Rego, Rebele Bandeira, Dias Vieira, Lopes Garneiro e Rocha Tote, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, é aprovada sem debate.

O Sr. 1.º Secretario lê o seguinte

EXPELENTE:

Requerimento de Antonio Dias Pereira, pedido de decretação de verba para lhe ser paga a quantia de 72$000 proveniente do aluguel da casa de sua propriedade e que na vila de Barreirinhas servirá de cadeia pública no período de 8 do mês de Janeiro a Julho de 1900. — A 1ª Comissão.

Dito de Franklin Araújo, pedido de crédito para lhe ser paga a quantia de 97$170, a que tem direito como professor público aposentado da povoação de Maravilha, no município de S. Vicente Ferrer. — A mesma comissão.

Entrada dos requerimentos, pareceres, etc.

O Sr. Rocha Tote, pedindo a palavra, por parte da 1ª comissão apresenta a redacção definitiva do projecto n. 10, que altera a organização do «Lyceu Maranhense» e dá outras instruções.

Pela ação a redacção, é aprovada o vae a sancção do projecto.

O Sr. Custódio Belchior, por parte da 1ª comissão, apresenta o seguinte parecer que vai a imprimir:

«Parecer n. 2»

A 1ª Comissão tendo examinado a petição de Mariano Francisco Arruda, negociante na vila de S. Bento, em que pedia cancelamento do débito de 72$000, de industriar a proibição que lhe foi lançada pela coletoria da mesma vila e, considerando o comissário que o Theouro do Estado tem competência para resolver sobre o requerimento, nada tem que deferir, devolvendo-se ao suppletivo os respectivos documentos.

Saia da Comissão do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, 2 de Abril de 1902. — Custódio Belchior, Antonio Silveira, Franklin Veras, Virgilio Domingues.»

Continuando com a palavra o mesmo Sr. depauta a seguinte requerimento que é lido, apoiado e sem debate aprovado:

A 1ª comissão por seu relat. pede que por intermédio da mesa sejam solicitadas do Sr. Governador do Estado as informações precisas para poder resolver sobre o pagamento requerido pelos negociantes Maia, Sobrinhos & C. de 1.º do mês de Janeiro de 1908.

Pásse-se à 2ª parte da ordem do dia.

Entrada em 1ª discussão e sem debate é aprovado o projecto n. 9, considerando a 1ª Entrada a comarca de Grajaú. Tem também aprovado 1ª discussão e sem debate 17, que reverte algumas disposições da lei n. 194 de 20 de Março de 1898.

O Sr. Rocha Tote (pela ordem) requer a Casa aprova que seja dispensado o interstício para entrar o projecto na ordem do dia seguinte.

Entrada em 1ª discussão e sem debate 18, alterando as disposições do art. 4.º da lei n. 164 de 21 de Maio de 1886 que trata do exame de suficiência.

A requerimento do Sr. Virgilio Domingues é também esse projecto dispensado do interstício para poder entrar na ordem do dia da sessão seguinte.
ANAIS DO CONGRESSO

Em 2ª discussão tem por último apregoado a projecto n. 18, que estabelece o lugar de fusa municipal no termo de Guajara. —Vos a comissão da redacção.

Nada mais haveria a tratar, formando o Sr. Presidente a sessão, depois de ter marcado a seguinte

 discussão.

1.ª Parte—Expediente, requerimentos, etc.

2.ª Parte—1.ª discussão do projecto n. 19, que regula a retenção e das a Reparação do Estado.

3.ª discussão do projecto n. 19, anexando a f das de um jardim botânico ao município da Guajara, quando o estabelece nas condições financeiras da Guajara.

4.ª discussão do projecto n. 19, que regula a ajuda de custos para os oficialis do corpo de infantaria do Estado.

5.ª discussão do projecto n. 19, concedendo prêmios ao agricultor que se dedicar à cultura de armas peixes e plantas exóticas e extensivas.

6.ª discussão do projecto n. 19, anexando a proposta do governo a praticar todos os actos que julgar necessários a abrir créditos precisos para manter a integridade do território da Guajara.

7.ª discussão do projecto n. 19, alterando as disposições da lei n. 174 de 20 de Março de 1898.

8.ª discussão do projecto n. 19, alterando as disposições do art. 4.º da lei n. 174 de 27 de Maio de 1896 que trata da danação de sufrágios.

2ª SESSÃO ORTINARIA

EM 3 DE MAR. DE 1902


Lida a acta da anterior, sem debater, tem aprovação.

O Sr. 1.º Secretário da comissão de seguinte:

EXPEDIENTE

Ofício ao Secretário do Governo, remetendo-lhe mais de uma jardim botânico no município da Guajara, quando o estabelece nas condições financeiras da Guajara. —A arquivar.

Entra a hora dos requerimentos, pareceres etc.

O Sr. Rocha Toste por parte da 4ª comissão apresenta a redacção definitiva do projecto que cria o lugar de fusa municipal no termo de Guajara.

Pela comissão, é aprovado, indo o projecto a sanção.

O Sr. Custódio Bettoni, por parte da 4ª comissão apresenta o seguinte projecto, para o qual pede dispensa de impressão no que a casa concorda:

«Projecto nº 20»

O Comprimento Legislativo do Estado.

DECLARA

Art. 1.º—Fica o Governo autorizado a abrir ne corrente exercício, o crédito de 422.450$00 dos seguintes cradenses do Estado:

1.ª Companhia Fluvial Maranhense: 191.775$00

2.ª Companhia Geral de Movimentos no Maranhão: 191.775$00

3.ª Companhia Almeida & C. Sucess. 149.995$00

4.ª Companhia de Navegação: 149.995$00

5.ª Companhia de Navegação: 149.995$00

Assinado por José de Souza Coelho 252.900$00

Júlio Benício Viana 100.900$00

Companhia de Iluminação a Gaz do Maranhão: 149.995$00

Companhia de Iluminação a Gaz do Maranhão: 149.995$00

Companhia das Minas de São Luís: 149.995$00
Lucio Quixagão Fernandes 1208000
Barnes, Jerônimo de C. 1208000
Silvestre José Galiênia 808000
Paulo Maximo Matias Ferreira 280000
Joaquim Ameix de Sousa Lima 200000
E. Junqueira C. 808000
A. Maria Administrativa da S. Casa da Misericórdia 1208000
Alfredo Antônio da Cunha 808000
Zeiroma Ejezias Nunes Vasconcelos 1208000
José Alves Barreto 200000
Benedito Perreira Júnior 508000
Brazilian Rodrigues Pereira 808000
Joaquim José Rodrigues 1208000
Rodolfo Belchior 4208000
Apolinário Antônio da Silva 280000
Cady de Mauzinhos e Irmãos 1208000
Neonildo Tolentino de Castro 4208000
Costa 4208000
Gustavo Lucci Engenho 1208000
Franklin Arruda Correia 1208000
Antonio Dias Ferreira 708000
§ 1. — Em discussão o art. 12, pedem a palavra o Sr. Rocha Toto e os mesmos oferecer a seguinte emenda:
§ 2. — A discussão do art. 15, que manda arquivar os espetáculos, cada recurso necessário para o Supremo Tribunal de Justiça e a sua adoção é aprovada.
O Sr. Rocha Toto pede ainda a palavra para apresentar as seguintes alterações: Art. 17, que os mesmos sejam mais convenientes.
§ 1. — Os juizes municipais nomeados de acordo com os §§ 1 e 2 do art. 22 da Reforma Constitucional de 7 de Março de 1898, prorrogarão o prazo compreendido entre o momento em que o juiz do direito, por um dos membros do respectivo município, seja nomeado e o momento em que todas as pessoas que devem constar no respectivo município e sobretudo os juizes de direito, em todos os seus impedimentos e atribuições.
§ 1. — A esses juizes cabeu as atribuições dos arts. 17 e 28 da lei n. 194 de 29 de Março de 1898 e art. 1 da lei n. 194 de 20 de Março de 1900.
Art. — Para os termos onde houver juizes municipais, o governador nomeará três suplentes desse juiz que o substituirão em seus impedimentos, na ordem de sua nomeação, que devem atender às prescrições do art. 194 do Código de Princípios da lei n. 194 de 1898.
§ 1. — A esses suplentes, são aplicáveis as disposições do art. 194, § 2, do que n. 18, que altera as disposições da lei n. 194 de 29 de Março de 1898.
Entretanto também em 2ª discussão o art. 17, que revogou algumas disposições da lei n. 194 de 29 de Março de 1898, foram successivamente e sem debate aprovados os arts. 1 a 12.
tante, apresentaram no total, 10 contas avulso de encomendas e serviços, que não possuíam registo de folha, e que puderam ser registados com a respectiva assinatura.

Art. — Dada a vigência de um dos artigos do estatuto do Estado, ficará o cargo de contador de comarca em vago, podendo a mesma nomeação para esse cargo ao Governador do Estado.

Art. — Fica o cargo de contador de comarca em vago, cabendo a nomeação para esse cargo ao Governador do Estado.

§ Único. — Terá o contador as atribuições definidas no decreto n.º 825 de 28 de Abril de 1885, perceberá as custas pagas na comarca, e todas as contas referentes ao exercício fiscal.

Art. — Para o correto funcionamento da comarca, é imprescindível a assinatura do contador.

Art. — Relatório das Sessões do Congresso do Estado do Maranhão, em 3 de Abril de 1902. — Rocha Tote.

Encerrada a discussão e postos a votos os arts. Additivos são todos aprovados e, depois do projecto, que passa à 3ª discussão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente levanta a sessão marcando a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1. Parte — Expediente, requerimentos, pareceres, etc.

Discursiva unica do parecer n.º 5, considerando o Técnico Público do Estado competente para deliberar sobre a solicitação do Conselho Regional de Agricultura, pondo em seu benefício, pedindo cancelamento do débito sobre indústria e predios.

2. Parte — Discussão do projecto n.º 9, considerando de 1ª entrada a comarca do Grajau.

3. Parte — Discussão do projecto n.º 20, autorizando o Governo a abrir a conta de exercício, o crédito de 123.500,00 para pagamento de diversos créditos do Governo.

32.ª SESSÃO ORDINARIA

EM 6 DE ABRIL DE 1902

Presidência do Excel. Sr. Coronel Colares Moreira.

Ao meio dia, feita a chamada, é estando presentes os Srs. Colares Moreira, Americo Reis, Conde Bello, Antonio Silva, Carvalho, Bruto, Rocha Tote, Vital do Mattos, Nunes Gutirri, Nobrega da Cruz, Jefferson Nunes, João Teixeira, Ribeiro Filho, Franklin Veiras, Virgilio Domingues, Thoephilo Machado, Jorge Annunziata, Dias Vieira e Pereira Rego, abre-se a sessão.

Lida e aprovada a sessão anterior, é aprovada sem contestação.

O Sr. 1.º Secretário leu o seguinte:

EXPEDIENTE:

Oficio do Governador do Estado, remetendo cópia do telegramma que em 30 de Setembro último dirigiu o Presidente da República no sentido de ser suspensa, pelo menos por um ano a cobrança de impostos inter-estaduais.

Integrado. Archivou-se.

Dito do Secretário do Governo remetendo o autógrafo sancionado da lei que transpõe para a provação «Efraim» a cadeia mista da provação «Gaio», no município de Miriniba. — Archivou-se.

Requerimento de Bernardo Freitas & Campos, pedindo crédito para pagamento de diversos objetos fornecidos para expediente de corpo de infantaria na importância de 98.000. — A mesma comissão.

Dito de Manoel Venceslau, pedindo crédito para pagamento de aluguéis das casas que serve de cadeia e quartel na villa de Icatu, na importância de 17.800. — A mesma comissão.

Dito de Filippe de Abreu, por seu procurador, pedindo cancelamento de um débito que tem com o Tesouro proveniente de diferença encontrada na prestação de contas que faz por esses terms no como Collectors da villa de Fatos-Belm. — A mesma comissão.

Outros a hora dos requerimentos, pareceres, etc.

O Sr. Rocha Tote, por parte da comissão respectiva, apresenta a redação definitiva dos projectos auctorizando o Governo a conceder prémios ao agricultor que se dedique à cultura do arroz, e que auctoriza tambem o governo a praticar todas as actos que julgar necessários para garantir a integridade do território da comarca do Tu...
Postas a votos successivamente as redacções, teem aprovação, sendo os projectos enviados à sanção.

Passa-se à 2ª parte da ordem do dia.

Em discussão única tem aprovação o parecer n.º 5 sobre a petição de Mariano Francisco Aroucha.

Successivamente e sem debate têm também aprovação: em 2ª discussão o projecto n.º 9 A, que considera de 1ª entrada a comarca de Grajãhú e em 1ª do de n.º 20, que autoriza o Governo a abrir o necessário crédito para pagamento de diversos credores do Estado.

I. O Sr. Antonio Silva (pela ordem) requerer a casa aprova que seja este último projecto dispensado do interstício para poder entrar na ordem do dia seguinte.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver marcado a seguinte:

**ORDEN DO DIA:**

1.ª Parte:—Expediente, requerimentos, etc.
2.ª Parte:—2ª discussão do projecto n.º 15, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para 1903.
3ª discussão do projecto n.º 19, autorizando a fundação de um jardim botânico no município da capital, quando os permitirem as condições financeiras do Estado.
4ª discussão do projecto n.º 18, que regula a ajuda de custo para os oficiais do corpo de infantaria do Estado.
5ª discussão do projecto n.º 18, alterando as disposições do art. 4º da lei n.º 164 de 21 de Maio de 1898, que trata do exame de eficiência.
6ª discussão do projecto n.º 20, autorizando o Governo a abrir no corrente exercício o crédito de 44.345.801, para pagamento de diversos credores do Estado.

---

**R-UNIÃO**

**EM 5 DE ABRIL DE 1902**


Aª hora regimental, feita a chamada, a ela respondem os Srs. Nogueira da Cruz, Americo Reis, Nunes Dutrim, Ribeiro Filho, Theophilo Machado, João Teixeira, Lopes Carneiro, Virgilio Domingues, Rocha Tote, Carvalho Franco, Cunha Bello, Pereira Rego, Franklin Veras e Vicent de Matos.

Não havendo o número preciso para serem abertos os trabalhos, o Sr. Presidente declara que por isso deixa de haver sessão e marca para a ordem do dia seguinte a mesma já designada.

---

**38ª SESSÃO ORDINARIA**

**EM 7 DE ABRIL DE 1902**

Presidência do Exmo. Sr. Coronel Colares Moreira.

Ao meio dia, feita a chamada e estando presentes os Srs. Colares Moreira, Americo Reis, Augusto Santos, Custador Belchior, Carvalho Branco, Antonio Silva, Nunes Dutrim, Nogueira da Cruz, Jefferson Nunes, João Teixeira, Ribeiro Filho, Virgilio Domingues, Theophilo Machado, Rocha Tote, Dias Vieira, Lopes Carneiro, Pereira Rego e Cunha Bello, abre-se a sessão.

Lida a acta da sessão de 4 e a da reunião de 5, tem ambas aprovação.

O Sr. 1.º Secretario leu o seguinte:

**EXPEDIENTE:**

Requerimento de Barnett Irmão & Co., pedindo decretação de crédito para lhe ser paga a quantia de 903000 importância de um sacco com pólvora e um sacco com chumbo remetidos para o Grajãhú e que desapareceram de porto—Mattos dos Bois—onde, por ordem do Governo, desembarcaram.—Aª 1ª comissão.

Dito de José Saymundo da Silva, pedindo pagamento da quantia de 708 000 proveniente de passagens que deu por ordem do Governo a praças do corpo de infantaria do Estado.—Aª mesma comissão.

Dito de Francisco Salles de Moura Rego, servente da repartição de Estatística, pedindo também verba para lhe ser paga a quantia relativa ao augmento que teve com os demais empregados dessa repartição.—Aª mesma comissão.
Ofício do Secretario do Governo, relatando sanções aos autógrafos n. 329 que anotarão o Governo da Nova Ordem no «Luceu» n.º 311 que cria um juizado municipal, no termo de 16 de Junho de 1896.

O Sr. Th. Th. Machado, pelo poder das 2ª comissão, apresenta o seguinte parecer que vai a imprimir:

«Parecer n.º 6

A 2ª Comissão, teando examinado a noticia de Hermilio Jesus Serra Lima Pereira, 2º oficial arquivista da secretaria do governo, em que pede 6 meses de licença com ordenado, para tratamento sem sair onde lhe convier, é de parecer que seja ao preceptuado concedida a licença requerida de acordo com os §§ 1.º e 2.º da Lei n.º 136 de 6 de Maio de 1896. Sede das Comissões de Orçamento do Estado de Maranhão, em 7 de Abril de 1905. — Theophile Machado, Carvalho Branco, 0. de Faria.»

Passou-se à 2ª parte da ordem do dia.

Entraram successivamente em 3ª discussão e sem debitação são aprovados: o projecto n.º 18 que regula a ajuda de custo aos officios do corpo de infantaria do Estado; o de n.º 17 revogando algumas disposições da lei n.º 104 de 23 de Março de 1896, e o de n.º 19 que altera a lei que trata do exame de subsistência no interior do Estado. — Vão todos remetidos à comissão de redacção definitiva.

Tocou também aprovação em 2ª discussão o projecto n.º 19 que anotarão a fundação de um jardim botânico e o de n.º 20 que anotarão o Governo a abrir o corrente exercício o crédito de 41:338:828 para pagamento de diversos credores do Estado.

São ambos dispensados do interstício afim de entrarem na ordem do dia seguinte.

Entrou depois em 2ª discussão o projecto n.º 15, que orca a receita e fixa a despesa do Estado para o anno de 1906.

E tudo e posto em discussão o art. 1.º relativo a — Receita — com as tabelas correspondentes.

O Sr. Custódio Reichlor apresenta as seguintes emendas:

N.º 1 — Emenda à tabela C — substituindo as taxas para os corvos expropriados, pelos seguintes: Couros do gado vacum, um — 1500. dito de vendo, um — 300. — C. Reichlor, Virgilio Domingues.

(N.º 2) — Emenda à tabela G — mudar se há todos os demais gêneros de mercadorias destinadas a consumo e não enumeradas nesta tabela — 2º, diga-se 7½.

Acrecenta-se às observações — Quando a carne vacum for vendida a preço superior a 800 réis o kilo, fica isento do imposto desta tabela o gado procedente de outros Estados. — Custódio Reichlor, Virgilio Domingues.

O Sr. Carvalho Branco — Pedi a palavra, Sr. Presidente, para apresentar as seguintes emendas. (Lê)

Não está ainda construída a «Avenida Maranhense»; mas para prevenir acusações que constantemente são feitas a este Congresso e a quem tem a responsabilidade dos negócios públicos no Estado, adjunto-me em declarar que a fomentar ou iniciativa desse melhoramento há muito existiu.

V. Exe. é testemunha, Sr. Presidente, de que todos os dias o Congresso, o Governo e a Comissão de Orçamento sofrem ataques hirreiros desses aventureros da situação acobitada.

Ora dizem que o orçamento é fictício, quando sabemos todos que o projecto que se discute foi traçado por moldes verdadeiros e sob o pensamento reflectido do nosso eminente chefe o Sr. Seuvelor Benedito Laito, que jogou com todos os dados da receita calculada em 1904 e que produziria um resultado de mais de 2.100.000$00, apesar de uma crise como a que atravessamos; é sendo assim não se pode dizer que os orçamentos confeccionados pela comissão, quer o que se discute, quer os anteriores sejam fictícios.

Ficólicos são antes aquelles que, sendo empregados do Estado, não cumprem com seus deveres. Nas repartições o H. V. do ponto acha-se aberto, das 9 às 3 horas da tarde e nello não se vê os nomes desses empregados!

O Sr. Rocha Toste — Ficólicos...

O Sr. Carvalho Branco — Em dúvida.

Ficólicos são certos gerentes de fabricas que, em vez de distribuírem dividendos pelos accionistas, mandam embaixadores ao Rio de Janeiro distribuir além dos portos de seus amigos, à custa dos
membros accionistas que não enxergam um vintém!

Fictícios são os que lançam mão do capital dos accionistas e nem pagam ao Banco da Republica os juros do emprestimo contratado pela fábrica.

Houve fabricas, senhores, neste Estado que hypothecaram seus produtos e seus bens de raiz ao Banco da Republica, e entretanto o dinheiro e capital que possuem é distribuido entre meia dúzia de directores a razão de 3 e 4 %, isso é que não é fictício.

O Sr. Rocha Toste—Mas é preciso confessar que muitas delas não procederam assim.

O Sr. Carvalho Branco—E’ exacto; porém em compensação não dá dividindo: fica uma consa pela outra (féio).

Eu me referi propriamente aquellas que fizeram monopólo com o Banco, como uma celebre—Gauhar!. ..

Fictício é o jornal de tarde, que chama o orçamento de arbitrário, afirmando até que os impostos aduaneiros são inconstitucionaes.

Mas eu penso que inconstitucional e abusivo é o procedimento de quem recebe do Tesouro um orçamento sem compri- m de seus deveres, uma remuneração de serviços que não presta ao Estado.

Ha três ou quatro dias apareceu nesta cidade um novo jornal com programa semelhante, isto é atacando o orçamento e chamando o tambem de fictício.

Repito: fictício era o redactor desse novo jornal, quando empregado público, que passava os dias vagando nas ruas, não ligando importância ao cumprimento de seus deveres; e entretanto aparece agora amenaçando ao governo e consuntivo os actos de Congreso.

E muito bem feito para mim e outros da situação que em tempos cooperámos para colheita de um dos redactores desse jornal.

Por occasião de um exames havidos no Correio, devem muitos dos nobres deputados recordar-se de que candidatos apareceram colocados em condições eugenas, e entretanto foram protegidos alguns para se dar preferência a um, que é justamente quem hoje se levanta contra nós !

O orçamento que se discute, senhores, uma vez em execução, ha de ser a realidade.

Se a lei voltada o anno passado, apesar da tremenda crise, deu uma arrecadação de duos mil e tantos contos, devemos esperar que a deste anno traga resultado superior, ou que pelo menos se possa equilibrar a receita com a despesa do Estado. (Palavras)

equipes do poder, os redactores do novo jornal dizem que já cahimos, das noticias de uma carta vindas da Bahia—Mearim para o Sr. Major Gutrie, a que diz, segundo afirmam elles—que d’aqui comunicam estar por terra a situação, que estamos no chão !

Não para Alcantara os nossos adversarios e desacredita, por occasião da eleição e começam a dizer:—

«Não votem, porque qualquer dia nós somos o partido em opoção...»

Chegaram a bater à porta do collec- cador, que fico pulido, sem sangue, julgando que ja iam pedir-lhe o lugar e lhe disse am: «o senhor tem procedido bem, si nos subiremos ficamos no lugar.»

Senhores, ora isso não passa de uma balde, uma especulação tética, grosseira...

O sr. Gauhar Bello:—Estou no seu papel.

O Sr. Carvalho Branco:—Porque há temos de cair ! Commetemos algum crime ? Aventura ficamos com o dinheiro do Tesouro !... Kilos sim.

O Sr. Rocha Toste:—Dá licença ?

V. Exe. pode dizer quem são os autores desses botos e acusações ao go- verno ?

O Sr. Carvalho Branco:—V. Exe. bem deve saber porquê em algum tempo fôr córo com ellas. (risadas).

O Sr. Rocha Toste:—Mas despêde-me uma porta desse edificio; antes de sair aqui abandonei os trajes inmundos, e entrei de roupas limpas.

O Sr. Carvalho Branco:—Se eu soubesse o nome delles dizia um por um. ..

Uma voz:—Talvez seja algum juiz desoccupado.

O Sr. Carvalho Branco:—Vou terminar, sr. presidente. Já lhe ouvimos qua tinha de oferecer às tabellas espere discussão e pego desculpa de me ter aproveitado da palavra para lavrar o meu protesto contra os ataques que tem sido feitos ao orçamento. (Muito bem;

muito bem).
Vão a mesa, são lidas, apontadas e entraram em discussão as seguintes emendas:

«N.º 2—Emenda à tabella B—subsistem-se as taxas fixas consignadas para assinar o presidente pelas seguintes maneiras: branco, 1800$000; escuro, 2500$000—Lopes Carneiro»

Encerrada a discussão e postas a votos as emendas, são todas approvedas em art. 2º.

Entra em discussão o art. referente às—Disposições Gerais.

O Sr. Augusto Santos, pela ordem, requer e a casa aprova que seja a discussão dos artigos feita englobadamente.

Dado a discussão os artigos, pede a palavra o Sr. Carvalho Branco e apresenta a seguinte emenda:

«N.º 9—Substitua-se o art. 6.º e 8 pelo seguinte:

Art.—Pertencerá ao Presidente e seus auxiliares da Junta Comercial os emolumentos exigidos em lei, pela rubrica e assinatura que lhe forem no livro comercial; cabendo a referida junte cobrar directamente dito emolumento.—Carvalho Branco.»

O Sr. Custódio Helezhor—Sr. Presidente, de ordinário, o Congresso tem sempre obedecido à norma de confecção a lei orçamentaria em um ano para ter vigor no ano seguinte, salvo uma ou outra disposição para entrac do mesmo em vigor.

Aliga, no entanto, temos necessidade de inverter essa praxe, de modo a fazer vigorar desde 1.º de Maio do ano corrente o orçamento elaborado para o ano de 1903.

Esta alteração é feita com o intuito de equilibrar a receita e despesa do Estado, isto é, de obter uma receita que não seja inferior às despesas.

De outro modo é fácil aparecer novo deficit, o que de certo virá trazer-nos soros embargos para o futuro.

Devo declarar também que a comissão aceitou emendas sobre o imposto lançado ao assinar e aguardente, entendendo ser de justiça que prevaleçam as taxas ad valor em, substituindo as fixas, para esses generos de produção, como se faz em relação aos cereais.

A comissão elaborou o projecto que ora se discute tendo em vista as arrecadações dos anos anteriores, especialmente a do ano passado, e julga que o projecto que apresenta será uma realidade, que a arrecadação feita no interior para onde fôrem nomeados inspec-
cioniadores de varias zonas, seja uma arrecadação perfeita, completa.

Não quer dizer, assim me expressando, que no geral tenha sido pouco correcto ou imperfeito a arrecadação procedida nas annos anteriores: que tenha havido favorecimento ou contas-contrata, não; mas pelos moldes porque foi orgâizado o orçamento neste anno, com certezas devemos esperar melhro resultado.

Assim, concluindo, atrovei a esperar que caiam por terras todas as críticas que têm aparecido contra o orçamento, pois que são todas prematuras.

Aguardemos o resultado; e eu tenho fé que nos desvaneceram-se de ter elaborado um orçamento que ha de equilibrar as finanças do Estado, sem grande vexame para as classes contribuintes em geral, ao mesmo tempo que protegemos a lavoura do Estado. (Muito bem)

E enviada á mesa e entra em discussão a seguinte emenda:

«N. 10—Emenda para as Disposições Gerais:

Art. Fica o Governo autorizado a mandar pagar pela verba «Eventuais», do actual exercício, para primeiro estabelecimento—500$ a cada um dos inspecionadores de colheitas que fórem nomeados para permanecer, na 3 e 4 zonas, e 300$ a cada um dos nomeados nas mesmas condições para a 1 e 2 zonas.

Art. Terá direito a uma gratificação de 300$ mensais o suplente do juiz municipal do termo de Grajaú que estiver exercendo as funções do juiz municipal ou juiz do distrito, desde que seja ele possa extranhar ao termo.

Art. Em caso de impedimento de funcionarios que não exercem cargos de acesso poderá o Governo nomear interinamente pessoa extranha à repartição.

Art. A presente lei começará a vigorar, em substituição da n. 238 de 16 do Abril de 1901, no dia 1.º de Maio do corrente anno.»

Encerrada a discussão e postas a votos as emendas, são aprovadas com os artigos constantes das Disposições Gerais e depois o projecto, que passa á 3ª discussão.

O Sr. Custódio Belchior, pela ordem, requere que seja o projecto dispensado da interstício afligir-lhe poder enviar as ordem do dia seguinte.

Consultada a casa, decêla afirmativamente.

Assinou mais havendo-a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver designado a seguinte:

OBRE DESSA:

1.ª Parte—Expediente, requerimentos, etc.

2.ª Parte—3ª discussão do projecto n. 94, considerando de 1ª entrada a emarca de Grajaú.

3ª discussão do projecto n. 11, que fixa a força publica do Estado para 1901.

3ª discussão do projecto n. 13, arguindo a receita e fixando a despesa do Estado para 1903.

3ª discussão do projecto n. 19, autorizando a fundação de um jardim botanico no município da capital, quando o permitirem as condições financeiras do Estado.

3ª discussão do projecto n. 29, autorizando o Governo a abrir no corrente exercício, o crédito de 41,38º00$, para pagamento de diversos credores do Estado.

39ª SESSÃO ORDINARIA

EM 8 DE ABRIL DE 1902


Ao meio dia abre-se a sessão, estando presentes os Sen. Collares Moreira, Americano Reis, Augusto Sá, Geraldo Branco, Viegas de Mello, Nuns Cartrim, Nogueira de Carvalho, Jefferson dos Santos, Ribeiro Filho, João Telles, Caixa de Reservas, Pereira Rego, Rocha Tavares, Désirée Tavares, Theophilo Machado, Pedro Vieira, Custódio Belchior, Virgilio Domingues e Antonio Silva.

Lida a acta da sessão anterior é aprovada.

O Sr. 1º Secretario lê o seguinte:

REQUERIMENTO:

Requerimento de Antonio Bernardino Carneiro de Araujo, pedindo crédito para lhe ser paga a quantia de 500$00 reis, importância da instalação de uma
campainha elétrica nas Escolas Modelos—
—1ª comissão.

Entra a hora dos requerimentos, pareceres, etc.

O Sr. Rocha Toste, por parte da 1ª comissão, apresenta as redações definitivas dos seguintes projetos: n. 18, que regula a ajuda do custo para o transporte dos oficiais do corpo de infantaria do Estado; n. 17 que revoga algumas disposições da lei n. 194 de 29 de Março de 1898, e n. 19 estabelecendo o meio por que deve ser realizado o exame de suficiência no interior do Estado.

Postas em discussão e a votos as redações têm todas aprovação.

O Sr. Custodio Belchior, por parte da 1ª comissão, apresenta os seguintes pareceres, que são dispensados de impressão para entrar na ordem dos trabalhos:

«Parecer n. 7»

A 1ª Comissão examinou a petição de Francisco Salles de Sousa Reis, servente da Repartição de Estatística do Estado, pedindo a consignação de verba para pagamento do acréscimo de seus vencimentos, votada na lei orçamentária de 21 de Março do ano de 1899, tabella n. 11 da despesa.

Considerando ser de justiça tornar-se extensiva às demais empregados da mesma repartição a percepção do acréscimo consignado na tabella alludida, conforme já foi reconhecido pelo Congresso, em parecer desta comissão, aprovado em sessão de 11 de Março do ano passado, e de parecer que sejá aprovado o peticionário, pagando-se-lhe a diferença que reclama pela verba «Exercícios Fins» do exercício corrente.

Sala das Sessões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, em 8 de Abril de 1902. — Custodio Belchior, Antonio Silva, Virgilio Domingues.

«Parecer n. 8»

A 1ª Comissão, tendo examinado a petição de Felippe d'Abreu, collector de Pastos-Rios, na qual pede cancelamento da quantia de Rs. 7228400, diferença de importância do imposto cobrado pela exportação de couros, em virtude da lei orçamentária de 1897, e achar-se de justiça as razões alegadas pelo suplicant, é de parecer que seja deferida a sua petição.

Sala das Comissões do Congresso do Estado do Maranhão, em 8 de Abril de 1902. — Custodio Belchior, Antonio Silva, Virgilio Domingues.

Passa-se a 2ª parte da etapa do dia.

Em 3ª discussão tem sem debate aprovação o projecto n. 9, que considera 1ª entrada a comarca de Grajaú, e o de n. 19, que autoriza a fundação de um jardim botânico no município da capital. — São ambas as redações definitivas.

Posto em 3ª discussão o de n. 11, que fixa a força pública do Estado para o ano de 1903, pede a palavra o Sr. Custódio Belchior, e por parte da 1ª comissão, oferece as seguintes emendas:

«Acercescente-se—gratificação especial do oficial comandante do piquete—Rs. 48000».

Art. — Se sem que o governo julgar conveniente, poderá designar para comandar o piquete um oficial de qualquer patente».

Art. — A presente lei começará a vigorar em substituição da de n. 297, de 13 de Abril de 1901, no dia 1º de Maio do corrente ano.

Postas as emendas são aprovadas com o projecto, que é enviado à commissão de redacção.

Enta em seguida em 3ª discussão o projecto n. 20, autorizando o governo a abrir no exercício corrente o crédito de Rs. 413189018 para pagamento de diversos créditos do Estado.

O Sr. Custodio Belchior, por parte da 1ª comissão, que elaborou o projecto, apresenta estas emendas:

Substitua-se o art. 1º pelo seguinte:

«Fica o governo autorizado a mandar pagar, pela verba—Exercícios finais—do corrente exercicio aos credores abaixo mencionados etc.»

Ao art. 1º acrescente-se:

A Manoel Pires de Cotega 500$000
A Bernardo Freitas & Campos 98$080
A José Raymundo da Silva 70$000
A Barnet Irmao & Comp. 99$500
A Antonio Bernardino Cearairo de Araujo 577$200
Ao § único—Em vez da palavra—Thessouro—ligue-se-Governo etc.»

Encerrada a discussão e postas a vota-
tos as emendas são aprovadas com o projecto, que como os demais enviou à comissão de redacção definitiva.

Tem por último aprovação em 3ª discussão sem debate, o projecto n. 15, que orqa a receita e fixa a despesa do Estado para o ano de 1903. E também remetido à comissão de redacção.

E, com a ordem do dia, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver marcado a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1ª Parte—Expedito, pareceres, etc.
2ª Parte—Discussão única do parecer n. 6 que concede licença, por seis meses, com ordenado a Hermílio Jansen Serra Lima Pereira.

---

**40.ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**EM 9 DE ABRIL DE 1902**


Ao meio dia abre-se a sessão, estando presentes os Srs: Collares Moreira, Americo Reis, Augusto Santos, Carvalho Branco, Antonio Silva, Vical de Mattos, Nunes Cutrim, João Teixeira, Penelon Souza, Virgilio Domingues, Theophilo Machado, Rebeu Banteira, Dias Vieira, Rocha Tote, Pereira Rego, Lopes Carneiro, Cunha Bello e Jorge Amorim.

Lida a acta da sessão antecedente é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretario le o seguinte

**EXPELENTES:**

Ofício do Secretario do Governo, remetendo sanções das leis: n. 312, que estabelece premios ao agricultor que se dedicar à cultura do arroz, e n. 313 autorizando o Governo a tomar as providências necessárias para manter a integridade do territorio da comarca de Tatoya.—Inteirado.—A’ archivar.

Entra a hora dos requerimentos, pareceres, etc;

O Sr. Rocha Tote, por parte da comissão respectiva, apresenta as redações dos seguintes projectos:

n. 9 A—considerando de 1ª entrada a comarca de Grajahú:
campainha elétrica na Escola Modelos.

A 1ª comissão.

Estas às horas, dos requerimentos, paroses, etc.

O Sr. Rocha Tete, por parte da 1ª comissão, apresenta as redações definitivas dos seguintes projectos: n. 18, que regula a ajuda de custo para o trânsito dos oficiais do corpo de infantaria do Estado; n. 17 que revoga algumas disposições da lei n. 14 de 29 de Março, de 1886, e n. 18, estabelecendo um novo por que deve ser realizado o exame de sufficiência no interior do Estado.

Portas em discussão e o voto às redações tem todas aprovação.

O Sr. Custódio Belchior, por parte da 1ª comissão, apresenta os seguintes paroses, que são dispensados de impressão para entrar na ordem dos trabalhos:

**Parcer n. 7**

A 1ª Comissão examinou a petição de Francisco Salles de caramuqueiro, servente da Repartição de Estatística do Estado, pondo a consignação de verba para pagamento do apercimento de seus warrantes, votada na lei orçamentaria de 22 de Março do ano de 1899, tabella n. 11 da despeza.

Considerado ser de justiça tornar-se extensivo ao mesmo empregado da mesma retribuição, a percepção de aumento consignado na tabella aliquota, conforme já foi reconhecido pelo Congresso, em parcer deste comissão, apresentado em sessão de 11 de Março do presente ano passado, e de parcer que seja atendido o peticionário, pagando-se-lhe a diferença que recaia pela verba "Exercícios Finais" do exercício corrente.

Sala das Comissões do Congresso Legislativo do Estado de Maranhão, em 8 de Abril de 1992. — Custódio Belchior, Antonio Silva, Virgilio Domingues,

**Parcer n. 8**

A 1ª Comissão, tendo examinado a petição de Felippe d'Abreu, coletor de Pesca-Bueco, na qual pedia cancelamento de quantas de Rs. 7224.900, diferença de importância do imposto cobrado, pela exportação de docas, em virtude da lei orçamentaria de 1897, e achando de justiça as razões alegadas pelo suplicante, e de parcer que seja deferida a sua petição.

Sala das Comissões do Congresso do Estado de Maranhão, em 8 de Abril de 1992. — Custódio Belchior, Antonio Silva, Virgilio Domingues,

Portas à 2ª parte da ordem do dia.

Em 3ª discussão teem sem debate aprovação — o projecto n. 0 A, que considera de 1ª e 2ª circunscrição, de Grajã, e do n. 19, que autoriza a fundação de um Jardim Botânico no município da capital. — Vão ambos à redação definitiva.

Postas em discussão o do n. 11, que fixa a força publica do Estado para o ano de 1993, pende a palavra o Sr. Custódio Belchior, e por parte da 1ª comissão, oferece as seguintes emendas:

- Acrescente-se — gratificação especial ao oficial comandante do piquete — 180.000.

Art. — Sendo que o governo julgar conveniente, poderá designar para comandar o piquete um official de qualquer patente.

Art. — Apresente lei começará a vigorar, em substituição da de n. 297, de 13 de Abril de 1991, no dia 1º de Maio do corrente ano.

Portas a votos as emendas são apresentadas com o projecto, que é enviado à comissão da redação.

Em seguida em 3ª discussão o projecto n. 20, autorizando o governo a abrir no exercício corrente o crédito de Rs. 4.388.018 para pagamento de diversos créditos do Estado.

O Sr. Custódio Belchior, por parte da 1ª comissão, que elaborou o projecto, apresenta estas emendas:

Substitua-se o art. 1º pelo seguinte:

- Fica o governo autorizado a mandar pagar, pela verba "Exercícios Finais" do exercício corrente aos credores abaixo mencionados e.

A a art. 1º: acrescente-se —
A: Manuel Pires Ferreira 500.000
A: Bernado Freitas & Campos 50.000
A: José Raymundo da Silva 70.000
A: Hormuz Irmão & Comp. 50.000
A: Antônio Bernardino Carmelo de Araújo 577.000

Assinado — Em seu lugar —
Theresa — Diga-se — Governo etc.

Encerrada a discussão e postas as vo-
aos as emendas são aprovadas com o projeto, que como de uma e enviado à comissão de redação definitiva.

Tem por último aprovado em 3.ª discussão sem debate, o projeto n.º 15, que organiza a recolha de taxa a despesa do Estado, para o ano de 1923. — E também reemendado à comissão de redação.

E-gotada a ordem do dia, o Sr. Presidente levanta a sessão, depois de haver marcado a seguinte

**ORDEM DO DIA**

1.ª Parte—Expedito, pareceres, etc.
2.ª Parte—Discussão única da parecer n.º 6 que concede licença, por seis mezes, com endosso a Hermilio Jansen Serra Lima Pereira.

**40.ª SESSÃO ORDINÁRIA**

EM 9 DE ABRIL DE 1923


Ao meio dia abre-se a sessão, estando presentes os Srs. Collares Moreira, Americo Reis, Augusto Santos, Carvalho Branco, Antonio Silva, Vidal de Mattos, Nunes Cunha, João Teixeira, Fenele Souza, Virgilio Domingues, Theophilo Machado, Rebello Rendeira, Dias Vieira, Rocha Tete, Pereira Rege, Lopes Carneiro, Guhda Rege e Jorge Amorim.

Lida a acta da sessão antecedente é aprovada sem debate.

O Sr. 1.º Secretario le e o seguinte

**EXPEDIENTE**

Ofício do Secretario do Governo, remetendo sanções às leis n.ºs 312 e 313 que estabelece pressoes ao agricultor que se dedicar à cultura do arroz, e o n.º 313 anotizando o Governo a tomar as providencias necessárias para manter a integridade do território da comarca da Tutiobá. — Inteirado.— A’ arquivar.

Estas a hora dos requerimentos, pareceres, etc.

O Sr. Rocha Tete, por parte da comissão respectiva, apresenta as redações dos seguintes projetos:

n.º 9—considerando de 1.ª entrada a comarca de Grajá. por

n.º 11—fixando a força pública do Estado para o ano de 1923;

n.º 18—que ordine a receita de taxa a despesa do Estado para o mesmo ano de 1923;

n.º 21—sancionando a fundação de um jardim botânico no município da capital;

n.º 28—sancionando os pareceres para abrir o necessário crédito além de ser efectuado o pagamento de diversos encargos do Estado.

Passa-se a 2.ª parte da ordem do dia.

Em discussão única o parecer n.º 6, elaborado pelo 3.ª comissão e agora que seja concedida a licença solicitada pelo endosso a Hermilio Jansen Serra Lima Pereira.

Posto a votos, é sem debate aprovado.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente levanta a sessão tendo designado a seguir

**ORDEN DO DIA**

1.ª Parte—Expedito, pareceres, etc.

**SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

EM 10 DE ABRIL DE 1923


Ao meio dia abre-se a sessão, estando presentes os Srs. Collares Moreira, Americo Reis, Augusto Santos, Carvalho Branco, Antonio Silva, João Teixeira, Virgilio Domingues, Theophilo Machado, Nunes Cunha, Lopes Carneiro, Guhda Rege, Dias Vieira, Pereira Rege, Guadalupe Belchior, Nogueira da Cruz, Rebello Rendeira, Fenele Souza, Jorge Amorim e Rebello Rendeira.

Lida e posta em discussão a votos a acta da sessão anterior, é aprovada. O Sr. 1.º Secretario de conta do seguinte

**EXPEDIENTE**

Ofício do Secretario do Governo, re-
mendo o encerramento dos julgamentos dos autógrafos das leis no. 314, relativo a estes examens de avaliação em designado pelo Estado: 315, relativa à ação do custo aos oficiais do corpo de infantaria do Estado; 316, que procura disposições das leis n. 104 de 21 de Março de 1898.—Arquivo-er.

Mensagem do Exmo. Governador do Estado comunicando haver aberto nesta data o crédito necessário para ocupar e despejar com o preenchimento do cargo de juiz municipal de Gravatá, criado ultimamente.—X.ª comissão.

Rata a hora dos requerimentos, paciência etc.

O Sr. Cunha Belo (Atenção):— Meus senhores, peço a palavra para apresentar uma moção a que é conhecida nos seguintes termos: (L.)

Apresentando esta moção, sei que até certo ponto vou ofender a modestia do nosso ilustre e distinto chefe, o Sr. Senador Benedicto Leite, pois conheço o bem do povo. Desde que, porém, elle traduz uma verdade que está na consciência de todos nós e de todos os maranhenses dignos, entendi que devia trazê-la à apreciação do Congresso, perfeitamente convencido de que não só presto o serviço, como também cumprir um grato dever. (Muito bem; muito bem.)

Vão à mesa, é lida, apoiada e outra em discussão a seguinte moção:

O Congresso do Estado, atendendo aos relevantes serviços prestados pelo eminente chefe do Partido Republicano, Senador Benedicto Pereira Leite, com cuja orientação se honra de ter estado sempre identificado na confeção de suas leis e salientou o uso do mesmo tempo a patriótica direção que tem ele sabido imprimir ao partido a que se orgulha de pertencer o mesmo Congresso, compreende a dever de agradecer a esse benemérito chefe os inúmeros benefícios que tem prestado ao Estado que se unfa de tal o como filho, e afirma, tambem neste momento, o seu mais completo e decidido apoio à administração do Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Sr. Carvalho Branco (Atenção):— Sr. Presidente, é com satisfação que vem este momento pela moção apresentada, e que é dirigida àqueles a quem os destinos dos negocios políticos do Estado tem sido confiados, e não de continuar a ser, apesar das intrigas dos nossos adversários. As contas, as acusações que a opo-posição arroba sobre o ilustre chefe do partido dominante no Estado não lhe atingem; os seus sentimentos superiores, a inteiridade do seu caráter repel-lem as agressões que lhe fazem na imprensa.

Como já tive ocasião de dizer, S. Exe. não vive para si, vive para o seu Estado e para manter forte e sobranceira a politica que tão sabiamente dirige entre nós.

Já nos bancos academicos, uma vez eu disse aqui, mostrava S. Exe. o tino e orientação em que mais tarde havia de encaminhar ou mesmo gerir os negócios políticos no seu Estado, que ent-ão se procurava arrear para um caminho mau. E assim foi. Assumo o nosso ilustre chefe a direcção dos negócios públicos e foi o Estado progredindo dia a dia! (Apolados).

Algumas dos nossos adversários andam a propalar pela cidade umas noviças, umas invenções, dizendo muito choios de si: «Estamos para subir, muito bravo estamos no poder». E a ganância simplesmente que os domínios, não é outra cousa.

Subir ao poder, como? e porque? Por uma ou outra nomenclatura que tem vindo para aqui? Não. O Estado é solidário com o Sr. Senador Leite, e nós aqui somos a vanguarda de S. Exe.; cada uma das representações aqui reunidas, é um chefe político que deve obedecer sempre à sua sabia orientação, quer na actualidade com o poder, quer na adversidade. (Muito bem.)

Digo com a maior franqueza, desta tribuna: político de pouco tempo que sou, sei qual fura o sorte, que venha a ter a politica que abracei, eu estarei ao lado do meu ilustre chefe.

Se a politica continuar no caminho que tem trilhado, por mais longos anos...

O Sr. Antonio Silva.—Há de continuar.

O Sr. Carvalho Branco:—...hão de encontrar-me sempre ao lado de S. Exe.; se ao contrario ella calhar, durante a adversidade hei de ser visto sempre no mesmo posto, tenho disso plena convic-çao. (Muito bem).
Um Sr. Deputado:— Creio que isso se dará com todos nós. (Apoia-se).

O Sr. Carvalho Branco:— Nem eu digo que não se dê; faço por mim.

Voto pela moção apresentada, porque ela significa e manifesta o apreço por todos nós dado ao Ilustre Senador, Sr. Benedicto Leite, que, dia a dia, mais esforço e empenho mostra pelo seu torrão natal. (Apoia-se).

No Rio de Janeiro, quando se demora para tomar parte nos trabalhos legislativos, S. Exc., não vive sómente na lar da família ou no Senado durante os trabalhos da sessão; é encontrado de canto em canto, activo, com dedicação sincera procurando meios de dar mais desenvolvimento, proporcionar maior prestígio ao seu Estado. (Muito bem).

O r. Pereira Rego:— Eu que posso attestar.

O Sr. Guinheiro Bello:— Nós.

O Sr. Carvalho Branco:— E de todos sabido que S. Exc., na parte que toma na direção dos negócios públicos do seu Estado, tem dado colocação a bons e maus, ainda mais a amigos como a adversários, sem distinção. (Apoia-se). O que prova isto?

De certo, que S. Exc., no modo de fazer aquisição de pessoal para o desempenho dos vários ramos do serviço público, apenas procura acertar, pondo de parte quaesquer odios ou paixão política que pudesse ter. (Muito bem).

E grande, não se pode negar, o prestígio do Ilustre maranhense; e quem sabe, se muito breve não teremos o prazer de velo colocado em posição ainda mais elevada, ao lado dos homens mais eminentes que cercam o poder executivo federal? (Apoia-se).

Dizem os nossos adversários em toda parte que muito breve, no mez de Maio, hão de suibir. Naturalmente contam com o poder depois da abertura das câmaras e reconhecimento do chefe do poder executivo.

O Sr. Rocha Tute:— Não fazer alguma escalada?

O Sr. Carvalho Branco:— Veremos...

O nobre deputado, Sr. Guinheiro Bello, estendendo o aplauso da sua moção ao Exmo. Sr. Governador do Estado, nada mais mostrou do que a solidariedade que tem com o nosso chefe, pois sabe que foi por indicação dele que está eleito e ocupando a cadeira do primeiro magistrado do Estado o Sr. Dr. Lopes da Fonseca. (Muito bem).

O Ilustre chefe do partido dominante procurou colocar na cadeira do governo um moço inteligente e honesto em substituição de outro que exercerá o cargo até há pouco tempo. Do modo que podemos afirmar: desceu as escadas do governo um moço pobre, inteligente e honestíssimo, e sobe as mesmas escadas outro distinto moço e orando às mesmas qualidades, dotado do mesmo critério e honradez. (Apoia-se).

Todos sabemos e devemos dar testemunho sempre de que o Sr. Dr. João G. Torres, ao Costa pobre subiu as escadas do Palácio, porém pobre também desceu aquelas escadas. (Apoia-se).

O Sr. Rocha Tute:— Mas descia rico das benções do povo, convém acrescentar. (Apoia-se; muito bem).

O Sr. Carvalho Branco:— Apesar de ter feito o jornal da tarde referências a uma mensagem do ex-governador pediu a aprovação de créditos que até para diversas despesas urgentes dos seus redatores, os nossos adversários que procuram bem examinar o facto e não de convencernos de que todas essas despesas foram por ele justificadas, um real não há indicado, cuja aplicação não esteja provada.

O Sr. Rocha Tute:— Perfeitamente.

O Sr. Carvalho Branco:— Outro tanto não se deu, porém, no tempo em que se contrata a construção de hospital de isolamento por dez centos e seis cobrava quantos! Não se vê o que aconteceu naquela época em que compravam rifles a 30$000 para serem vendidos por 140$000?

Ainda uma vez declaro com a maior franqueza: seja eu embora o mais humilde dos soldados que militam no partido federalista (não apoiados), não tenho o prestígio de outros muitos que cercam ao prestigioso chefe da situação (não apoiados), quando o Exmo. Sr. Senador Benedicto Leite, cair do poder, eu cairei com ele. (Apoia-se; muito bem; muito bem.)

O Sr. Guinheiro Bello:— E eu também.

O Sr. Carvalho Branco:— Portanto, presto com muito prazer o meu voto à moção que se discute. (Muito bem; muito bem.)
O Sr. Vielante de Mello (Atenção) — O Presidente, na história política da nossa pátria, após o anúncio de 17 de Maio, vê a gloriosa data da proclamação do regime republicano, isto é, à liberdade concedida ao homem escravizado, succedeu a patriotica instituição de um governo também livre, democrata.

Mas a sua proclamação não era, por si só, como uniam os democratas, a única solução do problema brasileiro.

Era preciso num programa político mais ampla, em vista de uma coordenação plástica com aqueles princípios doutrinários, cunhados e acordados com o ascendente; qualquer aspirado orientado, assegurado por parte a paz e ampla liberdade, como solução cabal do problema moderno. (Muito bem)

Este programa político. O Presidente. Já se o havia trazido; mas era igualmente preciso um espírito superior, um estadista completo, perfeito em tudo, que, inspirado sob os auspícios do regime republicano, fosse capaz de compreender-se e executá-lo, o que, só por uma cruel fatalidade proporcionou ao nosso dia tão terríveis consequências.

V. Ex. sabe, Sr. Presidente, que a situação política do Império tornou-se incompatível com o ascendente do espírito orientado que entendia a transformação política que a sociedade moderna exigia; e os elementos dessa reorganização tiveram de surgir, como que violentamente.

Foi assim que, por uma revolução...

O Sr. Carvalho Branco: — Mas note V. Ex. que temos aqui monarchistas anônimos...

O Sr. Vielante de Mello: — Neste recinto, onde nos achamos, creio que não: fora daqui, não o afirmarei entresseto.


O Sr. Carvalho Branco: — Não digo aqui...

O Sr. Vielante de Mello: — Como na dizgingo, por uma revolução provocada pelo último gabinete imperial, o fundador da República, achou-se em face de um dilema: ou conjurar a revolução e neste caso comprometendo fundamentalmente o nosso futuro social, ou dar-lhe uma direção política.

Mas, Sr. Presidente, esse eminentíssimo patriota, o sabio preceptor da mocidade brasileira, alma republicana immaculada, esse que se chama Benjamín Constant.

O Sr. Pereira Rego: — Muito bem. Bravissimo!

O Sr. Vielante de Mello: — (Eu fallo no presente, porque elle continua a viver subjectivamenten os nossos corações...)... alheio sempre às lides políticas e administrativas, não podendo, pois, ter o conhecimento concreto e minucioso dos fenómenos sobre os quais devia agir, como a situação do momento exija, e ainda mais o estado melindroso da sua saúde, que tão poucos dias lhe dava para a obra de uma modificação leig, determinaram então a sua justa e louvável recusa à suprema direção dos destinos da nossa pátria.

Tão dura emergencia hez então surgir a phase da anarchia e corrupção que assistimos.

O nosso pacto fundamental, esse tabernáculo das nossas santas instituições, transformou-se logo em uma especie de balio de monopolio, onde cada classe, cada categoria procura sofisticamente designar um act... um § da nossa Constituição para manter privilégios e satisfazer interesses inteiramente pessoais.

Mas, Sr. Presidente, o presente é sempre uma evolução do passado.
E foi assim que todos os vícios dos Estados anteriores surgiaram destravadamente.

Os estragos morais, a desordem social, a ruína financeira e tantas outras anomalias e aberrações que se desenvolviam ante os nossos olhos não são mais do que o esborramento dos alucínios que serviram de base ao antigo edifício social.

E assim, Sr. Presidente, que o triste espectáculo, por exemplo, que hoje assistimos em o nosso Estado que tem por cenários — Grajã — ou mesmo — Alto Alegre — é da mesma causa para todo espírito esclarecido e aberto a toda especie do pensamento político, os protagonistas dessas scenes de sangue representam exatamente dois papéis, os dois papéis da luta entre os dois lados da questão, quer políticas, quer personagens. Tais fenómenos que se reproduzem intermitentemente não são mais que os dezas das scenas, que se passavam nas tragédias dos belenistas e batalladas.

Do mesmo modo que a nossa ruína financeira não é a resultante de um acidente meramente local, já em o disso desta tribuna. Mas agora acrescento ainda: ella é devida, ou antes ella tem origem nos repetidos empregos tomarados e não pagos pelo Governo imperial, na dívida contraída em virtude da malograda guerra do Paraguai, na consequente desvalorização da nossa moeda, e no antitumoral da lavoura pela supressão do trabalho escravo.

Ora, Sr. Presidente, tais estragos e extravios de que a República tem inibia responsabilidade, jamais poderão recuar isoladamente sobre a bella orientação política do Estado, que procurar dar uma direção nobre à actividade intelectual e social de seus filhos e preparar a educação de uma geração nova.

Com efeito, Sr. Presidente, em uma situação em que tudo se discuta, desde as mais simples questões matemáticas, até os mais complexos fenômenos sociais e morais, em que todas as syntheses criadas pela sabedoria humana, para os diversos tempos e lugares disputam simultaneamente o ascendente final, situação em que a imensa massa proletaria, hontem libertada e hoje sem pão e sem lar reclama a sua justa incorporação na sociedade, situação em que, finalmente a reorganização social nas impõe, compreendendo perfeitamente, em resumo, que a mancomunicação, a evolução das instituições e dos costumes, a mobilidade do espírito e do percorrer da vida, que sempre, sob nossa direita, tem uma atitude que convém, isto é, mantém a ordem moral, a ordem social, o ordenamento, a ordem moral, a ordem social, a ordem material e deixar acirrados domínio do espírito e ascendente do sistema filosófico ou religioso, que seja de restabelecer a ordem moral, intelectual e social. (Muito bem)

Está, porém, bem visto ainda e jamais se esquecerá da nossa memória, o maior e mais sublime exemplo de coragem cívica e arduo patriotismo dado pelo Inclito Marquês Floriano Peixoto.

O Sr. Pereira Rego — Muito bem.

O Sr. Victhal de Mattos — abo o Congresso, que, quando esse destino militar, ao mesmo tempo que sentia uma tremenda luta contra a revolta da arquiva, e por um acidente, tão momentâneo, rompeu as relações diplomáticas com Portugal, e enviou ao rei em resposta o mais firme patriotismo e o mais arduo cívico à adversity atingida pela legislação ao nosso belo nacional, a batalha...

O Sr. Pereira Rego — Como bem penei tornar o discurso. Só mais um espírito daqueles ordem.

O Sr. Victhal de Mattos — tais eram as suas profundas preocupações com a República que, no meio dessa terrível agitação, um em ordem que dava telegramas a uma das nossas Frontaleres, dizia: "Pinte de verde e viva a República!"

E quando o heroico brasileiro, triunfante da sua almejada na defesa das nossas liberdades constitucionais erguelo tremulando a bandeira da vitória, exultando de profunda luta, cabia exagero, legando à sua posteridade consolida- da e para a República em toda a sua integridade.

De outro lado, senhores, surge no ex- tremo sul o valente magistrado de grande estilista Júlio de Castilhos que, depois de uma luta titaica que tentou embraça-lo o passo, hoje o mais prospeco o futuro Estado da União, o Rio Grande do Sul apresenta uma Constituição sem par, admirada por todos os brasileiros esclarecidos e merecedores os applausos do estrangeiro; uma organização po-
litica e administrativa diga de imitação e na qual a liberdade e a responsabilidade constituem a mais completa realidade. E, para onde, seguida a opinião de um distinto jornalista maranhense, estão convergindo as visões de brasileiros à espera que elle diga o que se há de fazer!

E agora, senhores, eis que sargs também altiva e vigorosa essa plenitude de moços republicanos, da estatura moral dos nossos conterraneos Agostinho Gomes do Castro e Moraes Rego, Tasso Fragoso, Bernardino Lima, o meu illustre colega da esta casa, Sr. Pereira Rege e tantos outros em quem o involunável Benjamin Constant tanto soube cultivar o talento e o coração para que firmos de convicção e cheios de ardor patriótico possam levar a nossa patria ao seu nobre e elevado destino, tão sabiamente inscripto no lema da nossa bandeira—Ordem e Progresso!—(Muito bem).

Pois bem, Sr. Presidente, inspirando-se nesses altos princípios republicanos, o illustre e esforçado chefe do partido federalista neste Estado, pela sua orientação progressista e abnegação cívica tem elevado a organização política do Estado do Maranhão ao nivel dos mais adiantados da confederação brasileira. (Applausos; Muito bem).

A supremacia da sua energia e decidida vontade na direcção da política maranhense, que para os seus opositonistas constitui o motivo de crítica, forma entretanto, seguro de êxito brilhante dos seus esforços em prol da causa pública, permittindo a unidade, e continuidade administrativa, sem as quais não pode háver Governo, porque que ellas constituem a sua condição fundamental e primordial. Dada essa felicissima que subordina a administração geral e municipal do Estado, um só plano político, a sucessão dos seus governos ao envez de oferecer o triste espectáculo das represalias e dos desmantelamentos, que acompanhava a subida dos antigos partidos rivais e antagonistas, é hoje apenas a substituição de agentes da confiança de um mesmo chefe exalrascido, obedecendo todos ao mesmo plano de sabia e criteriosa administração.

Dahi os melhoramentos de toda ordem moral, intellectual e material que o Maranhão apresenta, apesar da crise enorme que assobiera toda a União.

A organização do ensino a mais moderna e completa, precedida de uma riquíssima bibliotheca, proporcionando a todas as classes da nossa sociedade, onde tem obtido o maior proveito, uma educação moral e como base para desenvolvimento do nosso maior progresso moral; o embellamento e accio que estão transformando radicalmente a nossa cidade em uma das mais lindas das capitais do Brasil; as importantes instalações de hygiène e de assistência, as reformas importantíssimas na ordem política que são a base de todos os progressos realizados, onde são consignados os mais bellos princípios republicanos, tais como a secularização completa do governo, pela separação dos dois poderes; a completa organização do cemitério civil e a secularização do cemitério; etc.

Terminei o meu fraco, mas sincero discurso; pois que elle é a expressão legítima das minhas convicções, dando o meu franco e leal apoio à moção que se discute, como merecida homenagem ao illustre republicano maranhense, pelos relevantes serviços prestados á bem da nossa terra. (Muito bem).

O Sr. Pereira Rege:—Achome mudo diante das palavras do meu illustre colega Sr. Víctal de Mattos! O Sr. Víctal de Mattos:—E muito bem lido de V. Exc. e que eu agradeço. O Sr. Pereira Rege:—S. Exc. e o nosso menos illustre collega Sr. Carvalho Branco, descreveram de um modo claro e preciso a trajetória política de nosso eminente chefe, o Exmo. Sr. Senador Benedicto Leite.

Por um dever moral, entretanto, vênhmo compartilhar dos sentimentos deste congresso, porque tenho a fortuna de ser também filho desta gloria terra, fazendo ligeiras referencias sobre a vida politica do illustre cidadão, chefe, do partido dominante do Estado, cujo criterio não somente nós como todo o Estado admirar.

Entre nós se acham dignos e antigos companheiros de S. Exc., que, mais do que eu o conhece, o por isso e que se rei breve nas ligeiras referencias que vou fazer do seu passado politico.

Conheço o Exmo. Sr. Senador Benedicto Leite do tempo em que represent-
tou papel saliente no golpe de Estado, quando o breve, entre os braves, generalissimo Deodoro da Fonseca rompeu o nosso pacto fundamental.

Foi então o illustre Senador, uma das sentinelhas eminente e entre aqueles que se recusaram ao lado da lei e em dezenas da dignidade nacional.

E de justiça acrescentar que a parte de S. Excm. esteve em todos os nossos contenciosos que representavam o Estado no parlamento nacional.

Não menos gloriosa e digna de aploso foi a atitude por ele assumida, quando a 6 de Setembro de 1886 uma parte da nossa armada, esquecendo-se de seus deveres e do respeito às instituições, atirou-se contra o poder constituído e armou uma revolta.

S. Excm. e os seus dignos companheiros de representação não hesitaram em correr para o lado da legalidade, acompanhando a norma de conduta do bravo e digno patriota marechal Florianó Peixoto, incontestavelmente uma das personalidades mais salientes da República. (Muito bem).

Quando mais tarde aqui no nosso Estado os partidos políticos se esfacelaram e ficaram esparzos, S. Excm. o Sr. Senador Leite, com o critério que lhe é peculiar e com a admirável e subia orientação que dá às causas, soube congregar todos esses grupos separados, acentuando um partido forte e respeitável, como é hoje o partido federalista. (Muito bem).

Ainda mais: Quanto em pleno dia na Capital Federal, perpetrou-se o horrendo crime de 5 de Novembro, que está no conhecimento de todos, foi S. Excm. um dos que prestigiaram ao governo de então.

O papel saliente que representa no Senado brasileiro, o distintão moço a quem são as referências, é de todos conhecido, como é notório o empenho por ele empregado em beneficiar o seu Estado, pondo-se sempre ao lado e em defesa das causas mais sãs e mais justas e por essa forma conquistando o respeito e estima de quem saia entre seus colegas no Senado e no povo em geral. (Apoias; muito bem).

Eu que sempre na Capital Federal acompanho S. Excm. posso afirmar que lá no grande centro onde está a sede do poder político da Federação Brasileira, é S. Excm. apontado como um dos novos políticos em quem o povo deposita as mais respeitáveis esperanças.

Entre nós militares, quer de mar que de terra, tem S. Excm. verdaderos admiradores que esperam o tempo que não estará muito longe de poder S. Excm. muito fazer por essas classes que são os dois grandes estilos em que repousam a prosperidade, grandíssima e progresso de nossa pátria.

S. Excm. é um dos nossos homens em que a República tem nenh um sente um dos seus mais esforçados defensores, como também um dos mais devotos filhos que colabora em pro de uma integridade e prosperidade; daí o reconhecimento do povo que conhece todos predilectos que formam esse polo que em tão feliz hora foi escolhido para representar o Maranhão no Senado Federal.

Assim, S. Presidente, nada mais acréscentar a que a casa ouvi dos meus illustres colegas que me precederam e pelo desculpa do ter abusado da atenção do congresso por momentos. (Não apolais).

Um Sr. Deputado.—V. Excm. é sempre ouvido com prazer e atenção por todos nós.

O Sr. Pereira Rego.—Declaro que com grande satisfação e também aprendo a que me diria a concisão apoio e vota a moção que se discute. (Muito bem; muito bem).

O Sr. Rocha Tote.—Sr. Presidente, depois de que disseram relativamente a pessoal do nosso eminente chefe, Sr. Senador Benedito Leite, os meus distintos colegas Carvalho Branco, Vicálvio de Mattos e Pereira Rêgo, nada mais poderia adiantar que não seja uma desfigurada imagem da primôrce expressão em que resumimos brilhantemente todos os nossos sentimentos a respeito do assumto que se discute.

Animado, porém, pela convicção de que os meus illustres colegas me reforçam qualquer falta committing, por isso que, além de não ter o dom da palavra (Não apolais).

O Sr. Carvalho Branco.—Não apolais; V. Excm. tem competência e habilitação bastantes.

O Sr. Vicálvio de Mattos.—Sem dúvida; tem dado disto exagerantes provas. (Apolais).

O Sr. Rocha Tote...fui surpreendido-
do, ante mesmo que fizesse parte assistir
dar quaisquer que pudessem, ansiando
as questões discutidas, ou Sr. Presi-
dente, ou membros, estando, manifesta-
mente, em seu favor.

Contudo, que fazer depois, considera-
que o é de dar a defesa de meu honroso
colégio, Conselheiro Francisco, através a
abolição de que não sei que, em meus escritos
no senso de que nosso órgão, sem, dizer que
no caso que estivessem errados, a todos, como uma
vez, elas mesmas, como eu, existem virtu-
das, porque não sabemos se gastar a
maneira que não está o out,
como mostra bem disto o prezentado,
Sen-
ora, que não dá um tempo a
uma de nossas estimadas, bem
bebe em Azurara. (Muito bem)

Senhoras; não sabe em absoluto
haver de todos os teimos: sempre
meia gente governa o governo;

Não pode, respe, apesar de
mesmo quaisquer que descrevem por
que não são os seguintes
os teimos em que estão em
seu favor, bem disto o prezentado,

O Sr. Geraldo Branco — Sendo caso a
estas peças na Liga. (Risos)

O Sr. Rocha Tito — Mas, assim, é mesmo
seu caso, e que não se o caso
que não há casos, é que são
seus, porque não sabe em absoluto
ninguém que dá uma
nenhum, que saiba em absoluto,

O Sr. Geraldo Branco — Sendo caso
a estes peças na Liga. (Risos)

O Sr. Rocha Tito — Mas, assim, é mesmo
seu caso, e que não se o caso
que não há casos, é que são
seus, porque não sabe em absoluto
ninguém que dá uma
nenhum, que saiba em absoluto,

O Sr. Geraldo Branco — Sendo caso
a estes peças na Liga. (Risos)
O Senhor Relator, por parte da 1ª comissão, apresentou o seguinte:

**Parecer n.º 9**

A 1ª Comissão, tendo examinado a Mensagem do Exmo. Sr. Governador do Estado, datada de hoje, em que comunicava ter aberto um crédito extraordinário de quantia de 3.150.000, para fazer face aos vencimentos do Juiz Municipal do município de Gravatá, correspondente aos meses de Abril a Dezembro do corrente ano, logrando estarem perdidos pelo leilão n.º 311 de 4 do corrente mês, e de parecer que seja aproveitado dito crédito.

Sala das Comissões do Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, 10 de Abril de 1899. — Castelino Belchior, Antônio Sales, Virgílio Domingues.

Dispensada a impressão e interstício a requerimento do mesmo Sr. deputado Belchior, entendo o parecer em discussão e o aprovo sem debate.

Passa-se à 3ª parte da ordem do dia.

O Senhor Presidente — Sr. deputado. (Silêncio. Momento de atenção.) — Hoje o dia designado por lei para o encerramento dos trabalhos deste Congresso.

De acordo com as prazas estabelecidas, compre-me fazer uma análise rápida antes de um resumo dos nossos acertos.

Foram apresentados à vossa apreciação 20 projectos e 9 pareceres, sendo aprovados 18 e 9 dos projectos oferecidos, deixando de seguir todos os seus tramites o projecto que trata da alteração de limites entre os termos de Miriúba e Vargem Grande, para sejam onvindos a respeito os respectivos municipios.

Entre os projectos apresentados destaca-se o de n.º 1, que autoriza o governo a empreender a obra de via do año do 1º anno da Resolução Modelor, que foi reclamada pela grande procura de matrículas na escola de educação superior.

No modo que para atender ou satisfazer às reclamações para admitir o aluno, tornou-se necessária a decretação de medida.

A referida Resolução Modelor, antigo estabelecimento de ensino secundário, era também uma necessidade da cidade reclamada, e que não podia deixar de ser atendida, como foi pelo projecto n.º 10.

O examen de segurança ao interior do Estado será feito fora da casa, na sala de comércio, a que pertence a cidade, querendo uma comissão composta do juiz do distrito, juiz municipal e promotor público titulado, sob a presidência do primeiro, todo de acordo com o projecto n.º 18.

Pelo projecto n.º 11, autoriza-se o governo a conceder prêmios aos agricultores que se dedicarem a cultura do arroz, que bem são nos últimos anos muito degradado, tendo em conta que são mais remotos constituintes uma das principais fontes de nossa riqueza.

Votantes também o projecto n.º 11, que fixa a força pública.

Em vista das dificuldades de circunstâncias que atravessa o Estado, algumas ações foram feitas nesse ano, mas não se passa nem a certa conhecendo os motivos justificados, que aconteceram essa medida de prudência, atendendo-se à extensão do nosso território, e pelos requetos, movimentos necessários prazos e assentos pelos adversários da situação dominante que assim têm permitido o decretação do projecto de reformulação do Estado. (Silêncio.)

Em fim, deve especializar o projecto n.º 15, que ora se recruitam... 2.225.000... e fixar a despesa em... 2.225.000...

Como vêds é perfeitamente estabelecido o preciso equilíbrio orçamentário.

Para conseguir isso tem a comissão o concerto salvo e a patriótica intervenção do Exmo. Sr. Senador Benedito Leite, prestigioso chefe do Partido Republicano, que muito se esforça para que o projecto correspondesse às necessidades do Estado.

Tudo isso logo, senhores deputados, sem ser preciso contar algumas despesas que não de grande utilidade como as que são feitas com a 'Escola Normal' e 'Modelo' a de música, Repartição de Estatística e outras que são apresentadas como inúteis pelos nossos adversários com o único fim de fazer desaparecer estes estabelecimentos orçados por lei...
ciativa do benemérito chefe do Partido Republicano, que se acha à frente da administração pública no nosso Estado. (Muito bem.)

Para conseguir o equilíbrio da receita com a despesa foi necessário fixar algumas contas, inclusive a redução da força pública, que atingiram a soma de 142.000$.

Também foi preciso criar o imposto de 10% sobre os vencimentos dos funcionários públicos, imposto que terá de desaparecer logo que melhorem as condições financeiras, em vista da sua natureza transitória.

Em benefício da nossa decadente lavra, foi substituída a taxa de 300 réis sobre paneiros de cerveja pela de 8% ad valorem.

São tão justificadas a conservação e o pequeno aumento de alguns impostos, que honrados negociantes, em conferência com a comissão deram o seu assentimento às medidas tomadas. E deve esperar que o saldo seja maior do que o orçado fazendo desaparecer a dívida fluctuante que em 31 de Março era de 224.000$.

Terminando, senhores deputados, corre-me o grato dever de agradecer a consideração que me dispensastes, escolhendo-me pela segunda vez para dirigir os nossos trabalhos; e em nome dos meus colegas da mesa a atenção que sempre empregastes para que tivesse o nosso esforço o resultado que conseguimos. (Muito bem, muito bem).

—Está encerrada a 2.ª sessão da 4.ª legislatura do Congresso do Estado do Maranhão.

(E' suspensa a sessão por 15 minutos afim de ser lavrada a acta de encerramento.)

Decorrido esse prazo, é reaberta a sessão.

O Sr. Presidente, antes de submeter à aprovação a acta, declarou que os srs. deputados Rocha Falcão e Godofredo Carneiro comunicaram à mesa que deixavam de comparecer à sessão deste ano por não lhes ser possível em virtude de molestias. Diz que a mesa considera justificado o motivo alargado pelos referidos deputados; entretanto sujeita o caso à votação do Congresso, pedindo que se levantem os srs. que consideram justificado aquello motivo.

Tendo se levantado todos os srs. deputados presentes, declarou o sr. presidente que estava considerada justificada a ausência dos srs. Rocha Falcão e Godofredo Carneiro na sessão deste ano, de acordo com o art. 11 § único da Constituição do Estado.

O Sr. Augusto Santos (servindo de 2.º secretário) procedeu à leitura da presente acta, que passa em discussão, e é aprovada sem reclamação.
APPENDICE
Art. 4.º A receita do Estado do Maranhão para o exercício de 1903 é orçada na quantia de Rs. 2,353.429$8 0, das seguintes procedências:

**ORDINÁRIA**

§ 1.º Imposto de indústrias e profissões — tabella A e regulamento respectivo .................................................. 250.000,00
§ 2.º Imposto sobre generos de producção do Estado — tabella B ................................................................. 3.500.000,00
§ 3.º Imposto de exportação — tabella C e regulamento respectivo ...................................................................... 270.000,000
§ 4.º Emolumentos tabella D ................................................................. 32.000,000
§ 5.º Imposto de heranças e legados — tabella E e regulamento respectivo ...................................................... 20.000,000,00
§ 6.º Transmissão de propriedade — tabella E e regulamento respectivo .......................................................... 62.000,000
§ 7.º Cobrança da dívida activa inclusive multa de 15% ........................................ 1.000,000
§ 8.º Sello — tabella F e regulamento respectivo ......................................................................................... 40.000,000
§ 9.º Imposto de consumo — tabella G ................................................................................................................. 370.000,00
§ 10. Taxa de expediente — Exceptuados os papeis forenses .............................................................................. 3.000,000
§ 11. Rendas dos próprios do Estado inclusive, laudemios .................................................................................. 300,000
§ 12. Armazenagem, embarques — tabella H ...................................................................................................... 150.000,000
§ 13. Total ......................................................................................................................................................... 1.516.300,000
### TAXAS FIXAS

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSES:</th>
<th>CAPITAL</th>
<th>Cidades e vilas: do interior</th>
<th>Foraçagens a outras lugares</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Primeiras</td>
<td>6.100.000</td>
<td>550.000</td>
<td>270.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Segundas</td>
<td>9.000.000</td>
<td>45.000</td>
<td>270.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Terceiras</td>
<td>7.000.000</td>
<td>300.000</td>
<td>150.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Quartas</td>
<td>500.000</td>
<td>25.000</td>
<td>120.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Quintas</td>
<td>400.000</td>
<td>200.000</td>
<td>100.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Sextas</td>
<td>300.000</td>
<td>150.000</td>
<td>75.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Setimas</td>
<td>250.000</td>
<td>125.000</td>
<td>60.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Oitavas</td>
<td>200.000</td>
<td>100.000</td>
<td>50.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Nons</td>
<td>150.000</td>
<td>75.000</td>
<td>37.500</td>
</tr>
<tr>
<td>Decimas</td>
<td>100.000</td>
<td>50.000</td>
<td>25.000</td>
</tr>
<tr>
<td>Decima primeira</td>
<td>75.000</td>
<td>37.500</td>
<td>18.750</td>
</tr>
<tr>
<td>Decima segunda</td>
<td>50.000</td>
<td>25.000</td>
<td>12.500</td>
</tr>
</tbody>
</table>

1." clase.

Agente ou correspondente de companhias de seguros de vida com sede fora do Estado.
Armazem ou loja de fazendas, generos de estiva ou cerasas, louca e vidros, quinquilharias, etc. etc.
Armazem de ferragens.
Tirasche.

2." classe.

Armazem ou loja de fazendas, generos de estiva e cerasas, louca e vidros, bebidas, quinquilharias, etc. etc.
Armazem de carvão de pedra, excepto as das Companhias de Vapores e do Gaz deste Estado.
Joaheiro com estabelecimento vendendo obras estrangeiras.
Livraria com ou sem outro gyro de negocio.

3." classe.

Armazem ou loja de fazendas, generos de estiva e cerasas, louca e vidros, bebidas, quinquilharias, etc. etc.
Agente ou correspondente de casas nacionaes ou estrangeiras que afaecutarem nesta praça cobrança de cambiais.
Alfaite com estabelecimento de luxo, vendendo roupas feitas ou fazenda.
Consignatarios de navios de vela ou a vapor de linhas regulares.
Pharmacia com drogaria.
Armazem de ferragens.
Agente ou correspondente de casas nacionaes ou estrangeiras que afaecutarem nesta praça cobrança de cambiais.
4.ª classe

Armazém ou loja de fazendas, generos de estiva ou cereaes, louça, vidros,
bebidas, quinquilharias, etc. etc.
Caldeteiro.
Fundição.
Hotel
Joalheiro com estabelecimento vendendo obras estrangeiras.
Pharmacía com drogaría.
Escriptório de comissões e consignações.
Armazém de ferragens.

5.ª classe

Armazém ou loja de fazendas, generos de estiva ou cereaes, louça, vidros,
bebidas, quinquilharias, etc. etc.
Botequim com jogos, excepto bilhar.
Contractante do serviço de estiva.
Corretor
Depósito de pólvora ou outras matérias explosivas.
Escriptório de compras e consignações.
Fabrica de pilar arroz.
Fabrica de sabão.
Fabrica de refinir assucar movida por agua ou a vapor.
Mercador ou vendedor ambulante de joias
Padaria. vendendo outro qualquer genero mais 25 "[1].
Pharmacía.
Refinação vendendo outro qualquer genero mais 25 "[1].
Taverna.

6.ª classe

Armazém ou loja de fazendas, miudezas, quinquilharias, estivas, etc. etc.
Botequim com jogos, excepto bilhar.
Escriptório, agência ou superintendencia de companhia com sede fora do
Estado.
Livraria com ou sem outro giro de negocio.
Mercador de bilhetes de loteria de outros Estados.
Ourives vendendo obras estrangeiras.
Taverna.
Fabrica de cal ou caifeira.
Fabrica de productos ceramico.
Loja de calcados nacionaes e estrangeiros.

7.ª classe

Alfaíste sem estabelecimento de luxo vendendo roupas feitas ou fazenda.
Armador com carro funebre.
Agentes de leilões.
Casas que venderem roupas, feitas, obras de mercenaria, calçado e cha-
péos de sol estrangeiro.
Circo—por cada estação pagamento de uma só vez e antecipadamente.
Drogaria.
Escriptório de comissões e consignações.
Fabrica de pilar arroz.
Dita de sabão.
Dita de charutos ou cigarros, vendendo fumo ou rapé.
Dita de chapéos.
Hotel ou casa de pensão.
Mercador ambulante de mercadorias estrangeiras em cada município e antecipadamente.
Loja de fazendas, miudezas e quinquilharias.
Padaria — vendendo outro qualquer genero mais 25 %
Pharmacia.
Refilhão vendendo outro qualquer genero mais 25 %
Taverna.

8° classe
Loja de fazendas, miudezas, quinquilharias etc. etc.
Alfaiate sem estabelecimento de luxo vendendo obras feitas e fazendas.
Padaria — vendendo outro qualquer genero mais 25 %
Pharmacia.
Taverna.

9° classe
Armador sem carro funebre.
Alambique de destilação, excepto dos estabelecimentos agrícolas.
Architec, emprezario ou contractador de obras.
Armazém de cal, teihas, tijolos e outros produtos ceramicos.
Armazém de madeira, ou mercador de.
Alfaiate sem estabelecimento de luxo vendendo obras feitas e fazendas.
Advogado diplomado.
Botequim
Casa de bilhar.
Cervejério.
Casa de pasto.
Depósito de couros.
Depósito de mercadorias estrangeiras.
Dentista.
Enganheiro.
Escriptório não classificado.
Fabrica de azeite.
Dita de charutos ou cigarros, não vendendo fumo ou rapé.
Dita de chapeos.
Dita de chocolate.
Dita ou empreza de descaroçar algodão a vapor.
Dita de bebidas alcoólicas e fermentadas.
Loja de fazendas e miudezas.
Medico.
Mercador de relógios com estabelecimento
Sabonaria.
Padaria
Pharmacia
Serralharia a vapor.
Taverna:
Labacaria.

10° classe
Alfaiate sem estabelecimento de luxo e não vendendo roupas feitas ou fazenda.
Alvarengas e canoas empregadas no tráfego do porto, por cada uma.
Barbeiro ou cabellereiro vendendo perfumaria.
Depósito ou mercador de pedras, adobos e outros materiais para construcção.
Depósito de generos da produção do Estado e da União.
11ª classe

Advogado provisionado.
Açougue
Agente de compra e venda de ações
Agrimensores.
Alugador de mobiliários ou cadeiras
Botequim volante, barraca ou casa de sorte por cada festividade e antecipadamente.
Cosmorama ou diorama, por estação e pagamento antecipado.
Consignatário de navios de vela ou a vapor de linhas irregulares, por cada embarcação.
Cocheira por cada sege ou carro de luxo.
Colchoeiro
Funiculo vendendo vidros em pequena escala.
Contador e distribuidor
Estaleiro
Guarda livros, escripturário, caxeiro despachante d’Alfandega ou despachante geral.
Marsineiro sem depósito de trastes.
Olaria.
Solicitador ou procurador de causas por cada anno da provisão.
Sapataria.
Taboleiro ou outro qualquer depósito em que se vender mercadorias pelas ruas (excepto dos mercadores ambulantes).

12ª classe

Bote ou saveiro.
Carros que venderem carne e outros generos pela rua.
Cocheira de carros de condução, por cada carro.
Cocheira de vacas de leite, aplicada a taxa na razão de duas vacas.
Calafate
Carpinteiro.
Cabeleireiro ou barbeiro não vendendo perfumaria.
Concertador de piano.
Encadernador.
Fábrica de meias, por cinco teares, repetida a taxa tantas vezes quantas forem o múltiplo ou fração do múltiplo.
Fábrica de tecidos não pertencendo a sociedade anónima, por cada tear.
OBSERVAÇÕES

Os agentes, gerentes ou donos de casas nacionaes ou estrangeiras que virem promover a venda de mercadorias nacionaes ou estrangeiras com ou sem armas no tráfico ou catbalágios; duzentos mil réis anuais, pagos de uma só prestação e antecipadamente.

Ficam sujeitos ao pagamento deste imposto às pessoas em cujas casas ou hotéis se fizer a exposição ou venda das ditas mercadorias, no caso de não ser o pagamento efectuado pelo agente.

Os agentes de colones, de força policial ou de locação de outro qualquer serviço para outros Estados, ficam sujeitos ao pagamento antecipado de cinco contos de réis, por cada município do Estado em que exercem qualquer dessas agências.

Os agentes, representantes ou correspondentes de bancos e casas bancárias e suas filiais com sede fora do Estado e que efectuarem operações dentro do Estado pagarão 7% sobre o lucro líquido do ano anterior mediante nota fornecida por aquelas e verificada pelo Tesouro do Estado ou vinte contos de réis anuais, na falta ou inexactidão da referida nota.

Os agentes, correspondentes ou representantes de Companhias de seguros terrestres e marítimos com sede fora do Estado pagarão 7% sobre o lucro líquido mediante nota fornecida pelo mesmo e verificada pelo Tesouro ou cinco contos de réis anuais na falta ou inexactidão da referida nota.

Qualquer casa comercial que por seu avultado giro de negócio for reconhecidamente superior às demais colhidas na primeira classe desta tabela, pagará o imposto de dois contos de réis, independentemente das incidências em que possa incorrer.

As companhias e sociedades anônimas e bancos com sede neste Estado ficam sujeitas ao imposto de 7% sobre o produto líquido do ano anterior, excepto as companhias de licença e títulos de azúcar que pagam apenas 4%.

Por produto líquido entende-se o lucro total deduzidas as despesas, nas quais só não se compreende o fundo de reserva, de amortização e outros quaesquer.

Os directores, agentes, gerentes ou superintendentes de companhias ou sociedades anônimas, bem como os membros das comissões fiscais das mesmas, ficam sujeitos, por cada companhia ou banco em que exercerem o cargo, ao imposto de 5% sobre o que perceberem.

As companhias ou bancos ficam obrigados a fornecer ao lançador nota exacta e assinada por directores, do produto líquido do ano anterior, assim como da remuneração percebida pelos directores, agentes, gerentes, superintendentes e membros das comissões fiscais.

Essa nota será fornecida nos meses de Fevereiro e Agosto.

A falta da nota acima, obriga a companhia ou banco á multa de duzentos mil réis imposto pelo inspector do Tesouro com recurso para o Governo.

Para as companhias ou bancos, porém, cuja escrita só for encerrada depois do mez de Fevereiro, a cobrança do imposto relativa a primeira prestação se fará sobre o lucro do primeiro semestre do ano anterior.

Ficam sujeitas a taxa de agentes de bancos ou companhias de seguros, as pessoas que concordarem ou efectuarem essas operações, seja qual for a denominação de que se servirem.

Ficam isentos do imposto desta tabela os advogados constituídos pelas Camarás Municipaes para em juizo promoverem suas causas executivas.
incidindo o contribuinte pelo seu estabelecimento em mais de uma classe, pagará as duas mais elevadas. Nas incidências, porém, não se compreendem ramos de indústria e profissões diversas do estabelecimento.

O lançamento se fará nos meses de Outubro e Dezembro e a gratificação só será paga ao lançador depois de feita a escrituração e cheios os talões.

As embarcações das sociedades anônimas, desde que estas distribuam dividendo, ficam isentas das taxas da 2.ª classe.

A cobrança se fará nos meses de Fevereiro e Agosto, excepto nos casos de pagamento antecipado.

Os que não pagarem nos prazos marcados incorrerão na multa de 10 %, que será elevada a 15 % se não realizarem o pagamento até 31 de Março do trimestre adicional do respectivo exercício.

A cobrança proporcional de que trata o § 1.º do art. 11 do Reg. de 22 de Outubro de 1892 terá lugar não só quando o contribuinte começar a exercer a indústria ou profissão, como quando deixar de exercê-la.

Ficam isentas por cinco anos a contar de sua instalação, as fábricas de refinação de açúcar e destilação por processo aperfeiçoado e movidas por água ou a vapor.
Todos os generos de producção do Estado constantes desta tabella pagaraão nas diversas estações fiscaes as taxas nella mencionadas. Essas taxas serão cobradas por meio de lançamento ou arbitramento feito sobre as casas comerciais das cidades, villas, povoações e outros locais que os expozarem á venda, ou á bocca do cofre.

Na Capital a cobrança se fará á bocca do cofre.

<table>
<thead>
<tr>
<th>GENEROS</th>
<th>Unidades</th>
<th>Taxas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>(Cachaça)</td>
<td>litro</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>(Restillo)</td>
<td>§</td>
<td>130</td>
</tr>
<tr>
<td>(Tiquira)</td>
<td>§</td>
<td>200</td>
</tr>
<tr>
<td>(em casca)</td>
<td>§</td>
<td>4.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Arroz</td>
<td>(pilado)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>(branco)</td>
<td>(ad valorem)</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>(someros)</td>
<td>(bruto)</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>Eucaliptos</td>
<td>(mascal)</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>(bruto)</td>
<td>§</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>Azeite de qualquer qualidade</td>
<td>litro</td>
<td>90</td>
</tr>
<tr>
<td>Banha de porco</td>
<td>litro</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>Araruta</td>
<td>paneiro</td>
<td>4.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Carne</td>
<td>(seca)</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>de porco</td>
<td>§</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Carrapato</td>
<td>(ad valorem)</td>
<td>160</td>
</tr>
<tr>
<td>Camarão</td>
<td>§</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cacau</td>
<td>§</td>
<td>80</td>
</tr>
<tr>
<td>Feljão</td>
<td>§</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fávias</td>
<td>(ad valorem)</td>
<td>8.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Frarinha d'água ou secca de qualquer qualidade</td>
<td>(em folha)</td>
<td>kilo</td>
</tr>
<tr>
<td>(em molho)</td>
<td>§</td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td>(em rollo)</td>
<td>§</td>
<td>350</td>
</tr>
<tr>
<td>Gergelim</td>
<td>(vacuum)</td>
<td>cabeça</td>
</tr>
<tr>
<td>Gado</td>
<td>(suino)</td>
<td>§</td>
</tr>
<tr>
<td>Milho</td>
<td>(ad valorem)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Item</td>
<td>Unit</td>
<td>Price</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------</td>
<td>------</td>
<td>--------</td>
</tr>
<tr>
<td>barrotões</td>
<td>um</td>
<td>28000</td>
</tr>
<tr>
<td>barrotes</td>
<td>uma</td>
<td>80</td>
</tr>
<tr>
<td>cavernas lavradas ou braço de caverna</td>
<td>um</td>
<td>18000</td>
</tr>
<tr>
<td>peça para mais de uma caverna</td>
<td>uma</td>
<td>23000</td>
</tr>
<tr>
<td>chaprons</td>
<td>um</td>
<td>600</td>
</tr>
<tr>
<td>esteios ou cabros</td>
<td>uma</td>
<td>200</td>
</tr>
<tr>
<td>grades</td>
<td>uma</td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td>achas de apiuruna ou acapu</td>
<td>milheiro</td>
<td>55000</td>
</tr>
<tr>
<td>Madeira (trapos)</td>
<td>duzia</td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td>tabarres de qualquer qualidade</td>
<td>um</td>
<td>48000</td>
</tr>
<tr>
<td>toros de qualquer qualidade</td>
<td>uma</td>
<td>17000</td>
</tr>
<tr>
<td>vigas ou mastros</td>
<td>uma</td>
<td>65000</td>
</tr>
<tr>
<td>vigotas ou retroncas</td>
<td>um</td>
<td>42000</td>
</tr>
<tr>
<td>quilhas</td>
<td>um</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>vergas</td>
<td>uma</td>
<td>45000</td>
</tr>
<tr>
<td>casco para canção</td>
<td>milheiro</td>
<td>85000</td>
</tr>
<tr>
<td>peças não especificadas</td>
<td>milheiro</td>
<td>38000</td>
</tr>
</tbody>
</table>

OBSERVAÇÕES

A — O lançamento a que se refere esta tabella não implica com o imposto do industriais e profissões.
B — Os leilões nada pagarão.
C — Excepto as varas, estacas e moirões.
D — Fica considerado peso oficial 25 killos para o paneiro e 45 para o sacco de farinha seca. 60 killos para o paneiro e 60 para o sacco de fari-
| nha daga. 36 killos para o paneiro e 55 para o sacco de milho, 60 killos para o paneiro e 60 para o sacco de gergelim, 25 killos para o paneiro e 50
| para o sacco de arroz, 10 killos para o paneiro e 60 para o sacco de polvilho ou tapioca e 25 killos para o sacco de carrapato.
E — Os generos vinhos da ilha ficam sujeitos à apprehensão, como os demais de outras procedencias.
F — Qualquer que seja a procedencia do gado abatido para consumo público, fica sujeito ao imposto desta tabella.
G — O sal que não vier para a Capital, mas fôr vendido para outro qualquer destino fica sujeito ao pagamento do imposto na localidade onde fôr produzido.
H — Ficam isentos do imposto os toros de madeira destinados ao preparo dos palitos da Fabrica de phosphoros.
I — Esta tabella não exclui a taxa da tabella C para os generos em ambas enumeradas e que fôrem exportados.
J — A aguardente, o arroz e o fumo quando exportados ficam isentos das taxas desta tabella.
K — Quando se verificar a restituição do imposto desta tabella por ef-
feito da observação J, será ela feita directamente ao exportador, calculando-se o arroz pilado na razão do dobro do em casca.

L.—Ficam isentos de imposto os dormientes da Companhia Ferro Carril e bem assim as longaninas até o número de cem, embora venham sob a denominação de grades, barrotes, vigas ou vigotas.

Tabella C

Todas os gêneros de produção do Estado constantes desta tabella, exportados para outros Estados ou para o estrangeiro, pagarão nas competentes estações fiscais, além do imposto da tabella B, mais as taxas seguintes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>GENEROS</th>
<th>Unidades</th>
<th>Taxas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>de gado vaccum (A)</td>
<td>um</td>
<td>150</td>
</tr>
<tr>
<td>de veado</td>
<td>kilo</td>
<td>250</td>
</tr>
<tr>
<td>de cabra e outros</td>
<td></td>
<td>150</td>
</tr>
<tr>
<td>Vaquetas (A)</td>
<td>um</td>
<td>1000</td>
</tr>
<tr>
<td>vacum (A)</td>
<td>cabeça</td>
<td>1000</td>
</tr>
<tr>
<td>cavalar</td>
<td></td>
<td>1000</td>
</tr>
<tr>
<td>Gado</td>
<td>suino</td>
<td>24000</td>
</tr>
<tr>
<td>muar</td>
<td></td>
<td>50000</td>
</tr>
<tr>
<td>lanigero ou caprino</td>
<td></td>
<td>60000</td>
</tr>
<tr>
<td>Pelles e penas d'aves</td>
<td>kilo</td>
<td>60000</td>
</tr>
<tr>
<td>Borracha</td>
<td>ad valorem</td>
<td>6%</td>
</tr>
<tr>
<td>Buxo de peixe</td>
<td></td>
<td>3%</td>
</tr>
<tr>
<td>Algodão em rama</td>
<td></td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>frangos</td>
<td></td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>gallinhas</td>
<td>um</td>
<td>200</td>
</tr>
<tr>
<td>Aves</td>
<td>uma</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>patos</td>
<td></td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td>perus</td>
<td></td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td>Oleo le copahyba</td>
<td>litro</td>
<td>150</td>
</tr>
<tr>
<td>Pontas ou chifres</td>
<td>cento</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Ossos</td>
<td>kilo</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Sola</td>
<td>meio</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Crina animal</td>
<td></td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td>Jaborandy</td>
<td></td>
<td>150</td>
</tr>
<tr>
<td>Resinas diversas</td>
<td>saccio</td>
<td>200</td>
</tr>
<tr>
<td>Cera de carnaluba</td>
<td>barrica</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Cal</td>
<td>ad valorem</td>
<td>7%</td>
</tr>
<tr>
<td>Camarão</td>
<td></td>
<td>7%</td>
</tr>
<tr>
<td>Peixe</td>
<td></td>
<td>7%</td>
</tr>
<tr>
<td>Banha de porco</td>
<td></td>
<td>6%</td>
</tr>
<tr>
<td>Carrapato em graço</td>
<td></td>
<td>6%</td>
</tr>
<tr>
<td>Feijão ou fava.</td>
<td></td>
<td>6%</td>
</tr>
<tr>
<td>Gergelim</td>
<td></td>
<td>6%</td>
</tr>
<tr>
<td>Milho</td>
<td></td>
<td>6%</td>
</tr>
<tr>
<td>Farinha de qualquer qualidade</td>
<td></td>
<td>6%</td>
</tr>
<tr>
<td>Polvilho ou tapioca</td>
<td></td>
<td>6%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**OBSERVAÇÕES**

A — Nos municipios ribeirinhos do Parnahyba e nos do Tocantins, Tutuão, Pastos Bons e Patos pagará o gado vacuín 28500.

B — O gado exportado fica so mente sujeito à taxa de tal tabela.

C — Nos municipios ribeirinhos do Parnahyba e nos do Tocantins, Tutuão, Pastos Bons e Patos pagarão os. corvos 600 réis, ainda mesmo que a exportação se faça pelo porto da capital.

D — Todos os demais generos ou mercearias não incluídos nesta tabela terão despacho livre, pagando, porém, o imposto da tabela B.

---

**Tabella D**

Emolumentos que se devem cobrar nas repartições arrecadadoras do estado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Item</th>
<th>Descrição</th>
<th>Valor</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Por permuta de emprego</td>
<td>30$000</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Apostilas / Isentas as motivadas por simples alterações nas denominações dos mesmos.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Aluguel do Theatro por noite de espectáculo</td>
<td>50$000</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Extraídas de livros, processos e De rasa por linha dos documentos de repartições públicas, De busca por anno</td>
<td>800</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Designando a parte o anno ou annos no requerimento só haverá busca dos annos declarados.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>Certidões / Quando no mesmo requerimento se pedir certidão de diferentes factos, cada um destes se considerará e um uma certidão pagando nesta conformidade.</td>
<td>2$00</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>Folha corrida / Nenhuma certidão pagará menos de</td>
<td>4$00</td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Concedidas por qualquer auctoridade administrativa do Estado e pelo Congresso a empregado do Estado:</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>Até três meses</td>
<td>12$000</td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>Por mais ou sem declaração do tempo</td>
<td>24$000</td>
</tr>
<tr>
<td>11</td>
<td>Licenças / Concedidas por qualquer auctoridade do Estado e não especificadas nesta tabella</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>12</td>
<td>Prorrogação de prazo (Concedido pelo Governador do Estado para qualquer fim)</td>
<td>10$070</td>
</tr>
<tr>
<td>13</td>
<td>Recondição, remoção ou transferência de empregado</td>
<td>15$000</td>
</tr>
<tr>
<td>14</td>
<td>Registro de licenças, títulos ou de apostilas</td>
<td>7$000</td>
</tr>
<tr>
<td>15</td>
<td>Licença para leilão em causas particulares, por cada dia que se fixar o leilão</td>
<td>20$000</td>
</tr>
<tr>
<td>16</td>
<td>Termos / De posse de empregado assinado perante o Governo do Estado</td>
<td>8$000</td>
</tr>
<tr>
<td>17</td>
<td>De posse de empregado, assinado perante qualquer outra auctorida e</td>
<td>5$000</td>
</tr>
</tbody>
</table>
De nomeação efectiva para emprego remunerado de aposentadoria e de jubilação, compreendidas as gratificações de qualquer natureza e interpretadas por qualquer modo; excepto os suplentes de Juízes de Direito.

De vencimento anual inferior a 200$000 réis ........................................... 14$000
De vencimento anual de mais de 200$000 réis ........................................... 10 

Os emolumentos de que trata este artigo são cobrados do seguinte modo:

De vencimento inferior a 200$000 réis no acto da expedição do título.

De vencimento de 500$000 réis para cima em doze prestações mensais:

A) No caso de acesso ou melhoria cobrar-se-ão os emolumentos somente sobre o augmento, guardadas as regras deste número.

B) Nada se cobrará pelas nomeações de officiares para comissões militares e substituições de empregados dentro da própria repartição.

De nomeação interina para emprego remunerado, 10%, sobre o vencimento de um ano em doze prestações mensais.

De nomeação para emprego de justiça, a bocca do cofre sobre a lotação ........................................... 12 
Transferência de empreza ou sociedade anónima sobre o valor da venda ........................................... 8 

Pelas cartas de matrícula de comerciantes, títulos de corretores, agentes de leilões, intérpretes e trapicheiro ........................................... 13$000

Nomeações de agentes auxiliares do commercio e avaliadores comerciais, arquivamento de contratos e distractos e de estatutos ........................................... 5$000

Registro de marcas de fábricas e de commercio ........................................... 5$000

Pela assignatura dos termos dos livros de comerciante ........................................... 3$000

Cartas de registro de embarcações ........................................... 10$000

Pelias licenças concedidas aos corretores e agentes de leilões ........................................... 3$000

Pela rubrica de cada folha do livro de comerciante ........................................... 60

OBSERVAÇÕES

Nas taxas dos empregados interinos devem ser compreendidos os substitutos e ainda os designados, exceptuadas as designações na própria repartição.

Os professores que embora nomeados interinamente têm um certo carácter de efectividade, ficam sujeitos à taxa de 10%, acima estabelecida.

O empregado que passar as certidões de que trata esta tabela fica obrigado a declarar quais os emolumentos a que estiverem sujeitos.

Ficam também isentos da taxa fixa de 14$000 os officiares de justiça.

O primeiro suplente de Juiz de Direito, além das taxas de posse, registro e selo a que tão somente está sujeito seu título, pagará 6%, do que perceber como gratificação do exercício, no acto do recebimento, e seguindo e terceiro não ficam sujeitos a este desconto de 6%, excepto quando estiverem no exercício daquela.

O adjunto de escrivão só fica sujeito pelo seu título ao selo de 1$.
### Tabella E

**Transmissão causa-mortis:**

- **A)** Em linha recta, sendo herdeiros necessarios: 0,2%  
  Sendo, porém, os referidos herdeiros contemplados com legados pagarão, além deste imposto sobre a quota hereditária, mais  
  - 3%  
  - 5%
- **B)** Em linha recta, não sendo herdeiros necessarios  
  - 11%
- **C)** Os irmãos germanos, os sobrinhos filhos destes e os conjuges entre si, por testamento ou «ab intestato»  
  - 17%
- **D)** Os irmãos uterinos ou consanguíneos, os tios irmãos dos pais, os primos filhos dos tios irmãos dos pais, tios irmãos dos avós e sobrinhos netos de irmãos  
  - 22%

**Transmissão inter-vivos:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>§ 1°</th>
<th>Doação:</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>A)</strong> Em linha recta, sendo herdeiros necessarios</td>
<td>0,2%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B)</strong> Em linha recta, não sendo herdeiros necessarios</td>
<td>0,5%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C)</strong> Entre noivos, por escritura antenupeial</td>
<td>0,5%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>D)</strong> Entre conjuges</td>
<td>2%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>E)</strong> A irmãos, tios irmãos dos pais e sobrinhos filhos dos irmãos</td>
<td>3,1%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>F)</strong> A primos filhos de tios irmãos dos pais, tios irmãos dos avós e sobrinhos netos de irmãos</td>
<td>4%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>G)</strong> Entre os demais parentes até o 10.º grau contado por direito civil</td>
<td>7%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>H)</strong> Entre estranhos</td>
<td>5%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>§ 2°</strong></th>
<th>Compra e venda, arrematação, adjudicação, «in solutum» e actos equivalentes de immoveis, quer por sua natureza, quer pelo seu destino, quer pelo objecto a que se aplicarem</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>As permutações pagarão do menor dos valores permutados ou de qualquer delas, si forem iguais</td>
<td>7%</td>
</tr>
<tr>
<td>Da diferença, si houver, mais</td>
<td>2%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>§ 3°</strong></td>
<td>Constituição de emphytose ou de sub emphytose</td>
</tr>
<tr>
<td>Da joia, si houver, mais</td>
<td>7%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>§ 6°</strong></th>
<th>Cessão de privilegio nos termos do art. 45 n. 4 do respectivo regulamento</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>§ 5°</strong></td>
<td>Subrogacao de bens inalienaes, na conformidade das leis, além dos direitos que devidos forem da transmissão</td>
</tr>
<tr>
<td>Sendo de bens não dotados</td>
<td>11%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>§ 6°</strong></th>
<th>Todos os demais actos translativos de immoveis sujeitos a transcrição, na conformidade da legislação hypothecaria, além dos direitos que devidos forem do título de transmissão</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>§ 6°</strong></td>
<td>0,5%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Tabella F

DOS PAPEIS SUJEITOS AO SELLO PROPORCIONAL.

§ 1.º Sello da estampilha

1. Termos de contractos de fiança e outros quasquer termos lavrados nas repartições publicas estaduais e municipais.
   A) Dos contractos para serviços ou obras por conta do Estado mais 1 1/2, cobrado por desconto proporcional de cada prestação que o contractante tiver de receber.
   B) Neste numero estão comprehendidos os contractos para extracção de loterias, além do sello das fianças que os contractantes prestam e deve ser pago antes da extracção.

2. Transferencias de títulos de dívida publica do Estado e dos Municípios, não sujeitas ao imposto de transmissão de propriedade.
   Dos termos das transferencias sujeitas ao imposto de transmissão de propriedade se cobrará o sello fixo da tabella B. 2.ª Classe, Sec. 1.ª § 2.º n. 7.

3. Títulos de depositos feitos em repartições publicas estaduais e municipais.

   Até o valor de 2000000 .......................................................... 400 rs.
   De mais de 2000000 a 4000000 ........................................... 700
   De mais de 4000000 a 6000000 ........................................... 90
   De mais de 6000000 a 8000000 ........................................... 10
   De mais de 8000000 a 1000000 ........................................... 15

Assim por diante, cobrando-se mais $300 por conto ou fração de conto.

§ 2.º Sello de verba

1. Das importancias das multas relevadas ........................................ 10 %
2. Nomeação para servir emprego interino ou provisório, bem como em comissão ................................................................. 75000
3. Títulos de emprego efectivo, aposentadoria, jubilación, reforma com vencimentos pelo Thesouro do Estado, comprehendidas as gratificações de qualquer natureza à boca do cofre ........................................... 4 %
4. Por outro qualquer título não especificado .................................. 55000
5. Títulos que conferirem vitaliciedade aos professores .......................... 750,0
DOS PAPEIS SUJEITOS AO SELLO FIXO

1.º Classe—Actos que pagão o sello conforme à dimensão do papel.

I Sello de estampilha

§ 1.º Papeis forenses e documentos civis.

1. Actos lavrados por funcionários da Justiça Estadual:
   a) auto de qualquer espécie
   b) sentenças extrahidas de processos, inclusive os formais de partilha
   c) cartas testemunháveis, precatorias, avocatórias de inquirição, arrematação, adjudicação e insinuação de doação
   d) provisões de tutela e as não especificadas
   e) edilas e mandados judiciais
   f) instrumentos de não dia de aparecer, de posse, de protesto e outros fora de notas

2. Peticiones e memoriais dirigidos a qualquer autoridade estadual ou municipal

3. Atestado

4. Contratos, títulos ou documentos não especificados, dos quais não seja devido sello proporcional, nem mais de 600 réis de sello fixo, quando juntos a requerimentos ou apresentados à autoridade estadual

5. Certidões e cópias não designadas em outros parágrafos desta tabella, traslados e publicas formas, extrahidos dos livros, processos e documentos dos cartorios dos tabellães e escribas da justiça ou da policia e das repartições públicas do Estado ou das Municípios

Sendo extrahidas de livros a cargo dos carcereiros das cadeias do Estado pagarão mais

600 rs.

4$000

OBSERVAÇÕES

1.º O sello de quatrocentos réis é devido por meia folha ou menos de papel, toda escrita ou em parte, não ultrapassando de 0m 22 de largura e 0m 33 de comprimento. Excedendo qualquer destas medidas, pagará o dobro

2.º Não é permitido escrever em meia folha de papel dois ou mais actos, salvo pagando o sello de cada um, excepto as certidões e os atestados, que poderão ser escritos em seguida ao requerimento ou mandado que os autorisarem.

II Sello de verba

§ 2. Livros.

1. Protocollo das audiências, os de entrega de autos e os de registros dos escribas de qualquer juizo do Estado, por folha 450 rs.

2. Os de termos de bem-viver, segurança e rol dos culpados, por folha 300 rs.

OBSERVAÇÃO

1.º sello marcado neste parágrafo é devido por folha de livro, que não exceda de 0m 33 de comprimento e 0m 22 de largura, excluídas as folhas adicionais para índices ou qualquer fim diverso da respectiva escrituração. Excedendo qualquer destas medidas pagará o dobro da taxa correspondente,
2.º Classe—Actos que pagão o sello conforme o objecto.

1. Sello de estampilha

§ 1.º Terras publicas e outros:
1. Títulos de legitimação de posse, rivalização de servitúria, concessão do governo a título gratuito ou oneroso e os respectivos registos ........................................... 30000

Sendo a área superior a um hectare, cobrar-se-ão 5% de 500 por cada extensão igual, que exceder, despregadas as fracções menores que a metade.
2. Títulos de emphyteuse ou sub emphyteuse de terras do Estado ou dos municípios ou ratificações desses títulos ........................................... 60000

§ 2.º Diversos:
1. Primeiras vias dos despachos de exportação e importação ou consumo, processados nas estações fiscais do Estado ........................................... 500

Por cada transferência ........................................... 1500
2. Primeiras vias dos despachos livres ........................................... 14000
3. Certidão de aprovação em exame do curso do Lyceu Maranhense passado pela respectiva secretaria ........................................... 60000

Tendo sido o aluno aprovado com distinção nada pagará
4. Passaportes e portarias para viajar concedidas pela Secretaria de Policia, por pessoa ou família ........................................... 104000

5. Portarias ou alvarás dirigidos aos carcerários das cadeias por qualquer auctoridade, para a saída de presos em geral. Para saída de pessoa recolhida em custodia ou de preso por infração de postura ........................................... 50000

Para saída de preso recolhido às estações policiais ........................................... 35000

Por mudança de prisão ........................................... 15000
6. Títulos de matrícula do conductor de veículo na Secretaria de Policia ........................................... 50000
7. Termos lavrados nas repartições publicas do Estado, não sujeitos ao sello proporcional ........................................... 50000

§ 3.º Licenças e dispensas:
1. Concedida pela Inspectoria de Hygiene para abertura de farmacia ou drogaria ........................................... 100000

2. Para aprovação de medicamento ........................................... 104000

3. Concedidas a funcionários do Estado:

Com vencimento até três meses ........................................... 6000

Com vencimentos por mais ou sem declaração de tempo ........................................... 3000

Sem vencimentos até três meses ........................................... 3000

Sem vencimentos por mais ou sem declaração de tempo ........................................... 6000

4. Licenças e alvarás não especificados ........................................... 8000

OBSERVAÇÕES

1.º Devem ser selladas antes do—cumpra-se—da auctoridade competente.
2.º São isentas as concedidas aos oficiais e praças em virtude de inspeção.

II Sello de verba

§ 1.º Moratória a devedor da Fazenda Estadual ........................................... 250000
§ 2. Licenças e dispensas:
1. Por espectáculo público, de que se auíra lucro, concedida pelo Chefe de Polícia ou outra autoridade ........................................... 25.000
2. Dispensa ou licença de lapso de tempo, concedida pelo Governador ................................................................. 4.500
3. Prorrogação de prazo para qualquer fim, concedido pelo Governador .......................................................... 4.300
4. Para construção de trapaça ou ponte:
   Na Capital .................................................. 130.000
   No Interior .................................................. 60.000

§ 3. Nomeações diversas:
1. Título de 1.º suplente do Juiz de Direito ................................................. 5.500
2. Idem < 2.º ................................................. 3.500
3. Idem < 3.º ................................................. 2.500
4. Recondicionamento não específico, transferência de emprego ou novo título para continuação do exercício, compreendidos os demitidos e novamente nomeados sem melhoria de vencimentos e bem assim as transferências de uma para outra localidade, inclusive permutas ................................................... 6.500

§ 4.º Títulos de habilitação:
1. Título de habilitação de profissão que não tenha taxa especial .................................................. 16.500
2. Verba de matrícula da Inspectoria de Higienização em diploma de médico, cirurgião, farmaceutico, dentista, parturiero ........................................... 20.500
3. Idem de bachareis em direito, registrado no Tribunal de Justiça ................................................................. 10.500
4. Provisão para advogado concedida a quem não seja formado em alguma das Faculdades da República, com ou sem declaração de tempo:
   Na Capital .................................................. 170.000
   No Interior .................................................. 50.500
5. Provisão de solicitador com ou sem declaração de tempo:
   Na Capital .................................................. 30.000
   No Interior .................................................. 15.000

§ 5.º Privilegiados:
1. Patente de privilegiados de invenção ............................................. 60.000
2. Diplomas de privilegiado, que não sejam de invenção:
   Até 10 anos ............................................. 360.000
   Por mais tempo ........................................... 90.000
3. Verbas de registro de transferência das patentes de privilegio ................................................................. 100.000
**Tabella G**

Os generos de produção nacional que desembarcaram neste Estado para consumo, pagarão a boca do cofre as taxas seguintes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>GENEROS OU MERCADORIAS</th>
<th>UNIDADE</th>
<th>TAXAS</th>
<th>Qualidade dos envoltórios</th>
<th>ABAT.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Arroz (em casca)</td>
<td>kilo</td>
<td>20</td>
<td>em sacas</td>
<td>2 %</td>
</tr>
<tr>
<td>(pilado</td>
<td></td>
<td>60</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>laivo</td>
<td></td>
<td>80</td>
<td>em barricas</td>
<td>3 %</td>
</tr>
<tr>
<td>Assucar/somenos</td>
<td></td>
<td>70</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>mascavo ou bruto</td>
<td></td>
<td>40</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alcool</td>
<td>litro</td>
<td>200</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cachaça</td>
<td></td>
<td>180</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Bebidas espirituosas ou fermentadas</td>
<td></td>
<td>25%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cognac</td>
<td>garrafa</td>
<td>400</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Vinagre</td>
<td>litro</td>
<td>150</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Vinho</td>
<td></td>
<td>280</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>botinas até 32 pontos de maior pontuação</td>
<td>par</td>
<td>900</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>sapatos—até 32 pontos</td>
<td></td>
<td>400</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Calçado</td>
<td></td>
<td>70</td>
<td></td>
<td>3 %</td>
</tr>
<tr>
<td>de maior pontuação</td>
<td></td>
<td>300</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>chinelos—até 32 pontos de maior pontuação</td>
<td></td>
<td>500</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Café</td>
<td>kilo</td>
<td>120</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Carne seca ou xarque (com cobertura de lã, algodão ou linho)</td>
<td>um</td>
<td>500</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Chapeos de sol</td>
<td></td>
<td>700</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>(com cobertura de seda)</td>
<td></td>
<td>600</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Chapeos de feltro</td>
<td></td>
<td>300</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>para cabeça de paxia</td>
<td></td>
<td>100</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>de carnauba</td>
<td></td>
<td>20</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Charutos</td>
<td>cento</td>
<td>18000</td>
<td>em sacas</td>
<td>2 %</td>
</tr>
<tr>
<td>Cigarros</td>
<td>kilo</td>
<td>600</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Farelo ou alfafa</td>
<td></td>
<td>10</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gado (avivar)</td>
<td></td>
<td>55000</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Queijo ou queijo em folha</td>
<td></td>
<td>300</td>
<td>em rolo, lata</td>
<td>12 %</td>
</tr>
<tr>
<td>Fumo em molho, corda ou rapé</td>
<td></td>
<td>5500</td>
<td>lam. de chumbo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>(desfisado ou picado)</td>
<td></td>
<td>5500</td>
<td></td>
<td>15 %</td>
</tr>
<tr>
<td>Phosphoro</td>
<td></td>
<td>600</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Sabão</td>
<td></td>
<td>80</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Sebo</td>
<td></td>
<td>40</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Sola</td>
<td></td>
<td>400</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Sal</td>
<td>kilo litro</td>
<td>8</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
NOTA—A Os agentes ou correspondentes dos navios ou vapores, fornecerão ao Theouro uma relação dos volumes quer vindos como encomenda, quer como carga e os não entregarão aos destinatários antes de desembaraçados e examinados pelo Thesouro, sob pena de multa de 50400 a 10040-0 imposto pelo Inspector daquella repartição.

B Quando o sal de produção do Estado atingir nesta capital ao preço de 5000 por 40 litros, ficará isento de todo e qualquer imposto o que de outros Estados entrar.

C—Os generos nacionaes que vierem acompanhados de guias, como sendo estrangeiros, ficam sujeitos aos direitos em dobro.

D—Os generos referentes a esta tabella serão recolhidos onde o Governo determinar.

Ficam isentos do imposto desta tabella os livros de instrucção primaria e o algodão.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Produtos</th>
<th>Unidades</th>
<th>Taxa</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>de cera</td>
<td>450</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Vellas</td>
<td>120</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>de stearina</td>
<td>*</td>
<td>60</td>
</tr>
<tr>
<td>de carnauba</td>
<td>*</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Tecidos de algodão</td>
<td>ad val.</td>
<td>10 %</td>
</tr>
<tr>
<td>Roupas feitas</td>
<td>*</td>
<td>10 %</td>
</tr>
<tr>
<td>Todas os demais generos ou mercadorias destinadas a consumo e não enumeradas nesta tabella</td>
<td>*</td>
<td>6 %</td>
</tr>
<tr>
<td>GENEROS</td>
<td>Unidade</td>
<td>Arrecadação feita pelo Tesouro</td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------</td>
<td>---------</td>
<td>-------------------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Barricas</td>
<td>uma</td>
<td>200</td>
</tr>
<tr>
<td>Meias</td>
<td>*</td>
<td>160</td>
</tr>
<tr>
<td>Quartos</td>
<td>um</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Saccos</td>
<td>*</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Pipas</td>
<td>uma</td>
<td>540</td>
</tr>
<tr>
<td>Meias pipas</td>
<td>*</td>
<td>700</td>
</tr>
<tr>
<td>Liquido qualquer</td>
<td>*</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>Barras de tergo</td>
<td>um</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>de quinto</td>
<td>*</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>de decimo</td>
<td>*</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>Kerosene</td>
<td>Barris</td>
<td>480</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixas</td>
<td>uma</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>Cofos com algodão em caroço</td>
<td>um</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Barricas com breu</td>
<td>uma</td>
<td>480</td>
</tr>
<tr>
<td>Saccos com cacão</td>
<td>um</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Machinas de descarregar algodão</td>
<td>uma</td>
<td>600</td>
</tr>
<tr>
<td>Saccos</td>
<td>*</td>
<td>80</td>
</tr>
<tr>
<td>Cereais e outros</td>
<td>paneiros</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>Cofos com peixe, camarão ou sebo</td>
<td>Cofos</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Grajões</td>
<td>*</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>Carne (Caixa até 100 quilogrammas)</td>
<td>*</td>
<td>110</td>
</tr>
<tr>
<td>de * para mais</td>
<td>*</td>
<td>400</td>
</tr>
<tr>
<td>Couros de veado ou cabra</td>
<td>(Latas)</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>uma</td>
<td>200</td>
</tr>
<tr>
<td>Fumo (Molhos)</td>
<td>(Rolios)</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>um</td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td>Garrafaes</td>
<td>(Cheios)</td>
<td>180</td>
</tr>
<tr>
<td>(Até 29 litros)</td>
<td>Vazios</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>Latas com liquido (de 3) a 40</td>
<td>*</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>(de 40 para mais</td>
<td>*</td>
<td>220</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixas com queijos</td>
<td>*</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>Banha(Latas)</td>
<td>*</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Maços de póxica</td>
<td>*</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Sabão(Caixas)</td>
<td>*</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>Barricas com soda</td>
<td>*</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>Meios de sofa</td>
<td>*</td>
<td>15000</td>
</tr>
<tr>
<td>Taxas de ferro ou cobre</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os coixes com óleos serão regulados pelas pipas e barris.

O comprador de assucar em sacco pagará de armazenagem 80 réis e de pesada 70 réis por cada sacco, e o navio exportador pagará 30 réis por dito.

O mez começado é considerado vencido para a cobrança de armazenagem.

A Companhia encarregada de todo o serviço braçal da Capataia tem direito às taxas consignadas nas columnas 3 e 4 pagas pelos cofres públicos, sem com elas ficar onerado o contribuinte, que fica tão somente sujeito às taxas da 1ª e 2ª.

Ficam sujeitas às taxas seguintes as embarcações que atracarem nas pontes do Thesouro para ahí carregar ou descarregar, sendo 45 para as de um mastro, 25 para as de dois ou mais masts, 48 para as alvarrêgas ou barcas, e os vapores pagará 50 por cada vez ficando, porém, isenta da arrumação e condução da carga para os armazéns.

As cargas serão recebidas e conferidas nas pontes pelos fiéis ou seus respectivos vigias, e as embarcações à proporção que forem descarregando serão logo desembarcadas.

Os volumes enviados para os armazéns do Thesouro para dahi serem embarcados, pagará as taxas da coluna a 2, perpendendo a Companhia por esse serviço a taxa da coluna a 4.

Os generos que não forem retirados dos armazéns no prazo de quatro meses, serão vendidos em pública, procedendo edital de quinze dias.

**Observações**
**Tabela I**

Armazenagem, capatazia e condução que devem ser cobradas relativamente aos géneros de produção de outros Estados.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Géneros</th>
<th>Condução</th>
<th>Armazenagem</th>
<th>Capatazia</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Barrica com farinha ou café</td>
<td>300</td>
<td>900</td>
<td>150</td>
<td>550</td>
</tr>
<tr>
<td>Fardo com farinha</td>
<td>380</td>
<td>1100</td>
<td>100</td>
<td>580</td>
</tr>
<tr>
<td>Sacca com café</td>
<td>300</td>
<td>100</td>
<td>100</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Barrica com sebo</td>
<td>50</td>
<td>200</td>
<td>150</td>
<td>850</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa com rapê</td>
<td>400</td>
<td>100</td>
<td>200</td>
<td>700</td>
</tr>
<tr>
<td>Sacco com farelo</td>
<td>200</td>
<td>100</td>
<td>100</td>
<td>400</td>
</tr>
<tr>
<td>Dito com milho</td>
<td>200</td>
<td>80</td>
<td>10</td>
<td>380</td>
</tr>
<tr>
<td>Fardo de afiaia</td>
<td>500</td>
<td>200</td>
<td>150</td>
<td>850</td>
</tr>
<tr>
<td>Dito com fumo em folha</td>
<td>500</td>
<td>300</td>
<td>200</td>
<td>1000</td>
</tr>
<tr>
<td>Barril de 5 ° com líquido</td>
<td>500</td>
<td>300</td>
<td>300</td>
<td>1500</td>
</tr>
<tr>
<td>Dito de 10 ° com líquido</td>
<td>300</td>
<td>100</td>
<td>100</td>
<td>550</td>
</tr>
<tr>
<td>Dito de 3 ° com líquido</td>
<td>300</td>
<td>100</td>
<td>300</td>
<td>1500</td>
</tr>
<tr>
<td>Pipa com líquido</td>
<td>2500</td>
<td>1500</td>
<td>300</td>
<td>4700</td>
</tr>
<tr>
<td>Meia pipa com líquido</td>
<td>1550</td>
<td>750</td>
<td>500</td>
<td>2300</td>
</tr>
<tr>
<td>Barrica com fumo</td>
<td>400</td>
<td>200</td>
<td>150</td>
<td>750</td>
</tr>
<tr>
<td>Fardo de tecidos até 25 peças</td>
<td>50</td>
<td>200</td>
<td>200</td>
<td>900</td>
</tr>
<tr>
<td>Dito de tecidos com mais de 25 peças</td>
<td>300</td>
<td>300</td>
<td>300</td>
<td>1500</td>
</tr>
<tr>
<td>Barrica com assucre</td>
<td>500</td>
<td>100</td>
<td>100</td>
<td>700</td>
</tr>
<tr>
<td>Meia barrica com assucre</td>
<td>500</td>
<td>100</td>
<td>100</td>
<td>700</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa com 10 garrafas com líquido</td>
<td>1000</td>
<td>100</td>
<td>100</td>
<td>1500</td>
</tr>
<tr>
<td>Fardo com estopa</td>
<td>2500</td>
<td>400</td>
<td>400</td>
<td>2500</td>
</tr>
<tr>
<td>Dito com flo</td>
<td>2500</td>
<td>400</td>
<td>400</td>
<td>2500</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixas com latas de fumo - por uma lata até 8 kilos</td>
<td>100</td>
<td>80</td>
<td>100</td>
<td>280</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixas com latas de fumo - por uma lata de 9 a 15 kilos</td>
<td>100</td>
<td>80</td>
<td>150</td>
<td>430</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixas com vellas stearinas</td>
<td>100</td>
<td>80</td>
<td>80</td>
<td>260</td>
</tr>
<tr>
<td>Engradados com caixas de vellas de cera</td>
<td>500</td>
<td>200</td>
<td>100</td>
<td>800</td>
</tr>
<tr>
<td>Barril de 10 ° vaso</td>
<td>100</td>
<td>100</td>
<td>100</td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td>Dito de 5 ° vaso</td>
<td>150</td>
<td>200</td>
<td>100</td>
<td>450</td>
</tr>
<tr>
<td>Pipa vasia</td>
<td>15000</td>
<td>800</td>
<td>400</td>
<td>23000</td>
</tr>
<tr>
<td>Sacco com assucre</td>
<td>250</td>
<td>100</td>
<td>200</td>
<td>550</td>
</tr>
<tr>
<td>Barrica com bacalhão</td>
<td>200</td>
<td>100</td>
<td>100</td>
<td>400</td>
</tr>
<tr>
<td>Meia barrica com bacalhão</td>
<td>200</td>
<td>100</td>
<td>100</td>
<td>400</td>
</tr>
<tr>
<td>Engradados com pedra marmore</td>
<td>25000</td>
<td>400</td>
<td>300</td>
<td>28700</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa de cerveja</td>
<td>80</td>
<td>300</td>
<td>240</td>
<td>15340</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa com massa</td>
<td>100</td>
<td>120</td>
<td>120</td>
<td>340</td>
</tr>
<tr>
<td>Dito com bacalhão</td>
<td>30</td>
<td>120</td>
<td>120</td>
<td>360</td>
</tr>
<tr>
<td>Sacco com castanhas</td>
<td>300</td>
<td>160</td>
<td>100</td>
<td>560</td>
</tr>
<tr>
<td>Meio de sola</td>
<td>30</td>
<td>20</td>
<td>100</td>
<td>50</td>
</tr>
<tr>
<td>Sacco com sal</td>
<td>100</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>260</td>
</tr>
<tr>
<td>Pipa com graxa</td>
<td>28500</td>
<td>25000</td>
<td>150</td>
<td>50700</td>
</tr>
<tr>
<td>Carnahuba (macão com palha)</td>
<td>80</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>110</td>
</tr>
<tr>
<td>Item</td>
<td>Price 1</td>
<td>Price 2</td>
<td>Price 3</td>
<td>Price 4</td>
</tr>
<tr>
<td>------</td>
<td>---------</td>
<td>---------</td>
<td>---------</td>
<td>---------</td>
</tr>
<tr>
<td>Resina</td>
<td>120</td>
<td>120</td>
<td>500</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Serreta</td>
<td>40</td>
<td>40</td>
<td>40</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>Fardo com Jaborandy</td>
<td>500</td>
<td>500</td>
<td>500</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Rolo de lino de corda</td>
<td>120</td>
<td>120</td>
<td>120</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>Amarrados de sacos e vassos</td>
<td>300</td>
<td>300</td>
<td>300</td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td>Amarrados de esteiras e chapéus</td>
<td>400</td>
<td>400</td>
<td>400</td>
<td>400</td>
</tr>
<tr>
<td>Amarrados de couros cortidos</td>
<td>700</td>
<td>700</td>
<td>700</td>
<td>700</td>
</tr>
<tr>
<td>Meia pipa com griaça ou sebo</td>
<td>16250</td>
<td>16250</td>
<td>16250</td>
<td>16250</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Caixões e malas ou outro qualquer volume não especificados nesta tabella:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Volume</th>
<th>Price 1</th>
<th>Price 2</th>
<th>Price 3</th>
<th>Price 4</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Até 2 metros</td>
<td>75000</td>
<td>25000</td>
<td>25000</td>
<td>25000</td>
</tr>
<tr>
<td>Mais de 2 metros</td>
<td>65000</td>
<td>25000</td>
<td>25000</td>
<td>25000</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**OBSERVAÇÃO**

Todo serviço de descarga, arrumação e abertura de volumes é feito pelos contratantes e o gênero entregue fó.a do armazem.
Art. 2.° A despeza do Estado do Maranhão no exercício de 1901 é fixada na quantia de Rs. 2353600$000 assim distribuída:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Artigo</th>
<th>Despesa (Rs.)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>§ 1.° Governador do Estado—tabella n. 1</td>
<td>37806$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 2.° Secretaria do Governo—tabella n. 2</td>
<td>36970$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 3.° Fiscalização e arrecadação das renas—tabella n. 3</td>
<td>284160$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 4.° Representação Estadual—tabella n. 4</td>
<td>76500$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 5.° Instrução Pública—tabella n. 5</td>
<td>287326$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 6.° Força Pública—tabella n. 6</td>
<td>475691$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 7.° Magistratura—tabella n. 7</td>
<td>421348$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 8.° Junta Comercial—tabella n. 8</td>
<td>64064$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 9.° Segurança Pública—tabella n. 9</td>
<td>404140$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 10. Diferentes subsídios—tabella n. 10</td>
<td>63600$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 11. Obras Públicas—tabella n. 1</td>
<td>33840$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 12. Telefone—tabella n. 12</td>
<td>2040$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 13. Bibliotheca Publica—tabella n. 13</td>
<td>14280$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 14. Estatística—tabella n. 14</td>
<td>690600$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 15. Hygiene—tabella n. 15</td>
<td>690600$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 16. Registro Civil—tabella n. 16</td>
<td>690600$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 17. Juros da dívida interna fundada</td>
<td>705516$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 18. Aposentados, reformados e jubilados</td>
<td>60000$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 19. Exercícios findos</td>
<td>40000$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 20. Eventuais</td>
<td>8000$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 21. Iluminação do quartel e outros edifícios públicos</td>
<td>40000$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 22. Serviço de linhas telefônicas</td>
<td>37000$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 23. Para o custo de assistência aos lazaros</td>
<td>4455$000</td>
</tr>
<tr>
<td>§ 24. Juros de dinheiro em depósito no Tesouro na razão de 5%</td>
<td>3000$000</td>
</tr>
</tbody>
</table>

 Rs. 2353600$000
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3.º Fica o Governo autorizado a fazer modificação nos impostos da tabela C nas regiões limitrofes do Estado, desde que se tornar essa necessidade para a garantia do fisco. Os gêneros modificados ficam enquadrados na observação da tabela C.

Art. 4.º Ficam elevados a três contos de réis anuais os vencimentos dos Promotores municipais das comarcas de Goiânia, Imperatriz, Lencois e Carrolina, desde que o nomeado para qualquer delas não restar na casa por elles formadas e a três contos e sessenta mil réis os dos Promotores efetivos das mesmas comarcas.

Art. 5.º Fica o Governo autorizado a revogar a tabela de porcentagens para os agentes das estatais fiscais do Estado.

Art. 6.º Permanecerão ao Presidente e Deputados da Junta Comercial os vencimentos exigidos em lei, pelo rubro e assignatura, que lançaram nos livros dos comerciantes.

§ Único Todos os emolumentos e sellos referentes aos papéis da Junta Comercial serão pagos no Tesouro do Estado.

Art. 7.º A gratificação de que trata o art. 45 das disposições gerais da lei n.º 210 de 15 de Abril de 1889, poderá ser elevada desde que o Governo tenha necessidade de contratar pessoa de fora do Estado, que seja especialista em serviços de inspecção fiscal, e assuma obrigações de responsabilidade, dirigindo ao mesmo tempo os trabalhos dos professores, de modo a tornarem as obras, quanto possível, nova direção, de acordo com os métodos modernos de ensino.

Art. 8.º Fica o Governo autorizado a abranger, caso se torne preciso, os vencimentos de Diretor da Escola Modelo.

Art. 9.º De acordo com a lei n.º 290 de 17 de Abril de 1889 é vedado às Camaras Municipaes lançarem impostos sob quaisquer gêneros de produção de municipio por ocasião da saída, uma vez que não estejam ali exentos ao imposto de exportação no momento estadual.

Art. 10. Podrá o Governo, simples ou julgar conveniente, mandar dar de um lugar para outro, dentro do perímetro desta cidade, as cadeiras de inspecção fiscal nela existentes.

Art. 11. Fica, o Governo autorizado, caso começhe isso aos interesses do Estado a ceder por arranjo ao impulso sobre criação de gado.

Art. 12. Quando o cargo de professor da 3.ª classe da Escola Modelo ficar ocupado por professor, perceberá estes os vencimentos dos professores da 1.ª e 2.ª classe.

Art. 13. Fica o Governo autorizado a aumentar o número das Vigilantes da Escola Modelo não podendo, porém, exceder de uma para cada ano.

Art. 14. Fica o Governo autorizado a elevar os vencimentos fixados para qualquer cadeira do Lycée ou Escola Normal, uma vez que para rege a vela de contratar pessoa fora do Estado.

Art. 15. E o Governo autorizado a mandar proceder aos estudos necessários para o establecimento de vagas na capital do Estado, encarregado desse serviço um ou mais engenheiros especialistas, abrindo o crédito preciso para as respectivas despesas.

Art. 16. Alguns casos de que trata a Lei n.º 215 de 7 de Março de 1889 poderão ser os cargos de inspecionadores de coletores e mesas de rendas preenchidos por pessoas que tenham previsão de dois annos pelo menos do serviço de fazenda em repartição federal.